

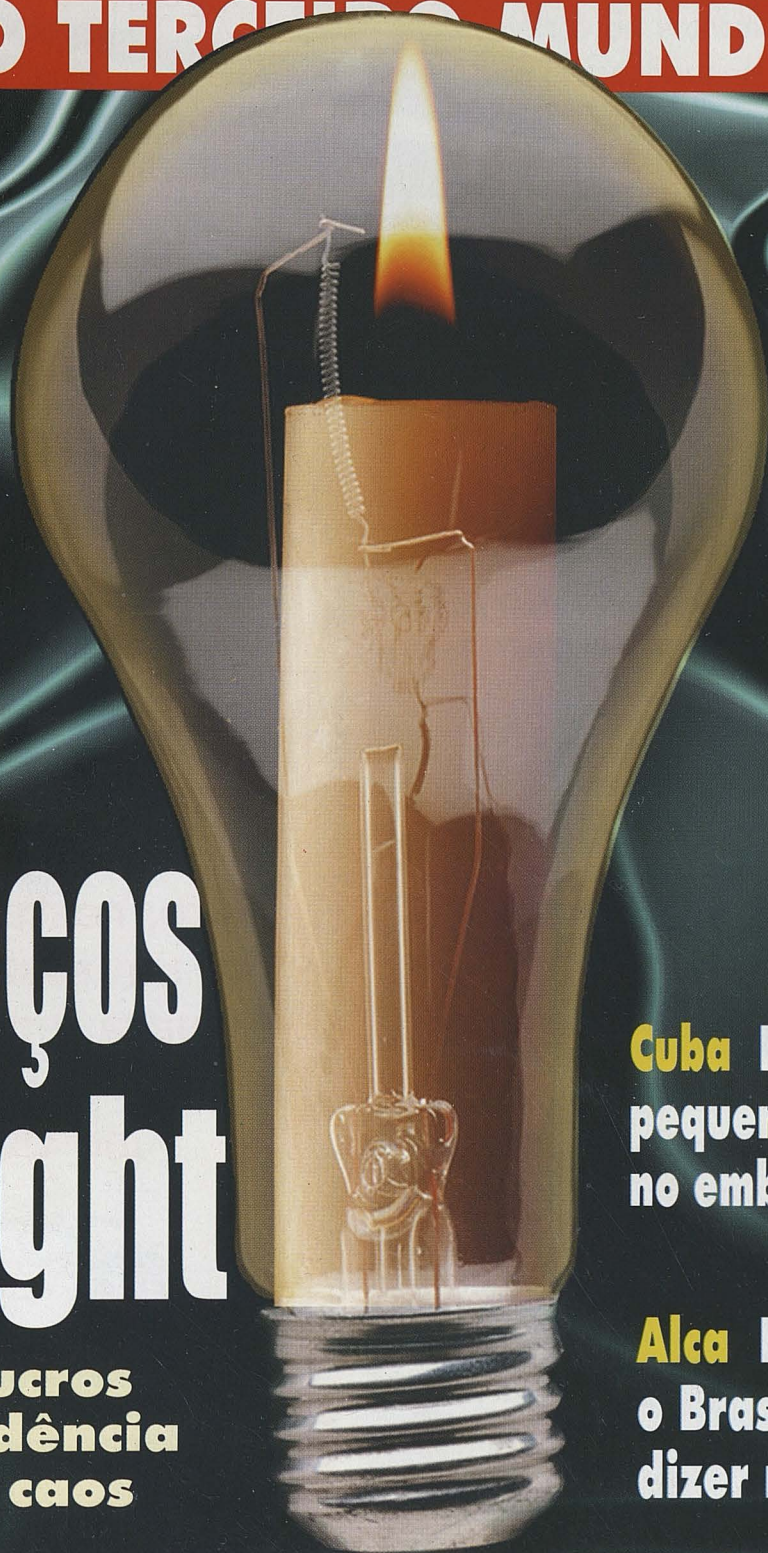
CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

ISSN 0101-7997 Nº 207 ■ BRASIL: R\$ 5,00 ■ URUGUAI: \$ 30,00

Os tropeços da Light

**Sede de lucros
e imprevidência
criaram o caos**



Cuba EUA fazem
pequenas concessões
no embargo

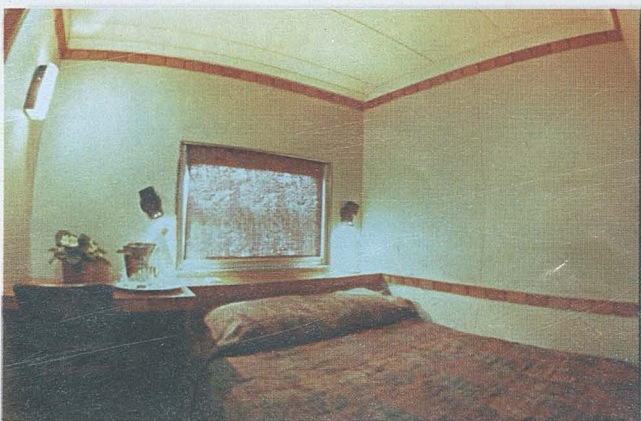
Alca Por que
o Brasil precisa
dizer não



Um hotel sobre trilhos unindo Rio e São Paulo



*Conforto
e tranquilidade
em sua próxima
viagem
de negócios*



**O Trem de Prata
é um verdadeiro Hotel
5 Estrelas, com carros-
leito, restaurante, bar
e um staff hoteleiro
para fazer de sua
viagem um negócio
inesquecível.**



Informações e reservas

Rio de Janeiro: Av. Francisco Bicalho, s/nº, Estação Barão de Mauá Leopoldina, RJ - CEP: 20.220-310 - Tel/fax: (021) 502-6100

São Paulo: Rua Capitão-Mor Gonçalo Monteiro, 6, Barra Funda, SP
CEP: 01140-110 - Tel/fax: (011) 825-7022

FUNDADOR: Neiva Moreira

DIRETORA: Beatriz Bissio

DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini

DIRETOR ADMINISTRATIVO: Altair Campos

EDITOR: Procópio Mineiro

CONSULTORES: Darcy Ribeiro (in memoriam) Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavia (Chile)

REDAÇÃO: Beth von Zuben, Marcos Graça e Maurício Dantas (Rio), Roberto Bardini (Argentina), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)

REVISÃO: Valdenir Peixoto

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Sílvia Arruda (chefia), Marco André Balloussier, Mônica Pérez, Angélica Rogick e Leila Câmara

ARTE E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Nazareno de Souza (chefia) e Sheila Cristina Massapust

WEB: Macário Costa

GERENTE ADMINISTRATIVO: Jonas Bezerra da Silva

GERENTE DE CIRCULAÇÃO: Francisco Távora Heitmann

GERENTE COMERCIAL: Kleber Saboya

PROJETOS ESPECIAIS: José Carlos Meira Mattos

PUBLICIDADE/Representantes

Bolívia: Liliana Rodríguez & Marisol Corvera

Av. Bolívar, 43 Puerto Suárez- Santa Cruz

Telefax: 00591 976 2191/2927

São Paulo: J.R. Comunicação e Publicidade -

Av. Eng. Heitor Antônio Eiras Garcia, 311, conj. 01,

Tel: (011) 869-6606/fax: (011) 869-8935 -

Belo Horizonte: Renata Karine Lacerda -

Rua Vinhedas, 216, Tel: (031) 953-1212

ASSINATURAS: Izabel Nascimento (supervisora),

Francisca Antonia e Sidnei de Souza

Tel: (5521) 221-7511 / Fax: (5521) 252-8455

E-mail: caderno@ax.apc.org

PAGAMENTOS: cheque nominal e todos os cartões

REPRESENTANTES DE ASSINATURAS:

Amapá: Vilson Alves Serafim - (096) 241-3513 / **Bahia:**

Carlos Filho Rep. Ltda. - (075) 223-4109 / **Brasília:**

Ecomark - (061) 349-8178 / **Espírito Santo:** A.R. Editorial

- (027) 339-4992/340-2129 / **Maranhão:** Cia da Criação

- (098) 236-8731 / **Minas Gerais:** SHS Representant.Ltda.

- (031) 274-8600 / **Novo Hamburgo:** Com.Rep. Kuffner Ltda.

- (051) 593-8465/3633 / **Paraná:** Nelton Friedrich - (041) 254-

2384 / **Pernambuco:** Rosária M. Siqueira - (081) 453-4949

/ **Rio Grande do Sul:** Editora Intermédio - (051) 227-

1363/228-8545 / **São Paulo (SP):** Francisco Fontanezi -

(011) 692-2087

DISTRIBUIÇÃO/BRASIL: Fernando Chinaglia - Tel: (021) 575-7766

DISTRIBUIÇÃO/URUGUAI: Magazine, 18 de Julio 1120

Montevideo/Uruguay Tel/Fax: (005982) 903-1950

NUMEROS ATRASADOS: ao preço do último exemplar, desde que disponível no estoque. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas acrescentando 30% ao valor do pedido para despesas de postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora.

FOTOS: Agence France Presse (AFP)

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHI-HATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Intercâmbio com as revistas: África News (EUA), Altercom (México-Chile), Third World Network (Malásia) e Against the Current (EUA)

EDITORA TERCEIRO MILÊNIO

Rua da Glória 122, Grupos 105/106, Glória Cep: 20241-

180 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil Tel. PABX: (5521) 221-7511

Fax: 252-8455 E-mail: caderno@ax.apc.org

Internet: <http://www.etm.com.br>

Filiada à **ANER**

Ao
leitor

Fora de controle



empresa de economia mista dominada pelo Estado, Electricité de France (EDF), é um modelo de eficiência em seu país. Sua fama transcende as fronteiras e ela é requisitada para dar treinamento técnico em Portugal, República Tcheca, Rússia e China, sem falar nas consultorias prestadas em Mali, Angola, Egito, Vietnã, Indonésia, sobre distribuição de eletricidade.

Toda essa experiência, porém, não está sendo aplicada no Rio de Janeiro, onde a EDF controla a Light, privatizada há dois anos. (No consórcio que arrematou a companhia elétrica, a empresa francesa é a única com experiência em distribuição de energia.)

Na matéria de capa desta edição, especialistas do ramo demonstram que a caótica situação vivida pelo estado do Rio neste verão não se deve a outra razão senão à falta de controle sobre os serviços prestados pela companhia privatizada e ao empenho dos novos controladores em obter lucros a qualquer custo. Dados tomados dos relatórios da própria EDF mostram que a lucratividade no Brasil é quase dez vezes superior à obtida na França.

A experiência da Light é um sinal de alerta em relação ao programa de privatização do governo. As sérias deficiências do atual sistema de fornecimento de energia elétrica para cariocas e fluminenses poderão se repetir em todo o sistema de telecomunicações, por exemplo, que se pretende dividir e privatizar ainda este ano. Sem dúvida, trata-se de um tema a respeito do qual todos os cidadãos brasileiros devem refletir e fazer cobranças ao governo neste ano eleitoral.

Sumário

Abril/Maio - 1998 - Nº 207 - Ano XXIII

4 **CARTAS**

6 **PLANALTO**

12 **PANORAMA NACIONAL**

ECONOMIA

18 **Comércio: Quem ganha com a Alca?**

O projeto pode atropelar o desenvolvimento brasileiro

SAÚDE

36 **Aids: A importância do suporte emocional**

Médica especialista destaca o valor do trabalho psicológico para o reequilíbrio interno da pessoa que se descobre infectada

ESPAÇO DO LIVRO

40 **Com a palavra o autor: Militares, confissões**

Jornalista ouve militares do regime de 64 e suas histórias secretas, compondo um perfil do que pensam hoje

44 **PANORAMA INTERNACIONAL**

52 **ENTREVISTA**

Peru: Cenário digno de Maquiavel

Jornalista e ex-assessor de campanha de Fujimori revela as entranhas do regime que quer se perpetuar no poder

AMÉRICA LATINA

56 **Cuba: Fidel reafirma opção pelo socialismo**

Governo cubano sustenta linha marxista, reequilibra a economia e critica política de migalhas que os EUA querem estabelecer

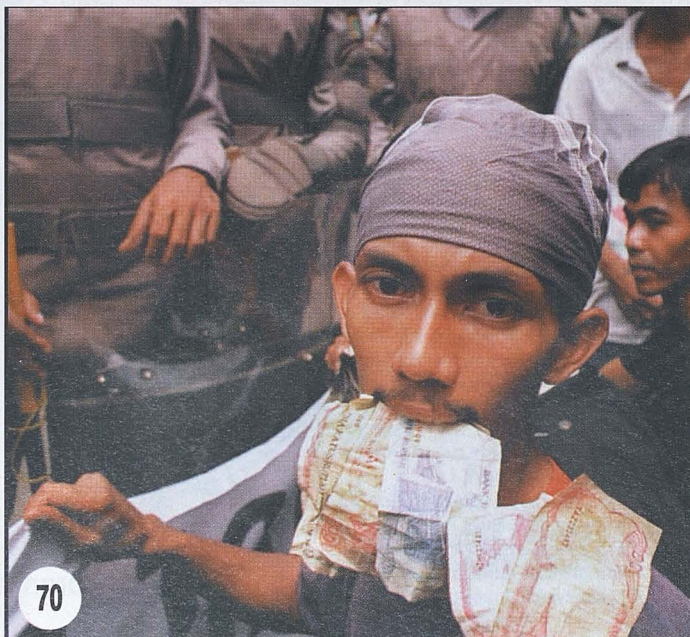
62 **Paraguai: A democracia por um fio**

Apesar de denúncias, a vitória de Raul Cubas não foi contestada. Mas o gen. Lino Oviedo (foto), tutor de Cubas, é um ponto de instabilidade

ORIENTE MÉDIO

68 **Libano: Não convenceu**

A evacuação do sul libanês pelas tropas israelenses de ocupação não representa solução para a permanente crise regional





MATÉRIA DE CAPA

22 Por que a Light fracassou?

Uma análise técnica e política do desempenho da distribuidora de energia privatizada há dois anos busca uma explicação para a pane elétrica que envolveu os serviços da companhia no Rio de Janeiro, onde igualmente se produziram panes de grande repercussão nas áreas servidas pela Cerj, a operadora da maior parte do interior fluminense. A ocorrência de prejuízos sociais e econômicos de monta coincidiu com demonstrações de perplexidade por parte das autoridades governamentais que apostam na privatização como caminho natural de eficiência e adotam uma filosofia antiestatal como doutrina administrativa auto-explicativa

32 Carioca vale 10

Light retira do Rio lucro semelhante ao que a EDF, líder do consórcio, consegue, na França, sobre uma clientela dez vezes maior

34 Crea aumenta fiscalização

Conselho Profissional decide intensificar atuação sobre desempenho das distribuidoras de energia privatizadas



70

ÁSIA

Economia: Os tigres se ajudam

Afundados numa crise persistente que varreu do horizonte as perspectivas risonhas, os novos países industrializados da Ásia descobriram os riscos da globalização financeira e buscam agora saídas próprias, para descontentamento do FMI e dos EUA

76

EUROPA

Armas: Otan estimula corrida armamentista

Aliança militar ocidental estende-se para a Europa Oriental e torna a região a meca dos fornecedores de equipamentos bélicos

79

PÁGINA ABERTA

Direitos humanos: A tragédia dos povos em fuga

As migrações determinadas por guerras e desastres naturais desguarnecem povos inteiros de seus direitos fundamentais

Lula e o canudo

Sabendo que grande parcela da nossa sociedade valoriza o diploma de curso superior (o popular "canudo de papel") e que, segundo pesquisas de cunho eleitoral, a nossa juventude jamais votará no Sr. Luis Inácio Lula da Silva, pelo fato do mesmo não ter concluído o 2º grau, cheguei à conclusão de que o candidato do Partido dos Trabalhadores nunca pretendeu ser presidente do Brasil. (...) Se assim desejasse, já teria superado todas as dificuldades e barreiras e estaria no mínimo cursando o último ano de graduação (...), em qualquer faculdade.

(...) Tenho plena consciência do perfil de autodidata, de líder sindical, de dirigente de partido político de expressão internacional etc., que o Sr. Lula detém e que sabe tão bem preservar. Porém, o que acho estranho é o fato do mesmo não ter tomado (...) a inteligente decisão de frequentar os bancos acadêmicos (...). Penso, "se a massa (o povo) quer ver o Sr. Lula diplomado, ele deveria se esforçar e apresentar este famigerado diploma, para toda a sociedade". Seria, no mínimo, mais uma prova de sua capacidade política e intelectual. (...)

Reginaldo Soares Xavier
São Paulo - SP

Comentário do PT

Sentar nos bancos acadêmicos para dar satisfação a um preconceito não iria alimentar este mesmo preconceito? Não seria preferível enfrentar a situação, por meio da crítica e acima de tudo pelo exemplo? A vida de Lula é um atestado de competência, e é por isso que os preconceituosos se sentem atingidos. Muitos milhões de brasileiros pensam justamente o contrário. Estes querem ver Lula eleito presidente da República, e ainda verão, mais cedo do que imaginam alguns.

Oséas Duarte
Secretário de Comunicação
do PT

Depoimento

Reporto-me à matéria de capa publicada por essa conceituada revista no número 205 de janeiro de 1998, onde, na página 18, existe uma referência ao depoimento que prestei, como representante da Fundação Nacional do Índio, à Comissão de Biopirataria da Amazônia, em novembro de 1997.

A bem da verdade, prestei um depoimento à Comissão e em nenhum momento "contei" aos parlamentares da Comissão de Biopirataria que a fundação "que deveria defender os índios autorizou...". (...) Gostaria de ver, na próxima edição da **cadernos**, a transcrição desta minha carta e do meu depoimento, que foi gravado e publicado no Relatório Final dos trabalhos da Comissão da Biopirataria na Amazônia.

Virgínia Eugênia Haeser Peña,
Assessora da Funai

N.R. A observação de que a Funai deveria defender os índios foi feita pelo autor da matéria (já que este é um pressuposto que deveria nortear as ações da fundação). Para acabar com qualquer dubiedade, eis o depoimento de Virgínia, como consta no relatório da comissão:

"Virgínia Eugênia Halser Peña, assessora da Funai, confirma o caso em seu depoimento à Comissão:

Existe também um outro exemplo sobre uma pesquisa que foi feita a partir dos índios karitianos. A Funai autorizou uma equipe da Yorkshire Television para fazer um documentário nessa terra. Em conjunto com essa equipe de TV entraram pessoas que coletaram sangue dessa comunidade. Então, também é um caso de polícia e já estamos seguindo esse processo."

Cartas

Congratulações

No afã de reiterarmos, constantemente, nossas relações (leitor e editora) a fim de aprimorarmos nossos conhecimentos, venho parabenizar mais uma vez esta prestimosa editora e sua revista **cadernos do terceiro mundo**, que sem nenhuma hesitação é a revista mais séria publicada em nosso país.

Outrossim, conhecedor e leitor da revista há dez anos, orgulho-me de contar com informações das mais sóbrias e pautadas pela conduta ética, haja vista os integrantes de sua diretoria.

Eduardo Trad Vieira, advogado
Belo Horizonte, MG

Esclarecimento

Lemos com interesse a matéria "Fronteiras abertas ao saque", publicada nos **cadernos do terceiro mundo**. Com relação às informações veiculadas acerca da comercialização de amostras de DNA dos indígenas Karitiána e Suruí, de Rondônia, gostaríamos de indicar que não é correto que as mesmas tenham sido enviadas à empresa Coriell Cell Repositories pelo médico e antropólogo Hilton Pereira da Silva em 1996. As referidas amostras foram depositadas por equipe da universidade de Yale (EUA), tendo sido coletadas na década de 80. Tal informação pode ser confirmada no artigo científico "Estudos de três populações ameríndias utilizando polimorfismos do DNA nuclear", publicado no periódico *Human Biology* (vol. 63, no.6, p.778, 1991).

Prof. Ricardo Ventura Santos, ph.D
Museu Nacional /UFRJ e ENSP/Fiocruz
Prof. Carlos E.A. Coimbra Jr., Ph.D
ENSP/Fiocruz

INTERCÂMBIO

Henry Leonardo García Marrero
Calle Rafael Trejo # 13
Seibabo y Orlando Génez
Cumanayagua - Cienfuegos
Cuba CP 57 600

Hilmara Ojeda
Nueva # 20 622 - Playa Matanzas
Cuba CP 40 400

Joaquim de Assis
Av. João Evangelista, 113
Bairro Sta. Matilde
Conselheiro Lafaiete - MG
Cep: 36400 -000 Brasil

Alina Cannazana Cabrera
C/ Serafin Sánchez # 24
Coronel Monteno y Amado E.
Bayamo - Granma
CP 85 100 - Cuba

Mileyde Milan Castillo
Calle 34 # 4326 e/ 43 y 45
San Nicolás - La Habana
Cuba - CP 33 200

Orlando Oliveira
Rua do Rezende 198 / 803
Cep: 20231-091
Rio de Janeiro - RJ

Jorge Luis Hernández
Ramón Ruiz 24
54490 - Cascajal (V-C)
Cuba

Marlenis Ramos Maya
Apartado Postal nº 21
Ciego de Avila 1
Prov de Ciego de Avila
C.P.: 65100 - Cuba

Ramón Montañez Díaz
Apartado nº 34
Cabaiguán CP: 62410
Sancti Spíritus - Cuba

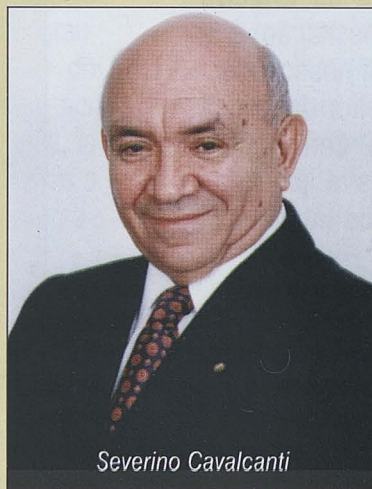
Redução de imunidade I

A queda do edifício Palace II, construído no Rio pelo deputado Sérgio Naya (cassado por 273 votos, em abril, por falta de decoro parlamentar), obrigou a Câmara dos Deputados a rever a questão da imunidade parlamentar. Michel Temer (PMDB-SP), presidente da Câmara, criou a Comissão Especial de Imunidade Parlamentar que deverá apresentar proposta de emenda à Constituição, reduzindo as imunidades hoje desfrutadas pelos deputados. Há cinco projetos em tramitação. Os mais antigos são do ex-deputado Domingos Dutra (PT-MA), Abi-Ackel (PPB-MG), Célia Mendes (PFL-AC), Álvaro Gaudêncio (PFL-PB). O mais recente é de Severino Cavalcanti (PPB-PE). Ainda traumatizados pelos reflexos políticos provocados pela queda do Palace, que matou oito pessoas e deixou uma centena de famílias desabrigadas, os deputados querem limitar a imunidade apenas aos crimes relacionados ao mandato. Hoje, para processar deputados ou senadores por crime comum, a Constituição exige que o Supremo Tribunal peça licença ao Congresso. Há mais de 40 processos na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, aguardando votação. Muitos dos crimes cometidos por parlamentares acabam prescrevendo, antes de a CCJ se manifestar.



Michel Temer

Redução de imunidade II



Severino Cavalcanti

Antes mesmo de ser aberto o processo de cassação do deputado Sérgio Naya, seu colega Severino Cavalcanti, Corregedor-Geral da Câmara, apresentou mais uma proposta de emenda constitucional, alterando o artigo 53 da Carta Magna. Na redação proposta,

Cavalcanti quer que a imunidade dos deputados e senadores se resume às suas opiniões, palavras e votos que, "a juízo da respectiva Casa, forem considerados vinculados com a defesa do interesse público, não podendo ser processados civil ou criminalmente em razão de tais manifestações".

Na justificativa de sua proposta, o Corregedor diz que "o elastecimento da imunidade processual, a par de vir merecendo continuadas e contundentes críticas da opinião pública, ao invés, como equivocadamente uns poucos julgam, de contribuir para a preservação da independência da instituição, somente a desserve, especialmente quando - e isto é de todos sabido - dela alguns se utilizam, e o fazem, elegendo-se com o único objetivo de se livrarem de uma perseguição criminal".

Orçamento na medida da campanha pela reeleição

Especialista em questões orçamentárias, o deputado Paulo Bernardo (PT-PR) criticou o Orçamento Geral da União deste ano, dizendo que ele está voltando "para favorecer os objetivos do presidente Fernando Henrique Cardoso no seu projeto de reeleição".

Com números nas mãos, Paulo Bernardo informou que o Plano Brasil em Ação, programa prioritário de FHC, "teve um aumento de 45,7% dos recursos destinados a obras. Já a área social, integrante do mesmo programa, teve um aumento de apenas 15,3%".

Estes dados, denuncia o deputado

petista, "demonstram o perfil da administração de FHC e, mais do que isso, mostram a quem servirá o orçamento de 98".

As empreiteiras, segundo Paulo Bernardo, estão com dotações garantidas na Lei Orçamentária, mas a saúde, "uma das maiores carências do país, teve seus recursos reduzidos drasticamente em relação a 1997".

Além de elaborar o orçamento com R\$ 1,3 bilhão a menos para este ano, o governo, por conta da crise nas bolsas, baixou decreto cortando despesas, pelo qual o Ministério da Saúde perde mais R\$ 1,9 bilhões".

Empreiteira tem empréstimos irregulares

Depois de entregar seu relatório à Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara, sobre as denúncias de envolvimento de instituições financeiras oficiais em transações com a construtora Encol, o deputado Paulo Lustosa (PMDB-CE) disse "estar perplexo" com suas descobertas.

Tanto no episódio da Encol, quanto no recente caso envolvendo a Sersan (de propriedade do deputado Sérgio Naya), o Banco do Brasil "concedeu empréstimos irregulares", informou Lustosa. O deputado cearense informou que, nos dois casos, "os empréstimos junto ao BB nunca foram pagos" e que, na negociação com a Sersan, o banco aceitou como garantia um centro comercial em Brasília com problemas na Justiça desde 1993.

No relatório, Lustosa sugere que seja criada uma subcomissão com representante do Ministério da Justiça, do Tribunal de Contas da União, diretorias de Fiscalização Bancária e Área Externa do Banco do Brasil, além da Receita Federal e do Ministério Público, para apre-



Paulo Lustosa

sentarem conclusões sobre as investigações. "O Congresso está diante de um problema de dimensão nacional e não pode se omitir", disse o deputado.

Líder em baixa

Quem ficou em situação difícil depois da convenção do PMDB, quando o partido decidiu apoiar a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, foi o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB). Candidato ao governo do Distrito Federal, Arruda esperava ser o preferido de FHC na disputa, mas foi atropelado por Joaquim Roriz (PMDB), também candidato e um dos maiores articuladores do partido em defesa da candidatura de Fernando Henrique. Com mais de 40%

na preferência dos eleitores da capital, Roriz, ajudado pelo ministro da Justiça, Iris Rezende (PMDB-GO), quer o presidente em seu palanque, enquanto Arruda espera uma atitude de neutralidade de FHC. O líder governista está vivendo a mesma situação sofrida pelo ex-deputado Sigmaringa Seixas nas eleições de 1994. Sigmaringa, candidato a senador pelo PSDB, viu seu concorrente José Roberto Arruda (então candidato pelo PMDB) receber total apoio de FHC.

Partidos governistas mantêm líderes

Os três maiores partidos de sustentação do Governo (PFL, PSDB e PMDB) decidiram manter os líderes de suas bancadas, neste ano eleitoral. Com isso, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), Aécio Neves (PSDB-MG) e Geddel Vieira Lima (PMDB-BA) permanecem em seus postos até fevereiro de 1999. Já na frente oposicionista, o PT substituiu o líder José Machado (SP) por Marcelo Deda (SE), o PC do B escolheu Haroldo Lima (BA) para o lugar deixado por Aldo Arantes (GO), o PSB ficou com Alexandre Cardoso (RJ) e o PDT ainda não decidiu quem vai ocupar a liderança no lugar de Neiva Moreira (MA), que deve deixar o cargo para colaborar na coordenação da campanha presidencial da chapa Lula-Brizola.



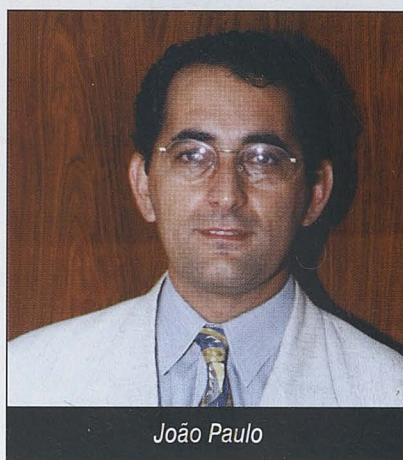
Geddel Vieira Lima

PT contra pesquisa da CNI

O deputado João Paulo (PT-SP) aguarda julgamento do Tribunal Superior Eleitoral sobre duas ações contra a pesquisa de opinião, encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ao Ibope e divulgada pela TV Globo em dezembro de 97 e em 30 de janeiro passado.

Na sua representação, o deputado afirma que a divulgação da pesquisa "tem o claro objetivo de favorecer Fernando Henrique Cardoso e seu governo, tendo sido precisamente selecionados apenas os dados que melhor o prestigiassem, numa demonstração de prepotência e arrogância ímpar, levada ao ar a milhares de brasileiros que assistiram estupefatos e impotentes o exercício do enorme poder que tem

aquela emissora de televisão e que pode, a seu bel prazer, editar matérias, para fazer crer que as eleições seriam desnecessárias e que a oposição de



João Paulo

nada serve". Com base na lei das eleições deste ano, afirma o deputado que "uma entidade de classe não pode interferir no processo eleitoral, efetuar gastos eleitorais em benefício de partidos ou candidatos, sem que sejam como tais discriminados".

Na pesquisa, além de mostrar que FHC venceria no primeiro turno, os entrevistados afirmam que os políticos que mais atrapalham o Brasil são Leonel Brizola, Orestes Quércia, Paulo Maluf e Lula. João Paulo quer que a CNI seja proibida de fazer pesquisas e que os gastos com as duas pesquisas anteriores (R\$ 100 mil) sejam computados, perante a Justiça Eleitoral, como gastos de campanha de Fernando Henrique Cardoso e de seu partido, PSDB.

CNI mantém pesquisas

Apesar do processo iniciado pelo deputado petista João Paulo, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) decidiu manter suas pesquisas de opinião, realizadas através do Ibope, sobre o governo FHC e as eleições.

A mais recente foi divulgada no dia 1º de abril e sustenta a conclusão de que Fernando Henrique Cardoso ainda teria condições de se reeleger no primeiro turno, caso o PMDB se mantenha como linha auxiliar do governo, sem lançar candidato próprio.

A pesquisa mostrou, contudo, que está cada vez maior a percepção da população em relação aos problemas econômicos e às insuficiências do Plano Real para responder às necessidades sociais do Brasil.

A avaliação geral sobre o Plano Real indicou uma grande maioria de desconfiados com a política governa-

mental: somente 33% (eram 46% há um ano) expressaram a opinião de que o Plano é sucesso. Dos 67% restantes, 15% viram fracasso no plano (eram 11% há um ano). O desemprego tornou-se uma aguda ameaça para 69% dos entrevistados, que vêem o problema como o mais urgente do Brasil (eram 63% em outubro/97).

A saúde despontou como segunda maior preocupação: 58% dos opinantes (eram 49% em outubro/97).

A questão salarial ficou em terceiro lugar, com 31% de prioridade (33% em outubro/97). Com relação às eleições presidenciais, 39% dos consultados disseram que votariam em Fernando Henrique Cardosos, segundo a pesquisa CNI/Ibope, o que garantiria a reeleição, caso o quadro sucessório fosse composto pelas candidaturas de Lula (22%), Ciro Gomes (6%) e Enéas (5%).

Já com um quadro sucessório mais amplo, o presidente provavelmente enfrentaria um segundo turno, pois alcançaria 36% da preferência ante os outros concorrentes, que o superariam no conjunto, produzindo-se um segundo turno com o candidato das esquerdas: Lula (20%), Itamar Franco (9%), Ciro Gomes (5%), Enéas (4%), Brizola (3%). Nesta opção, eleitores indecisos e os votos brancos e nulos chegariam a 23%.

Outros dados preocupantes para o projeto da reeleição de FHC dizem respeito ao crescimento do sentimento oposicionista das faixas mais instruídas da população (formadoras de opinião) e do eleitorado em geral das áreas mais adiantadas do país, em especial o Sudeste (São Paulo, Rio, Minas), onde se concentra mais da metade do eleitorado do país. É a região do país onde se tornam explosivos os efeitos sociais negativos da política econômica governamental.

Congresso pode reduzir idade para processo criminal

Senadores e deputados já estudam mudar o Código Penal, reduzindo de 18 para 16 anos a idade para responsabilidade criminal. Na primeira rodada de debates, senadores de diferentes partidos foram favoráveis à idéia e, na Câmara, o deputado Benedito Domingos (PPB-DF) defende a proposta, afirmando que "os jovens da atualidade têm acesso muito maior às informações que os jovens do passado, e a idade cronológica não corresponde mais à idade mental".

Domingos diz que "a liberdade de



Benedito Domingos

imprensa, a ausência de censura prévia, a liberação sexual, a emancipação e a independência cada vez

mais prematura dos filhos, a consciência política que impregna a cabeça dos adolescentes" deram capacidade de discernimento aos jovens, que amadurecem mais rápido. O deputado da bancada evangélica argumenta, ainda, em favor de sua proposta, afirmando que atualmente, na maioria das vezes, os crimes de assalto, roubo, estupro, assassinato e latrocínio são praticados por menores de 18 anos, quase sempre aliciados por adultos.

Comissão atenta às relações com o mundo em desenvolvimento

Depois de 15 anos, a Oposição comandará de novo a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Câmara dos Deputados.

O deputado Neiva Moreira (PDT-MA) é o novo presidente do órgão do Congresso e já demonstrou sua intenção de levar a comissão a preocupar-se mais com a política brasileira para os países em desenvolvimento, particularmente aqueles que compartilham conosco a língua portuguesa.

A Comissão tem o importante papel de examinar os acordos celebrados pelo Brasil com as demais nações, além de lhe caber apreciar assuntos referentes às Forças Armadas e à Segurança Nacional.



Eleito para a presidência, Neiva Moreira recebe os cumprimentos do deputado Benito Gama (PFL-BA), que dirigiu a comissão no ano passado

Parlamentares descontentes repensam candidaturas



Adilson Motta

"Esta Casa abriu mão, excessivamente, de suas prerrogativas (...) O Legislativo está hoje concentrado no Palácio do Planalto" (Adilson Motta)

A perda de poder do Congresso, problema que começou ainda nos tempos da ditadura militar, a concentração de decisões nas mãos de "meia dúzia de escolhidos" e um processo político contaminado pelo Executivo podem provocar o êxodo de algumas expressivas lideranças parlamentares, insatisfeitas com o Congresso. O desencanto atinge progressistas e conservadores,

indiscriminadamente, e a maioria dos deputados decepcionados se queixa, principalmente, da total ausência de debate das grandes questões nacionais, quando matérias de interesse exclusivo do governo são votadas a toque de caixa.

Pelo menos quatro dos atuais deputados não pretendem voltar na próxima legislatura: a economista Maria da Conceição Tavares (RJ), o jurista Hélio Bicudo (SP), Sandra Starling (MG), todos do Partido dos Trabalhadores e, ainda, o deputado Adilson Motta (PPB-RS) que, ao lado de seu colega de bancada, Prisco Viana (BA), chegou a ensaiar um movimento de resgate do respeito e dos antigos poderes do Congresso.

Na mesma linha de desencanto, mas ainda avaliando a importância de ocupar espaço na Câmara, encontra-se o deputado Almino Affonso (PSB-SP), que sente saudades dos tempos pré-1964, quando a Câmara se orgulhava de abrigar mais de um estadista e luminares da vida intelectual brasileira.

Com uma trajetória política irrepreensível e depois de ter recuperado seus direitos políticos, na anistia de 1979, Almino Affonso diz que "a Câmara já não é mais o lugar onde o debate define posições. Não há mais o contraditório. A palavra tornou-se inútil, porque as decisões são preestabelecidas pelas lideranças governistas". Na sua avaliação sobre o Congresso, o deputado socialista diz que o Legislativo tem três funções: "Legislar, fiscalizar e debater os grandes problemas. Esta função acontecia no grande expediente e quem assiste hoje ao grande expediente fica até revoltado. São três, quatro pessoas no plenário,



Almino Affonso

"A Câmara já não é mais o lugar onde o debate define posições. Não há mais o contraditório" (Almino Affonso)

um ouvindo e os outros conversando entre si. Isto é chocante, comparando-se com os debates que aconteciam antes de 64, quando as galerias ficavam lotadas."

Almino Affonso só vê uma saída para reverter o quadro que se apresenta desanimador: a vitória expressiva das oposições em outubro próximo. Enquanto isto não acontecer, diz ele, "o



Sandra Starling

quadro permanecerá desolador". Ele espera também uma melhoria dos debates com a instalação da TV Câmara, "porque, se a televisão mostrar um plenário vazio, vai provocar constrangimentos".

Polêmica e extrovertida, a economista e deputada Maria da Conceição Tavares anunciou publicamente sua disposição em não voltar à Câmara, depois de encerrar seu primeiro mandato. Com o característico acento de Portugal, ela diz que será mais útil ao povo em suas peregrinações pelo país, denunciando o modelo econômico. "Aqui nesta Casa, as decisões são tomadas de forma irregular. Nesses quatro anos, cometeram mais inconstitucionalidades do que em todos os anos anteriores. Vou continuar a luta, mas fora daqui. E vou incomodar muito mais", diz. Para quem não gosta de seu estilo, um aviso: Maria da Conceição abandona a vida parlamentar, mas continuará freqüentando o Congresso na qualidade de assessora da bancada do PT.

"Nesses quatro anos, cometeram mais inconstitucionalidades do que em todos os anos anteriores. Vou continuar a luta, mas fora daqui"
(Maria da Conceição Tavares)

Ex-integrante da mesa da Câmara, quando ocupou a vice-presidência da Casa, o deputado Adilson Mota (PPB-RS) não se surpreende com o alto grau de insatisfação de seus colegas. Ele mesmo já começa a pensar se vale a pena permanecer no Congresso. "Esta Casa abriu mão, excessivamente, de suas prerrogativas, e esta quebra de autonomia está levando as pessoas de bem a querer abandonar o Congresso. O Legislativo está hoje concentrado no Palácio do Planalto. E o grande problema é a renovação do mandato. A reeleição leva muitos deputados a abrirem mão de suas convicções para votar com o Governo. Nessa perda de poder, nós temos grande parte de culpa, porque, na Constituição, o Congresso criou essa figura jurídica conhecida como medida provisória. Entregou ao Executivo uma prerrogativa que é nossa."

O advogado Hélio Bicudo e a ex-líder do PT na Câmara, Sandra Starling, já decidiram que não vão concorrer nas eleições deste ano.

Além das decepções semelhantes às de seus colegas, os dois parlamentares alegam os mesmos motivos para não voltarem: um mandato parlamentar não deve ser prorrogado indefinidamente.

Além disso, argumenta Bicudo, "enquanto não tivermos outro processo



Hélio Bicudo

"Muitos, para se reeleger, vão atuar no sentido de aceitar posições que o levem à reeleição, abandonando qualquer convicção"
(Hélio Bicudo)

político, o Congresso continuará vivendo o mesmo problema: muitos, para se reeleger, vão atuar no sentido de aceitar posições que o levem à reeleição, abandonando qualquer convicção. Vão agir contra seus princípios para se manter no Congresso".

Com quase três décadas de vida parlamentar, o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) discorda dos decepcionados, dizendo: "Todo cidadão tem direito de ser pessimista, mas quem se entrega à vida pública tem o dever de acreditar que pode transformar."

O desafio da floresta



A pajelança dos txucar-ramães Kukriti e Mantii deu certo e quase todos os incêndios nas florestas de Roraima foram afogados pelas abundantes chuvas enviadas por Cororoti.

Agora, é esperar décadas pela recuperação, se novos incêndios, fruto de queimadas para o plantio ou de outros interesses, não vierem a lavar na região.

Aos brasileiros, que já tinham acompanhado, pela tevê e por fotografias de revistas e jornais, os gigantes incêndios asiáticos na Indonésia e Malásia, meses antes, restou a inquietante certeza de que aqui também pode chegar um fogo como aquele, uma vez que já chegaram as madeiras asiáticas, a outra face da devastação florestal.

E o que muitos diziam ser paranóia nacionalista comprovou-se: o chefe do serviço secreto militar dos EUA, general Patrick Hughes, admitiu que seu país intervirá na Amazônia, quando considerar que a ação dos brasileiros na região interfere em interesses norte-americanos, citando diretamente a questão ambiental.

Todos os setores que reclamam da falta de políticas eficientes para a Amazônia (cientistas, ambientalistas, militares) sentiram agora, muito mais profundamente, a desproteção da região, quando o governo federal demonstrou falta de previsão, ausência de iniciativas e preocupante lentidão. Se não chovesse o suficiente para extinguir o fogo, a destruição teria alcançado o nível de hacambe ambiental.

Vale registrar a observação de um dos bombeiros argentinos que atuaram no combate ao fogo. Percorreu dezenas de quilômetros de savana e percebeu que era uma falsa savana: inúmeros tocos, que deixavam à mostra o talho provocado por motosserra, comprovavam que ali a floresta desaparecera e não conseguira se recuperar, dando espaço à capoeira, cujo futuro é virar pasto, antes de despontar o areal. O fogo comeu parte da floresta e muito da capoeira que substituíra a mata.

O quadro é inquietante e torna urgente uma tomada de consciência do governo.

Ainda a queimada

No dia 19 de março, quando o governo federal ainda adotava uma atitude de ignorar o desastre de Roraima, o representante da entidade ecológica Greenpeace, Paulo Adário, enviou mensagem ao presidente Fernando Henrique, apelando para que a União se mobilizasse para salvar a floresta. Paulo Adário assinala, na carta, a situação de impotência das autoridades locais e critica o governo federal pela omissão.

"Campos de cultivo, florestas, animais silvestres e gado estão sendo incinerados, aldeias indígenas estão diretamente ameaçadas pelas chamas - que liberam para a atmosfera gases-estufa que contribuem para mudanças climáticas", alertou.

"Para a opinião pública nacional e internacional, bombardeada todos os anos por notícias de queimadas propositalmente na Amazônia, lamentavelmente a única novidade desse incêndio é a sua escala gigantesca. Segundo o Inpe, entre 12% e 16% da vegetação de Roraima foram queimados numa área de 2.700.000 a 3.000.000 de hectares. O governador do estado, Neudo Campos, fala em uma linha de fogo de 600 km de comprimento. É preciso dar um basta a essa destruição."

"As imensas áreas de campo e florestas de Roraima ardem na pira da irresponsabilidade e da política

A queixa do bispo

equivocada de ocupação e colonização do que se convencionou chamar de *vazio amazônico*. A Amazônia - o que inclui Roraima, sua porção mais ao norte - jamais foi um vazio. Ao contrário: contém, segundo a Ciência, mais da metade das espécies vivas do Planeta num paraíso de biodiversidade que data de 10 milhões de anos."

Paulo Adário adverte, ainda, que "ao abrigar mais de 60% da Amazônia em seu território, o Brasil tem espon-sabilidades históricas para com a Humanidade: encontrar um modelo de desenvolvimento para a região que permita não apenas a melhoria do padrão de vida das pessoas que lá vivem mas que também garanta a convivência respeitosa entre homem e natureza. A busca por este modelo - que não inclui queimadas, motosserras ou projetos agrícolas em áreas virgens - é uma tarefa imediata e exige a mobilização de toda a sociedade".

Em meados de março, o bispo de Roraima, D. Aparecido José Dias, que também é presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), divulgou alerta sobre a situação naquele estado amazônico. Lançou um pedido de ajuda para índios e colonos à beira da fome, em consequência da seca e dos incêndios florestais, que destruíram as roças.

O panorama que descreveu vai continuar se agravando, porque, embora controlado o fogo, não acabou o desamparo dos índios e colonos sem roças, sem água e até privados de caça e animais de criação, em muitos casos.

Roraima tem seu território coberto por 75% de florestas e 25% de savanas, ou lavrado, como se diz na região.

"Os ianomâmis estão alarmados com a quantidade de fumaça que enco-

bre o sol e as montanhas e se aproxima das aldeias", descreveu o bispo. "Na visão cultural ianomâmi, o fogo e a fumaça, associados à cor vermelha do sol e da lua, são sinais de um grave desequilíbrio sócio-ambiental que pode levar a um colapso do universo", assinalou.

Segundo o bispo, "podemos prever consequências gravíssimas, como a desnutrição, o surgimento de epidemias (infecções respiratórias, intestinais e malária), desequilíbrios ecológicos, a falta de caça e pesca, bem como a proliferação de pragas (baratas, mosquitos e lagartas), ameaçando gravemente a sobrevivência deste povo. A ocorrência de epidemias dificultará ainda mais pela debilidade física das pessoas, à procura de alimentos na floresta."

Segundo o religioso de Roraima, as comunidades indígenas da área do lavrado (tribos macuxi, ingaricó, ua-

pixana e taurepang) sofrem também as consequências do longo período de sete meses sem chuva.

De setembro de 1997 a março não choveu, e o período normal das chuvas anteriores (maio - setembro de 1997) foi extremamente fraco.

"As 190 comunidades indígenas, totalizando aproximadamente 17 mil índios, estão sofrendo as consequências desta calamidade. As plantações tradicionais destes povos (mandioca, milho, banana, feijão, arroz e fruteiras) estão morrendo, destruídas pela seca e pelo fogo. Até mangueiras e árvores nativas estão secando e morrendo", descreveu o missionário.

A situação é igualmente trágica para os colonos não-índios. Diz D. Aparecido que "esta situação de calamidade está presente também nas colônias de pequenos agricultores".

O imenso rio Branco virou quase um filete de água entre bancos de areia, devido à seca prolongada, que já matou animais e ressecou lagoas no norte de Roraima



Trabalho em baixa

A taxa de desemprego rompeu a barreira dos 17% na Grande São Paulo, no mês de fevereiro: 1.470.000 trabalhadores estão sem trabalho na região metropolitana paulista - 17,2% da população economicamente ativa (PEA), o mais alto índice desde 1985, quando a série de pesquisas começou a ser feita. Os dados são da pesquisa Seade/Dieese. Entre fevereiro de 1997 e fevereiro último, o contingente de desempregados aumentou em mais de 260 mil pessoas. Na capital, o desemprego chegou a 16%, atingindo 19,6% nos municípios da periferia que integram a região metropolitana.

Segundo a pesquisa Seade/Dieese, o decréscimo do nível global de ocupação decorreu da eliminação de 20 mil postos de trabalho na indústria (o setor mais atingido), 16 mil nos serviços e 4 mil nos outros setores, não compensada pela ampliação de 9 mil ocupações no setor do comércio.

Assim, de fevereiro de 1997 a fevereiro último, "a taxa de desemprego total

aumentou 21,1%, movimento observado em todos os segmentos populacionais. Destacam-se os aumentos verificados entre os chefes de domicílio (25,0%), os homens (23,4%) e as pessoas com idade de 40 anos e mais (41,3%)."

"As informações captadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego, da Fundação Seade e do Dieese, mostram que a taxa de desemprego total aumentou em fevereiro de 1998, apresentando comportamento típico para este período e atingindo 17,2% da População Economicamente Ativa (PEA). Estima-se que, neste mês, 1.470.000 pessoas encontravam-se em situação de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo (eram 1.414.000 desempregados em janeiro). A elevação da taxa de desemprego deveu-se à combinação de dois movimentos: a eliminação de 31.000 postos de trabalho e o ingresso de mais 25.000 pessoas na PEA. Destacam-se ainda o aumento da taxa de desemprego aberto, que passou



Metalúrgicos lutam pelo emprego no ABC: é a pior crise das montadoras desde o início do Real, admite Silvano Valentino, da Anfavea

para 11,1% da PEA, e o declínio da taxa de desemprego oculto", explica a nota das duas instituições.

"Por atributos pessoais, a taxa de desemprego total apresentou crescimento para quase todos os grupos, com exceção das pessoas na faixa etária de 25 a 39 anos, cuja taxa decresceu 2,3%. Os maiores aumentos foram observados entre os homens (5,3%), as crianças e adolescentes de 10 a 14 anos (8,1%) e os jovens de 18 a 24 anos (7,8%)", assinala a nota Seade/Dieese.

As consequências da política econômica do governo federal refletem-se também nos índices de desemprego de outras regiões metropolitanas, onde se faz a pesquisa Seade/Dieese.

Os dados mais recentes desses levantamentos indicam desemprego de 20,1% em Recife (janeiro/98), 13% em Porto Alegre (janeiro/98), 14,4% em Belo Horizonte (janeiro/98), 18,5% no Distrito Federal (dezembro/97), e o mais alto, de 21,6%, em Salvador (dezembro/97).

Amadeo nega desemprego

O novo ministro do Trabalho não conceitua como onda de desemprego o que vem ocorrendo no Brasil. Neoentusiasta da política econômica do governo federal, o professor Edward Amadeo, ex-conselheiro tra-

balhista do PT, entende agora que "nos três anos do governo FHC o emprego cresceu, a renda e o poder de compra dos rendimentos do trabalho cresceram muito. Não há crise do emprego."

Em sua agenda de ur-

gências, Edward Amadeo anunciou que já constam iniciativas para tornar ainda mais desregulamentado o mercado de trabalho: pretende extinguir o poder normativo da Justiça do Trabalho - que considera como

um entrave às negociações entre patrões e empregados - e quer eliminar o imposto sindical, o que, se concretizado, representará golpe mortal contra as entidades dos trabalhadores.

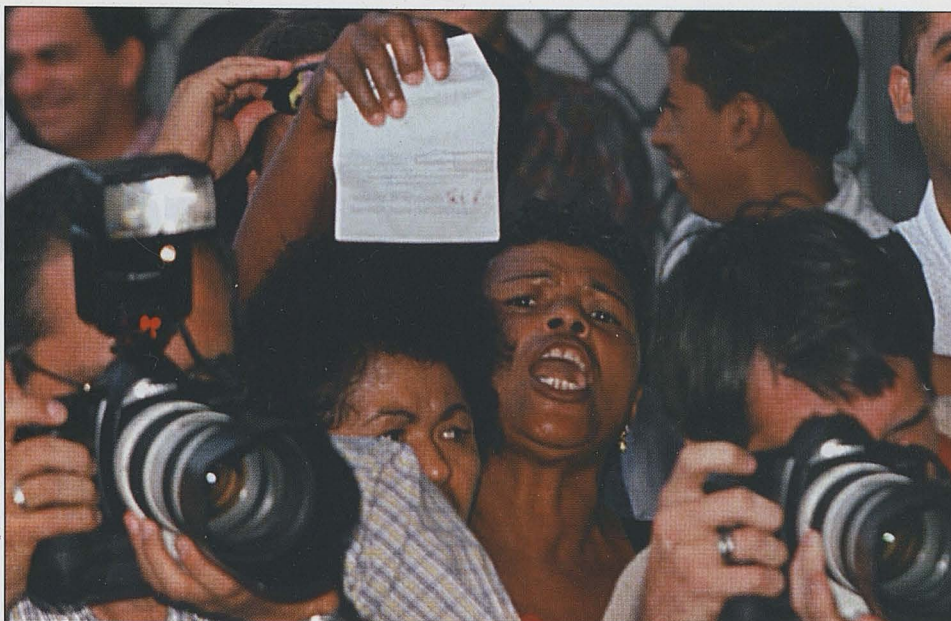
Edward Amadeo substituiu Paulo Paiva, hoje no Planejamento, e foi indicado pela equipe econômica.

Come-se menos

Os dados são dos supermercados cariocas: as vendas em março foram menores em até 3% em relação a março do ano passado. Entre as iniciativas para fugar o cliente, os supermercados estão intensificando a venda de comida a prazo, através de cartões de crédito, cartões próprios e até cheques pré-datados.

Ouros dados, estes do IBGE e referentes ao mês de janeiro, indicam uma queda de 27,7%, em relação a dezembro, no faturamento do comércio varejista do Grande Rio, onde vivem 9 milhões de pessoas.

A queda no consumo se confirma quando se compara janeiro/98 com janeiro/97: a retração é de 18,1%. Quando se compara o resultado de janeiro/98 com a média dos 12 meses anteriores, a queda de consumo chega a 13,9%. Tratando-se do segundo centro econômico do país, os resultados



Trabalhadora carioca exhibe o contracheque e reclama dos ganhos insuficientes para a manutenção familiar

podem ser tomados como um quadro que reflete de perto o que está ocorrendo no resto do país.

Os dados do instituto mostram que a queda abrupta não foi apenas naqueles setores de consumo natalino, como vestuário, calçados, tecidos (-60,9%), lojas de departamentos (-51,7%); móveis e eletrodomésticos (-43,5%), artigos de uso pessoal (-27,8%), super e hipermercados (-25,2%). Também em setores não-sazonais verificou-se a redução de com-

pras por parte da população fluminense: combustíveis e lubrificantes (-13%), farmácias (-12,3%), mercearias, açougues e assemelhados (-9,5%), automóveis, motos e autopeças (-6,5%) e material de construção (-5,9%).

Os prognósticos do IBGE são cautelosos: "Os efeitos positivos sobre as vendas, que poderiam resultar de uma taxa de juros com tendência à queda e das liquidações de fim de estação, provavelmente seriam bastante limitados em decorrência da restrição orça-

mentária das famílias, pressionadas por encargos e gastos típicos dos meses iniciais do ano: além de pagamentos como os de IPTU, IPVA, matrículas escolares, etc., vale lembrar o aumento do imposto de renda, em função da nova tabela que passou a vigorar este ano. Os indicadores de emprego e salários refletem também o ambiente pouco favorável."

Segundo o instituto federal de pesquisas, a massa salarial de janeiro/98, no Grande Rio, foi 8,2% menor que a de janeiro/97.

Deflação e estagnação

Os índices inflacionários abaixo de 1% - e mesmo a deflação de 0,15% de março em S. Paulo - decorrem da retração que se verifica na economia, de que são prova os crescentes índices de desemprego.

Segundo o coordenador do Índice de Preços

ao Consumidor (IPC), da Fundação Getúlio Vargas, economista Luís Elias Marcelino, a queda da demanda é o que explica o índice paulista, associada à redução de preços no item vestuário.

No Rio, a inflação cresce, já ultrapassando os 3% no primeiro trimestre do ano.

Profeta avaliza equipe

Paul Krugman, o festejado vidente da crise asiática, avalizou a política de juros do governo. Disse que os juros precisam ser altos mesmo. Na passagem pelo país, no início do mês, o mago financeiro disse que o Brasil é mal visto, pois o mercado é racista: "Só confia

em nações brancas." Não lhe perguntaram, porém, o que significa o derrame de dólares da especulação no Brasil mestiço, o que já eleva as reservas a US\$ 71 bilhões e que a equipe econômica vê como clara expressão da confiança global.



Docentes reclamam

As professoras aposentadas Débora Gonçalves e Carolina Machado (foto ao lado) participaram, no Rio, das manifestações do magistério público estadual e federal, que se mantinha em greve, reivindicando melhorias salariais e a destinação de maiores recursos para o setor educacional do país.

O protesto dos mestres contradisse a propaganda oficial de que a educação tem sido uma prioridade governamental.

Na área federal, os professores reivindicam 98,5% de reajuste salarial, pois reclamam que estão sem aumento desde o início do governo FHC e não tiveram as perdas repostas. Ao lado dos alunos, reclamam ainda a contratação de mais professores, pois uma grande quantidade de mestres se aposentou, para não perder

direitos em consequência da reforma da Previdência Social, que o governo quer ver totalmente aprovada ainda neste ano.

Outra crítica dos professores se dirige à política científica, prejudicada com os cortes determinados pelo governo no setor de bolsas de estudo para pesquisadores. O corte das bolsas é considerado uma das contradições mais flagrantes entre o discurso educacional do Planalto e a sua prática administrativa.

O Plano de Incentivo à Docência, que o governo diz representar um bom aumento de rendimentos para os professores, está sendo rejeitado pelos grevistas que o consideram incompleto e destinado apenas a iludir a categoria, sem dar resposta adequada às necessidades dos docentes.

Teatro popular

Instalando-se na Lapa, onde ocupará um espaço cedido pelo governo fluminense (Avenida Mem de Sá, 31), o Centro de Teatro do Oprimido, dirigido pelo teatrólogo Augusto Boal, promoverá "a democratização dos meios de produção cultural", na linha de atuação que consagrou o veterano homem de teatro.

No projeto, está a

idéia de transformar a instituição num motor da vida teatral carioca, buscando formar atores e estimular a participação do público.

No centro cultural em que se transformarão as instalações do CTO, haverá sempre em andamento seminários de dramaturgia, laboratórios de interpretação, cenografia e produção de espetáculos.

Contar casos

A Rádio França Internacional (RFI) promove mais um Concurso Guimarães Rosa de Contos. Os autores deverão enviar um conto original e inédito, em língua portuguesa. As obras concorrem aos prêmios Rádio França Internacional (15 mil francos), União Latina (10 mil) e o especial para autor brasileiro, o Prêmio Casa

da América Latina (10 mil).

O concurso será encerrado no dia 31 de agosto.

O texto deverá ser enviado em cópia única para o endereço: Radio France Internationale - Service Brésil - Concurso Guimarães Rosa/RFI, 116, Av. Du Président Kennedy 75116, Paris, Cedex 16, France.

O endereço eletrônico é: <http://www.rfi.fr> e o telefone: 33 01 42 30 12 12.

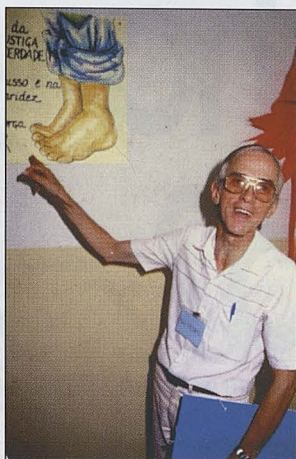
Protesto

Um dos expoentes da linha progressista da Igreja, D. Pedro Casaldáliga teve atuação marcante nos anos da ditadura militar. Sempre se posicionando pelas causas populares, como as dos sem-terra e posseiros, e pelos interesses dos indígenas e da preservação da Amazônia, D. Casaldáliga, da diocese de S. Félix do Xingu, no norte de Mato Grosso, criticou a prisão e quase deportação do missionário Winfridus Overbeek, holandês de nascimento, mas atuando junto aos tupiniquins e guaranis do Espírito Santo, os quais estão em conflito com a Aracruz Celulose por questões de terra.

"Vamos deportar o Brasil de uma vez?", pergunta o bispo no título de seu artigo, divulgado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Em seu protesto, o religioso aponta o neoliberalismo e a conseqüente desnacionalização como causas das pressões contra os índios e os setores mais pobres da população.

"Se alguém já pensou que o Brasil é uma democracia, submetido como está, o coitado, à macroditadura neoliberal, enganou-se. E se alguém pensou que esse governo que está aí - comprando e vendendo para se reeleger, aliás - é um governo do Brasil para o Brasil, enganou-se também", denuncia o bispo.

"O recente seqüestro, oficial, pela Polícia Federal às ordens do Ministério da Justiça, do missionário ho-



D. Pedro Casaldáliga

landês Winfridus Overbeek, ajuda dramaticamente a desmanchar essas possíveis ilusões de democracia e de brasilidade. O Brasil é das Aracruz multinacionais e a única dívida sagrada que o Brasil tem é a dívida externa. Causa indígena, dívida social, soberania nacional, etc. são improdutividades românticas, na linha das cantigas Meu Brasil brasileiro - ironiza D. Pedro Casaldáliga.

O bispo acentua que "a Constituição reconhece o direito dos povos indígenas a seus territórios e à gestão de seu processo cultural, econômico, social. Quando o órgão - reduzido à caricatura - da política indigenista oficial não age e pelo contrário encobre, se vende, trai, o menos que se pode esperar é que os próprios povos indígenas atuem, com a mais legítima das indignações e dando uma lição de moral e de dignidade".

D. Casaldáliga criticou, ainda, portaria da Funai, "proibindo o acesso às áreas indígenas daquelas pessoas e entidades que entram nessas áreas para servir aos povos indígenas".

Morte no campo



MST desenvolve as ocupações, apesar do jogo mais duro do governo

O dia 17 de abril pode se transformar numa jornada nacional de protesto contra o neoliberalismo e a violência no campo.

A novidade será a presença do Exército na região de Parauapebas, com o objetivo de impedir violências dos fazendeiros contra os sem-terra, situação comum na área.

A data é o Dia Internacional da Luta Camponesa e, segundo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), será o dia adequado para protestos de âmbito nacional também contra o assassinato de dois líderes do movimento em Parauapebas, no Pará, abatidos no dia 26 de março.

Onalício Araújo Barros (Fusquinha) e Valentim Serra (Doutor) foram executados pelos fazendeiros Donizete e Carlos Antônio da Costa, segundo o MST, quando negociavam área para acampamento das famílias que haviam desocupado a fazen-

da Goiás II, grilada por Carlos Antônio da Costa. A área, de 1.487 hectares, havia sido ocupada por 550 famílias no dia 14 de março.

Mas, no dia 18, a juíza Maria Vitória Torres concedeu liminar de reintegração de posse, cumprida no dia 26, quando os sem-terra deixaram a fazenda, por ordem de oficiais de justiça acompanhados de policiais militares.

"Por volta das 17 horas, os trabalhadores iniciaram a retirada da área. Logo em seguida, chegou um grupo de 30 pistoleiros fortemente armados, todos comandados por fazendeiros da região (Donizete, Lazinho, Nozinho, Antonio Barcelos, Luciano Sartório e o próprio grileiro Carlos Antonio da Costa) e começaram a provocar os trabalhadores, que não responderam as provocações", relata um comunicado do MST.

Logo depois, seguiu-se a execução dos dois líderes.

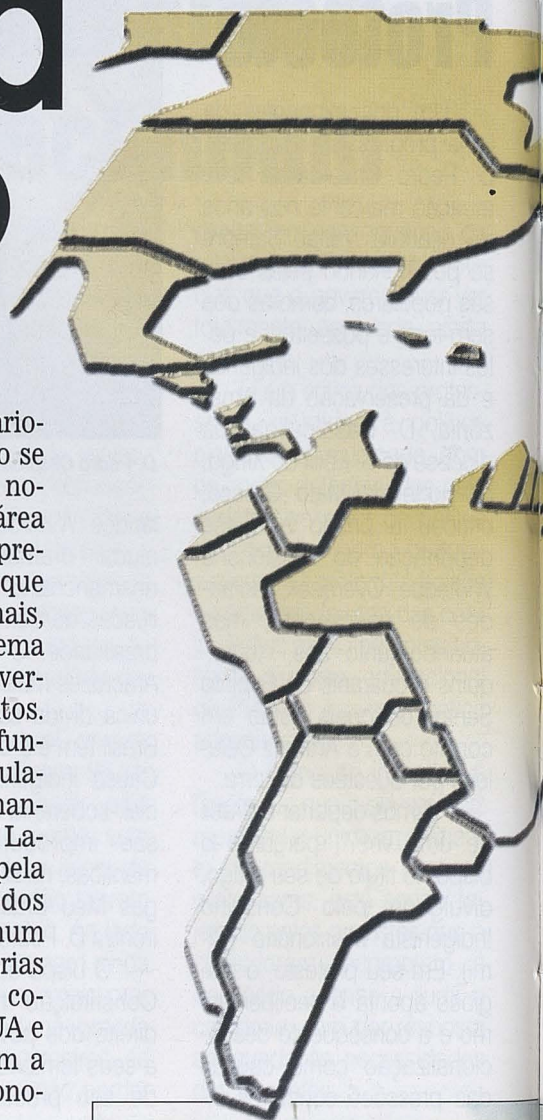
Quem ganha com a Alca?

O projeto do mercado continental só interessa aos Estados Unidos e é de se estranhar a atitude fatalista do governo, apesar das habilidades protelatórias do Itamarati

Em pronunciamento na Câmara, no início de abril, a deputada Maria da Conceição Tavares (PT-RJ) teceu considerações sobre a instituição da chamada Área de Livre Comércio das Américas (Alca), projeto idealizado pelos Estados Unidos para tornar o continente um único mercado sem barreiras, a partir do ano de 2005. Nos dias 18 e 19, em Santiago do Chile, reuniu-se uma cúpula continental, com vistas a aprofundar as negociações, que tiveram, em março, em São José da Costa Rica, sua quarta rodada de discussões em nível de ministros.

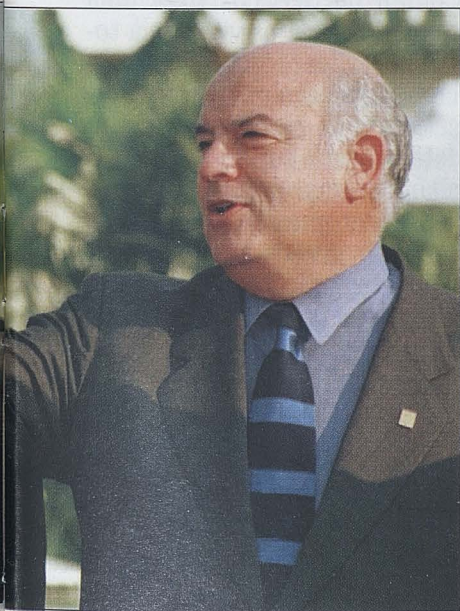
Segundo a deputada carioca, "os alcances da Alca não se esgotam, como sugere seu nome, na formação de uma área de livre comércio, mas representam um acordo global que pretende abarcar muito mais, incluindo os serviços, o sistema financeiro, as compras governamentais e os investimentos. Visa, neste sentido, a aprofundar os processos de desregulamentação econômica e financeira impostos à América Latina no vácuo produzido pela crise da dívida externa dos anos oitenta, os quais, num quadro de notáveis assimetrias econômicas e tecnológicas como o que existe entre os EUA e os países da região, tendem a favorecer claramente a economia norte-americana."

Maria da Conceição Tavares estranha o comportamento do governo brasileiro no processo de negociação da Alca. "Em nome de que interesses está o governo brasileiro negociando a Alca? Não conheço um só empresário relevante ou congressista ou sindicalista brasileiros que veja a Alca com bons olhos e, no entanto, o processo de 'negociação' prossegue como uma 'morte anunciada' de um projeto nacional brasileiro ou do próprio Mercosul, cuja única questão pendente parece ser a data. Ao



contrário do que tem ocorrido nos EUA, onde sindicatos, organizações ambientalistas e congressistas pressionam para evitar a iniciativa do governo de promover uma liberalização sem controle (o fast track), no Brasil a opinião pública tem sido mantida na ignorância, e o Congresso, pelo menos até agora, praticamente não se manifestou sobre a matéria. A relativamente escassa cobertura da mídia sobre a reunião de San José e, em geral, sobre o processo de negociação da Alca, contrasta com a extraordinária importância das questões envolvidas neste tratado para o futuro do país."

O chanceler Felipe Lampreia (na foto, ao lado de seu colega chileno José Miguel Insulza) tem defendido a posição brasileira que visa apenas a impedir adiantamentos de prazos desejados pelos EUA



Indústria seria abalada

"O Brasil e os EUA não são economias complementares. Pelo contrário, nossa estrutura industrial e agrícola é bastante parecida com a dos EUA, só que com um nível de integração produtiva, desenvolvimento tecnológico e escalas de produção substancialmente menores, o que nos coloca numa clara posição de inferioridade para competir com a indústria norte-americana. Uma liberalização do comércio hemisférico, antes mesmo de chegar à eliminação total de tarifas e outras barreiras não-tarifárias, teria, em consequência, um impacto altamente destrutivo sobre a indústria brasileira", alerta a conhecida economista.

"A experiência dos anos recentes é ilustrativa do que pode vir ocorrer com a implantação da Alca. A brusca desproteção da indústria, provocada pela redução drástica das tarifas de importação e pela sobrevalorização da taxa de câmbio advinda com o Plano Real, gerou dois movimentos paralelos. Por um lado, verificou-se um processo de desindustrialização de proporções, que afetou não só as empresas e segmentos 'ineficientes' e cuja viabilidade repousava em exagerados níveis de proteção e/ou na apropriação de recursos fiscais e de ganhos financeiros não-operacionais, derivados do quadro inflacionário pré-existente, mas levou de roldão também empresas relativamente sólidas, que sucumbiram frente ao significativo barateamento das importações, ao qual se agrega-

va o alto custo do crédito interno, resultante do aumento dos depósitos compulsórios, e da elevação da taxa de juros", lembra a parlamentar.

Competição fatal

"Por outro lado, em alguns setores melhor articulados com os circuitos globalizados de produção e comércio e com acesso ao crédito externo em condições bastante mais favoráveis, a redução dos preços relativos das importações estimulou um processo de modernização tecnológica e organizativa que, ao elevar a produtividade e/ou a rentabilidade, permitiu às empresas 'administrar' as novas condições de concorrência geradas pela abertura comercial, ainda que com elevados custos sociais em termos de diminuição e precarização do emprego."

Maria da Conceição prevê o aprofundamento dessa crise. "A eliminação de mecanismos de proteção tarifária e não-tarifária, pretendida pelos Estados Unidos através da Alca, só faria agravar este quadro, complicando adicionalmente pela situação de fragilidade e vulnerabilidade externa a que foi conduzida nossa economia pelo atual Governo."

"Mesmo as empresas brasileiras que já conseguiram 'ajustar-se' à maior concorrência das importações, decorrente da atual política de liberalização, inclusive as que operam no âmbito do Mercosul, não suportariam sequer a redução de tarifas, diante do baixo nível de proteção interna e externa da



Maria da Conceição Tavares: os EUA querem abertura total e incondicional para suas empresas e produtos, o que afetará nossa indústria e serviços. O Brasil precisa dizer não - propõe

indústria e da agricultura no país e no próprio Mercosul.", prevê a deputada. "Poderiam sobreviver, talvez, algumas filiais norte-americanas, com plantas de menor escala vis-à-vis suas matrizes, que disponham de óbvias vantagens locais decorrentes de um rearranjo na divisão regional de trabalho intrafirma, depois de fortes deslocamentos nas correntes de comércio e investimento desfavoráveis à posição do Brasil como global trader."

Maria da Conceição Tavares critica a atitude do governo FHC, que demonstra pouca disposição de defender os interesses do setor produtivo brasileiro, especialmente os da indústria, vítima marcada pelo projeto de Washington. Ela faz um alerta sobre algumas decisões adotadas na reunião da Costa Rica, no mês passado,

principalmente a de se adotar o sistema de discussões temáticas, o que abrirá a porta para acordos setoriais lesivos aos interesses brasileiros. Considera que o Itamarati tem alcançado vitórias apenas formais, sobretudo na tentativa de evitar a antecipação do projeto desejada por Washington. Verifica, porém, que "a atitude fatalista" adotada pelo Planalto impede a criação de fatos políticos que levem as negociações para caminhos convenientes aos interesses brasileiros.

Armadilhas

"Os pontos centrais da reunião da Costa Rica podem ser resumidos em poucas palavras. A Argentina conseguiu a presidência de um Grupo de Negociações em separado para a Agricultura - que os EUA queriam incluir no item "Acesso aos Mercados", onde a pauta agrícola seria usada como ficha de barganha em relação às concessões pretendidas por eles em outros setores - e participará, primeiro como vice-presidente e sucessivamente como presidente, da direção das negociações da Alca, desde maio de 1998 até abril de 2001.

O Brasil co-dividirá a presidência deste processo com os EUA a partir de novembro de 2002 até o final das negociações e exercerá a presidência do Grupo de Negociações sobre Políticas de Competição, Subsídios, Anti-Dumping e Direitos Compensatórios - área em que os EUA dispõem de um forte arsenal de instrumentos de retaliação comercial e de res-



trição do acesso de nossos produtos a seus mercados. Em compensação, os EUA lograram a presidência do Grupo de Negociações sobre Aquisições Governamentais, tema em que têm particular interesse e no qual já vêm exercendo grandes pressões para a 'abertura' do nosso mercado", enumera a parlamentar.

"Além disso, os EUA conseguiram incluir na agenda do Comitê de Serviços toda uma série de preceitos visando à total liberalização do chamado 'comércio eletrônico', via Internet, em que reconhecidamente detêm vasta superioridade no plano internacional.

As recomendações chegam a sugerir que os governos participantes assumam o compromisso de facilitar o acesso público às compras via Internet, franqueando terminais em agências postais, repartições públicas, escolas estaduais e bibliotecas públicas. Foram eliminados, porém, os Grupos sobre Políticas Trabalhistas e Ecologia, pretendidos por se-



Na Costa Rica, manifestantes condenam a pressão de Washington para instituir logo o mercado unificado no continente

tores trabalhistas e ambientalistas dos EUA e apoiados, inadvertidamente, por algumas lideranças sindicais latino-americanas, que não perceberam que as exigências nestas áreas seriam usadas pelos EUA como um novo e 'legítimo' pretexto para vedar a entrada em seu mercado dos produtos que porventura desejem embargar."

Uma adesão suicida

Com forte presença de lobbies de empresas multinacionais e sem a mobilização do Congresso, da imprensa e da opinião pública brasileiras, as negociações têm avançado na direção proposta pelos EUA, assinala Maria da Conceição Tavares.

A Casa Branca conseguiu aprovar Miami como sede das negociações nos próximos três anos e impor uma estrutura de negociações que lhe é a mais conveniente.

"A história das relações entre os EUA e a América Latina deixa pouco espaço de dúvi-

da sobre a disposição norte-americana de utilizar o diferencial de poder, por qualquer meio e de forma legítima ou ilegítima, para impor seus critérios, objetivos e interesses econômicos e geopolíticos. Não ha nenhuma razão para pensar que o caso da integração hemisférica seja uma exceção a esta regra geral", adverte.

A deputada conclui que, observando-se "do ponto de vista estritamente comercial, nem o Brasil nem o Mercosul têm qualquer vantagem com uma adesão ao acordo".

"Como mostra um estudo recente, elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), do ponto de vista da expansão das exportações brasileiras de manufaturados, a consolidação de um mercado sub-regional na América do Sul seria tão ou mais relevante que o mercado hemisférico que seria criado pela Alca. E isto sem aqueles inconvenientes de uma abertura indiscriminada para as ex-

portações dos Estados Unidos, que reduziria o Brasil, mais uma vez, à condição de produtor de bens primários e commodities."

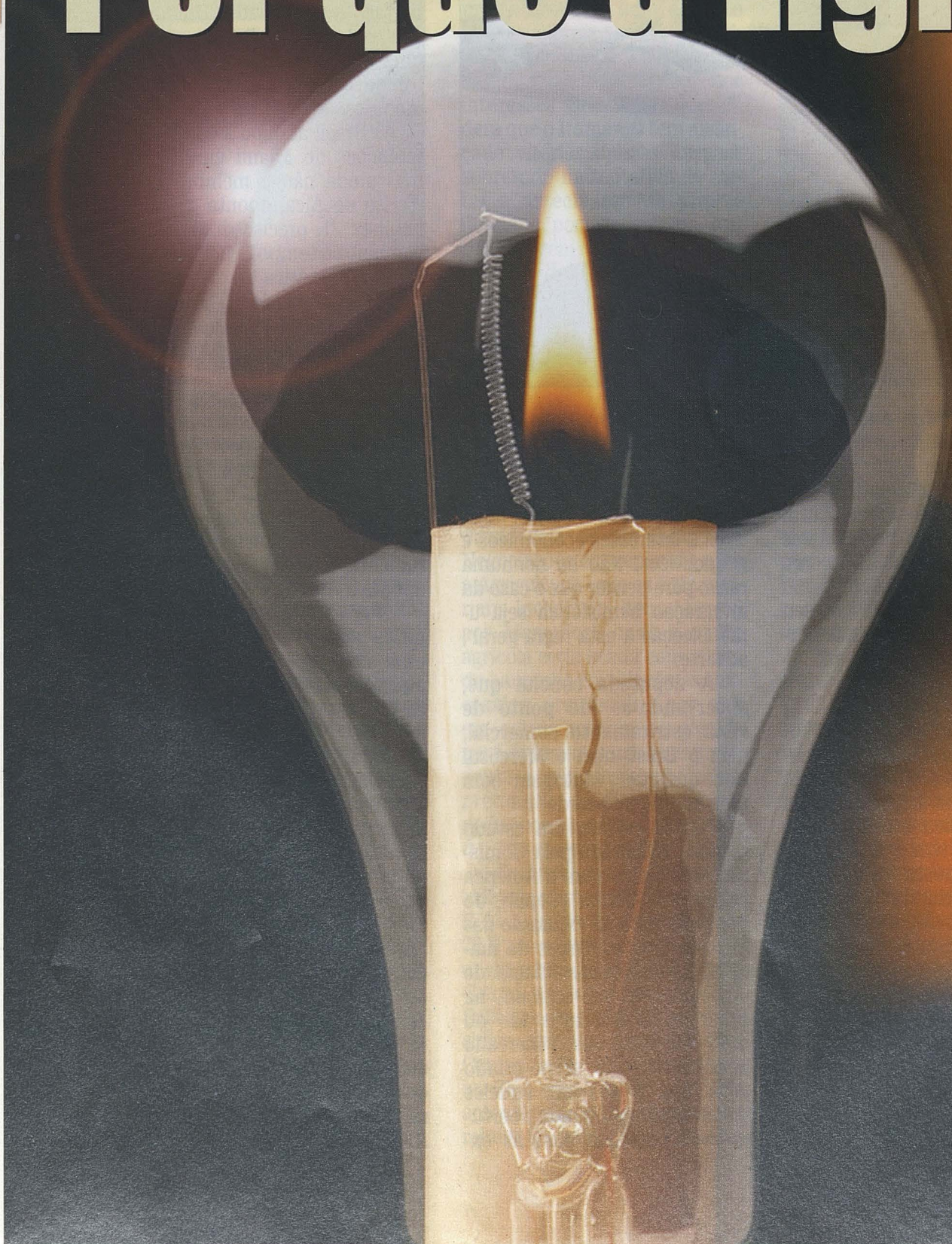
O Brasil assinou a carta de intenções de Miami em 1994, mas ainda não é membro de direito da Alca, aponta a economista. "É preciso dizer não, enquanto é tempo, e não confiar na velha tática de dilatar os prazos das negociações e subir o preço de entrada, à espera de que aconteça algo novo."

"O aumento espetacular do déficit nas transações comerciais entre os países latino-americanos e os EUA, ocorrido no bojo das atuais políticas de abertura comercial, e as pressões para a redução das tarifas do Mercosul mostram, claramente, a direção para a qual aponta a Alca."

"Por estas e outras razões, nossa adesão à iniciativa de uma área de livre comércio americana simplesmente carece de sentido político ou econômico."

Para a deputada Maria da Conceição Tavares, o Brasil deve privilegiar o espaço latino-americano: "Quem sabe, então, se não seria mais conveniente, do ponto de vista do interesse nacional, direcionar nossos esforços para a consolidação do Mercosul, como forma de resgatar o velho sonho da integração econômica latino-americana, concebida originariamente - e com surpreendente atualidade nos dias de hoje - em oposição aos mesmos que agora tratam de nos impingir a Alca", finalizou. ■

Por que a Light f



racassou?

Os sinais de desarticulação dos serviços da Light, dois anos após a privatização e um ano após a distribuição de gordos lucros, é o mais agudo questionamento que o governo FHC enfrenta a seu programa de privatização e desnacionalização de empresas estatais e serviços públicos. É particularmente grave por ocorrer no ano em que se projeta dividir e leiloar as telecomunicações, um negócio de US\$ 130 bilhões. O desastre do verão da Light acende ainda uma luz de emergência em relação à projetada privatização das geradoras de energia, quando o drama dos cariocas e fluminenses pode virar tragédia nacional

Procópio Mineiro

Não há razões técnicas que expliquem o mau serviço que vem sendo prestado pela Light, após a privatização. Tudo que está ocorrendo é consequência de mau gerenciamento, decorrente das prioridades que a empresa fixou para si. Busca-se um lucro exagerado e imediato, e deixa-se em segundo plano - por falta de fiscalização e pelas atitudes tolerantes do governo FHC - a obrigação de manter a qualidade dos serviços. Não se deve esperar grandes mudanças, pois o serviço deficiente e descuidado está na raiz do modelo privado em serviços públicos.

A análise é do engenheiro Sérgio Almeida, presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro (Senge). Profundo conhecedor da

questão energética, pois é funcionário da Eletrobrás, ele diz que não há segredo algum em se suprir de energia elétrica uma cidade como o Rio de Janeiro, que teve seu sistema modernizado nos últimos 20 anos, período em que a empresa foi estatal.

Ele faz questão de lembrar que antes, no período em que a Light era privada, pertencente à canadense Brascan, os serviços chegaram a tal nível de deterioração que o governo foi obrigado a assumir a companhia. O poder público realizou, então, grandes investimentos, que elevaram ao nível de Primeiro Mundo a qualidade do atendimento prestado pela estatal à população carioca e fluminense. Mas, desde a privatização, os serviços decaíram.



Centro de Controle da Usina de Itaipu, numa das abastecedoras do Rio de Janeiro



Engenheiro Sérgio Almeida, presidente do Senge

Entre as justificativas que vem apresentando, a Light diz que o verão deste ano foi extremamente quente, determinando um maior consumo de energia, que teria sobrecarregado o sistema, de forma inesperada.

"O verão foi de fato muito quente, mas isto não justifica os serviços precários. Também foi extremamente quente em outras regiões do país, que, nem por isso, sofreram os apagões que se vêm verificando no Rio de Janeiro", rebate Sérgio Almeida. "Houve lugares que experimentaram médias de temperatura ainda mais altas que as verificadas no Rio. No interior do Paraná, este verão foi 5 graus mais quente que em anos anteriores. Em São Paulo, 3 graus a mais, enquanto, no Rio, o aumento médio não passou

de 2%. No dia de maior temperatura no Rio, neste verão, a diferença sequer superou 10% em relação ao pico dos verões anteriores. E enquanto aqui acontecia o colapso

energético, com o sofrimento social que se viu, naquelas outras regiões, até mais quentes, o fornecimento de eletricidade foi normal."

Deve-se frisar, ainda, que Furnas forneceu à Light toda a energia de que o Rio precisava. "A Light é que foi incompetente para distribuí-la de forma adequada", destaca o presidente do Senge. "Então, não existe uma dificuldade técnica por trás dos apagões. Eles decorreram simplesmente da falta de investimentos. Faltou previsão à Light."

Sérgio Almeida aponta o que considera hipocrisia de certos setores, que vêm a público reclamar da Light e da Cerj. "Refiro-me, especialmente, a pessoas do governo federal, particularmente à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Não concebo como essas pessoas vêm a público agora para cobrar desempenho dessas empresas, se foi o próprio governo que tomou a iniciativa de privatizá-las, antes mesmo de estruturar a agência fiscalizadora. Nós sabíamos - e denunciávamos à população - o que representaria a privatização naquelas circunstâncias, sem agência reguladora, sem quadros competentes, sem funcionários em número suficiente".

O governo promoveu a privatização de maneira quase desesperada, na avaliação de Sérgio Almeida.

"Por que desesperada? Porque queria mostrar à comunidade financeira internacional que o Brasil havia se adequado às regras e diretrizes traçadas por ela e estava atendendo às expectativas do grande capital, quanto à retirada do Estado do setor produtivo. A venda da Light e da Cerj se fez dentro desse espírito", explica o engenheiro.

"Os compradores chegaram aqui não apenas como quem quer adquirir uma mercadoria. Chegaram principalmente com a certeza de que faziam um favor ao governo de Fernando Henrique Cardoso, que estava como que dizendo: 'Comprem, pelo amor de Deus. Façam-me o

favor de comprar, para que eu possa demonstrar à comunidade internacional que eu me enquadrei direitinho dentro dos objetivos deles". Então, estes grupos chegam aqui se julgando heróis, salvadores da pátria do governo FHC e responsáveis pela nova imagem externa de um Brasil moderno."

"O que esperar, portanto, do comportamento desses grupos, se eles têm essa expectativa, recebem todas as facilidades do governo, acham-se credores dos agradecimentos do governo e, ainda por cima, sabem que podem agir sem qualquer fiscalização? Há, nisso tudo, um evidente estímulo a que esses grupos sejam arrogantes", argumenta.

"Então, é hipocrisia certas autoridades afirmarem que estão surpresas com os maus serviços da Light. Não temos que esperar que o investidor privado vá pautar suas decisões empresariais por objetivos de qualidade. Não é assim que funciona. O empresário visa ao lucro, só isso."

Máximo benefício, menor custo

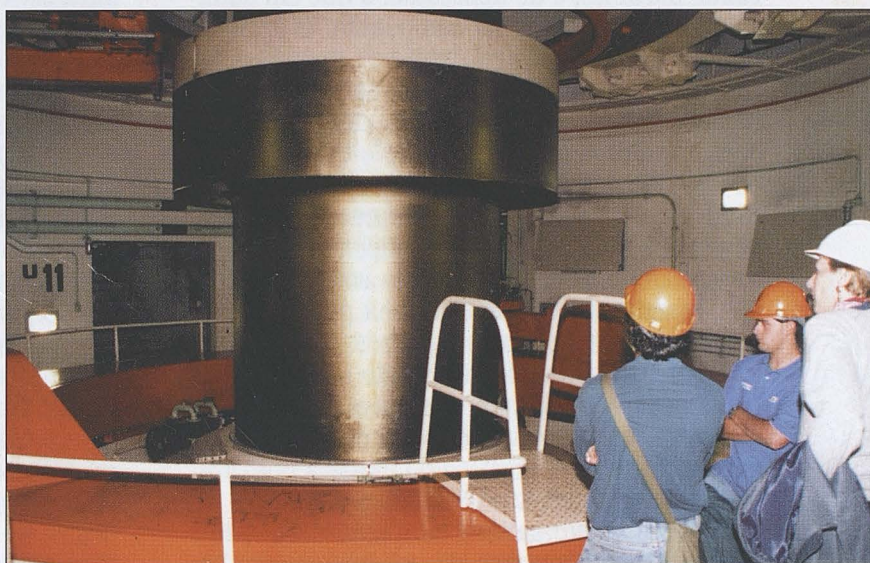
Sérgio Almeida lembra que o investidor só pensará em qualidade se isso maximizar os seus ganhos. Se não, se o lucro já está garantido e até cresce com menor qualidade, é por este caminho que ele optará.

"Criticar a Light hoje, porque ela não serve bem, é uma ingenuidade. Por que esperar que a empresa, nas circunstâncias fáceis que o governo lhe ofereceu, iria se esforçar em apresentar bons serviços? O papel do capitalista é rigorosamente esse, de extrair o maior proveito com o mesmo custo. É exatamente o que a Light está fazendo: tira seu lucro e distribui dividendos. Esquece de investir no sistema, de melhorar a rede de distribuição, de substituir cabos antigos. Só lhe importa o lucro".

É a mentalidade capitalista, de competição, em ação sobre um serviço público. "Não é a competição a palavra da moda que todos elogiam?", frisa Almeida.

A Light privada só vai funcionar direito quando estiver sob severa fiscalização, na opinião do presidente do Senge. A sociedade, segundo ele, tem que dizer: "Não queremos serviços dessa baixa qualidade. Exigimos alto padrão." Além disso, é preciso haver uma agência independente para fiscalizar a agência fiscalizadora. "A Aneel, formada por gente do governo, não pode ser rigorosa com as empresas que assumira os serviços antes estatais, pois não quer espantar os chamados investidores estrangeiros, que, na visão que prevalece, são os salvadores da pátria. Assim, a Aneel jamais vai funcionar dentro do que a sociedade deseja e precisa", lamenta.

"O governo fez uma opção a favor do capital estrangeiro, ao qual oferece todas as facilidades. Com isso, permite que o serviço oferecido à população seja de má qualidade. Pela natureza privada do empreendimento, o serviço terá sempre a qualidade mais precária possível, para que o lucro seja o mais elevado possível. Ainda mais quando um grupo privado explora serviços públicos em situação de monopólio, como são os casos de água, luz, telefones. A expectativa é de que haja relaxamento e não aperfeiçoamento. A Light está provando isso e sendo um péssimo exemplo de privatização."



A eletricidade foi fornecida sem problemas por Furnas à Light, que enfrentou problemas em seu sistema próprio de distribuição

*A infra-estrutura
de distribuição de energia
exige investimentos
permanentes*

Sérgio Almeida lembra que o governo passou 15 anos fazendo a cabeça dos brasileiros contra as empresas estatais, para justificar a privatização, apontada como a solução de todos os problemas. Mas, agora, começa a ter que enfrentar a realidade, sem dispor de explicações convincentes.

Demissões

Muitos dos problemas sofridos agora pela população do Rio têm por motivo a alteração imposta no setor de atendimento de emergência. As equipes foram dizimadas e a empresa optou por um esquema considerado mais barato, a terceirização de serviços. O funcionário que vai atender ao público não é mais da Light, mas de uma empresa contratada pela Light. Entre outros inconvenientes técnicos, esta situação determinou uma queda psicológica que se reflete na prestação do serviço: acabou o amor à camisa, como define Sérgio Almeida.

Foram quase 5 mil demissões. E além disso, existe a pressão da empresa contra os ainda funcionários que entraram na Justiça do Trabalho com alguma reclamação contra a firma. "A EDF está pressionando esse pessoal, exigindo que retirem as queixas. Ameaça com demissão ou com o fim da ascensão funcional. O clima, portanto, é de depressão, o que em nada ajuda o desempenho da companhia. O próprio presidente da Light confirmou isso, qualificando de "falta de espírito de equipe" as reclamações trabalhistas dos funcionários", disse o presidente do Senge.

"É preciso saber que a Electricité de France (EDF) é, em seu país, uma empresa de economia mista, dominada pelo Estado, monopolista, e tem lá, como empresa pública voltada para o atendimento do bem social, uma postura altamente democratizada e atende a seu público muito bem, lá. Mas, aproveitando a onda neoliberal no Terceiro Mundo, decidiu ocupar espaço e tornar-se - é o objetivo deles - um dos maiores grupos do setor energético do Planeta nos próximos 10 anos", explica o engenheiro.

"E está se expandindo com uma visão naturalmente bem francesa, de prioridade para os seus interesses nacionais, como o fazem tam-

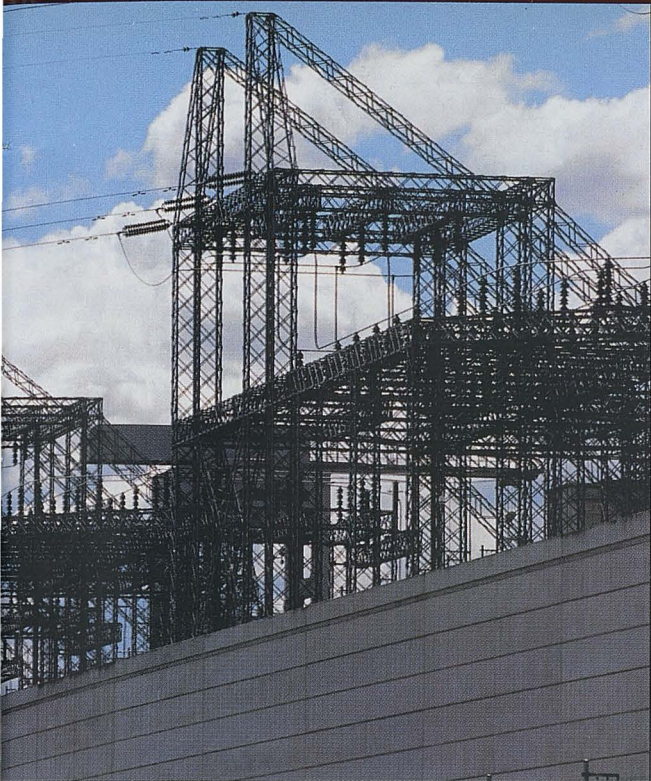


bém, respectivamente, os grupos de outros países. Isto explica o descaso com a qualidade e com a obrigação de investimentos."

A Light, quando era estatal, investia cerca de US\$ 300 milhões anuais para manutenção do sistema. Para tanto, fazia concorrências para compras de serviços e equipamentos, sustentando indústrias brasileiras. Agora, não haverá mais concorrências, pois os próprios sócios procurarão suprir a companhia, importando material de seus países. Afinal, além da CSN, os demais sócios são a EDF - que possui toda uma infra-estrutura de fornecimento na França - e as norte-americanas AES e Houston, ambas fabricantes de equipamento elétrico.

"Mais uma vez, comprova-se que a privatização vem atuando como uma abertura de mercado para os grupos estrangeiros exportarem para cá, em prejuízo de nosso próprio parque industrial. E mais: em prejuízo de nossos empregos. Enquanto demitem aqui, sustentam e aumentam os empregos em seus países de origem."

Sérgio Almeida estranha que o setor empresarial brasileiro não reaja à política de abertura e venha, desde o governo Sarney - passando por Collor, Itamar e agora Fernando Henrique -, dando entusiasmado apoio ao projeto neoliberal. Não sabe se é desinformação ou pura postura ideológica antinacionalista. Segundo o presidente do Senge, há um evidente retrocesso industrial, a ponto de muitos empresários reduzirem ou mesmo abandonarem a produção,



tornando-se comerciantes de produtos importados. "Em vários casos, industriais simplesmente venderam suas empresas ou se refugiaram na especulação financeira."

Desorganização à vista

Sérgio Almeida chama ainda a atenção para a prevista privatização de Furnas, daqui a oito anos. "Pode generalizar os problemas de fornecimento de energia", teme ele, devido às características do sistema elétrico nacional.

O Brasil tem um sistema energético, de origem quase totalmente (95%) hidrelétrica, interligado em dois grandes troncos: o Sul-Sudeste-Centro-Oeste e o Norte-Nordeste. Pelas características continentais do nosso país, ocorre que, no período de seca no Norte-Nordeste, com geração elétrica prejudicada, as barragens do Sul-Sudeste-Centro-Oeste estão muito bem abastecidas e gerando energia a plena carga.

Por serem estatais e por estarem interligadas, as geradoras de energia se ajudam: conforme a época, o sistema N-NE reforça o sistema S-SE-CO ou ocorre o contrário, quer dizer, quando é este que reforça o abastecimento do N-NE.

"Se o objetivo social não estivesse em primeiro plano, este esquema não seria ativado, pois envolve prejuízos momentâneos para alguns dos parceiros", aponta Sérgio Almeida. "Agora imagine o que vai acontecer, quando os sistemas estiverem privatizados e os interesses

Serviços em áreas carentes



É importante notar que a Light, quando foi estatizada nos anos setenta, assumiu uma série de encargos próprios de uma empresa de serviços públicos. Por exemplo, eletrificou favelas, que a Light privada servia de forma extremamente precária. A Light estatal é que vai eletrificar de forma adequada as áreas carentes, com isso, prestando ainda um serviço social de alto valor. Ao individualizar o fornecimento a cada moradia, emitindo contas no nome dos respectivos moradores, estava igualmente concedendo um documento valioso, que legalizava a residência, a posse. Este simples fato de ter uma conta com seu nome e endereço já reforçava a cidadania dessas pessoas carentes.

individuais e os objetivos prioritários, de máximo lucro com menores custos, forem a norma", adverte.

"Nosso sistema interligado permite um ganho de energia, no cômputo global, de 23% ao ano. Isto equivale a US\$ 20 bilhões economizados pelo Brasil", assinala.

Ele aponta, como outro erro da ânsia privatista oficial, o fato de que o governo tenha contratado um grupo inglês para propor o esquitamento do Sistema Eletrobrás, quando os ingleses não têm qualquer experiência de geração hidrelétrica, mas apenas de geração térmica, dominante em seu país.

A chamada modelagem dessa desestatização pode, assim, custar bem mais caro para o país do que os honorários que o governo está pagando a tais especialistas.

Controle social contra



Carlos Santana quer fiscalização pela sociedade

Com longos anos de serviço no setor ferroviário e larga experiência no Sindicato dos Urbanitários do Rio de Janeiro, que presidiu e onde pôde aprofundar sua visão sobre todos os serviços públicos, o deputado federal Carlos Santana (PT-RJ) considera que os maus serviços que começam a marcar a atuação da Light e da Cerj decorrem de uma visão mercantilista dos novos controladores.

"A energia precisa ser vista como um bem público. Não pode ser entendida apenas como uma mercadoria com a qual se podem extrair lucros exorbitantes. Estas empresas, tal como setores do próprio governo FHC, estão com uma visão puramente econômica. Eles não discutem a questão da energia sob o seu ângulo estratégico para a sociedade brasileira e para o desenvolvimento nacional", analisa Santana.

A crise da energia no Rio, segundo define, decorre da falta de investimento e da busca excessiva de lucros por parte dos novos concessionários. Disso vem resultando o atendimento deficiente e a prática de uma política de pessoal predatória, que gera grande desemprego. "A Light estatal tinha 11.800 funcionários, mas a

Somente a manifestação da sociedade impedirá que a excessiva sede de lucros leve os novos controladores a degradarem os serviços que as ex-estatais prestavam à população e ao sistema econômico nacional, propõe o deputado Carlos Santana

Light privatizada demitiu logo 40% do efetivo, a maioria de setores técnicos. Não se tratou de um suposto enxugamento da máquina burocrática, mas de dispensa de pessoal de atendimento técnico do sistema", diz o parlamentar.

Política predatória

"Por isso, este modelo de privatização será sempre falho, pois o lucro é o único interesse dos grupos que assumem o controle e também do governo que privatiza. A política empresarial desses novos controladores é predatória. Eles querem tirar em dois ou três anos o lucro que deveria se realizar somente ao longo dos 25 anos da concessão", analisa Carlos Santana.

Segundo o deputado, é preciso reconhecer que o desmonte dos serviços públicos foi muito bem planejado, para cumprir o alegado objetivo de pagar a dívida externa e proporcionar o máximo de lucros aos grupos que viessem a controlar essas atividades.

"Os resultados negativos falam por si, o que torna necessário combater esse modelo de desestatização, que esquece a prioridade do bem social. Basta um único dos vários aspectos questionáveis da privatização da Companhia

o descaso empresarial

Siderúrgica Nacional, aliás agora também acionista da Light: os novos controladores fecharam vários setores de produção que tinham grande alcance social, como o de trilhos para ferrovias, por exemplo. Quem anda de trem neste país? Carga ou pobre. Pois a CSN fechou a fábrica de trilhos e está importando o produto da Polônia. Entre outros prejuízos sociais, com

isso a CSN cortou empregos aqui e os garantiu lá fora."

Esta é uma questão central que a própria população ainda não conseguiu enxergar, segundo o parlamentar. "Para a nossa população foi afirmado que a privatização era não apenas necessária, mas também conveniente, pois os novos controladores das estatais ofereceriam

As falhas do modelo

Aparelhos domésticos inutilizados pelos picos de energia, longas horas sem luz, falta de informações, consertos demorados, seguidos de novos e imprevistos cortes por outras longas horas, perda de alimentos que deveriam ser mantidos sob congelamento, destruição de pesquisas científicas que dependiam de aparelhagens elétricas, prejuízos econômicos ao comércio e à indústria.

Estes são alguns dos problemas que os cariocas e fluminenses, servidos pela Light e pela Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro (Cerj), vêm enfrentando, enquanto reclamam do aumento das contas, reajustadas acima dos índices da inflação. A decantada eficiência da administração privada, em relação à gerência estatal dos serviços públicos, é um argumento esfarrapado para a opinião pública do Rio de Janeiro, pelo menos no que diz respeito ao fornecimento da vital energia elétrica.

A própria Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), uma das sócias da Light privada, amarga prejuízos com os cortes de força e já chegou à imprensa o descontentamento da direção da empresa com o presidente da concessionária, o risonho e imperturbável francês Michel Gaillard, da sócia majoritária Électricité de France (EDF). A CSN quer ver Gaillard reembarcado para a França e substituído por um executivo que demonstrasse maior aptidão gerencial.

Para o volume do descontrole, porém, é difícil imaginar que monsieur Gaillard seja o culpado solitário. O modelo da privatização, dizem os críticos, é que é a raiz de todos os males. E o modelo

adotado é coisa do governo, acentuam. Assim, os problemas continuarão, porque decorrem da essência do projeto imposto pelo Planalto, seja o gerente Michel, Pierre ou François. Politicamente, porém, é previsível que o guilhotinamento de Gaillard, que parece eleito para bode expiatório, poderia vir a produzir um bom efeito junto à opinião pública, na tentativa de preservar as linhas mestras do programa de privatização do governo FHC.

O mesmo quadro envolve a Cerj, que serve Niterói, São Gonçalo e a maior parte do interior fluminense e que acaba de adquirir o controle da companhia de eletricidade do Ceará.

Para calcular o prejuízo à população, basta citar o caso de uma única indústria, a Companhia Brasileira de Antibióticos (Cibran), localizada em Itaboraí. Os apagões da Cerj inutilizaram dez toneladas de produtos farmacêuticos, queimaram um transformador de 1.500 kVA e desregularam diversos outros equipamentos.

"Só de prejuízos com equipamentos, calculamos as perdas em US\$ 500 mil", disse um irritado Valdenir Ferreira, diretor-industrial da Cibran, em 18 de março, durante uma sessão de queixas, realizada em Niterói pela Aneel, a agência fiscalizadora oficial que parece ter começado a agir tarde demais.

Mas as perdas da Cibran não ficam nos US\$ 500 mil: chegam a US\$ 4 milhões, em apenas três meses de inesperados cortes de energia. E a empresa - um dos poucos grandes laboratórios farmacêuticos ainda nacionais - está exigindo agora da Cerj, por via judicial, uma indenização no mesmo valor.





A eletrificação rural representa um custo que grupos privados acham pouco atraente

um serviço impecável. Hoje, porém, vemos a população inteira reclamando contra o descabimento que se instalou, aqui no Rio, com a Light privada. Este choque de realidade, aliás, é o único efeito positivo proporcionado pela má gestão da empresa."

Carlos Santana aponta uma dificuldade muito grande de se esclarecer a população brasileira, devido à escolaridade precária da maioria e ao controle da comunicação pelas elites. "A maioria não absorve a teoria e só se esclarece na prática. Os maus serviços da Light estão dando às pessoas um exemplo acabado do tamanho do furo na canoa da privatização. A sociedade está sentindo a falta de energia em casa, vendo estragar-se o que se tem na geladeira. Muitos comerciantes, sobretudo os menores, perdem tudo o que exigia refrigeração."

Exigir controle social

O mau exemplo da Light tirou a privatização da utopia e da teoria, para mostrar sua face real.

"O Estado precisa cumprir seu papel", propõe Santana. "Entre outras coisas, não se pode permitir uma tarifa única, que cobre a mesma coisa de uma classe média alta e do morador mais carente. Devemos trabalhar agora, para que a população exija a volta desses serviços privatizados para o setor público, mas com uma exigência adicional: que haja controle social, fiscalização sobre esses serviços públicos."

O parlamentar não esquece que a Light já foi privada e pertenceu, por décadas, à canadense Brascan. Os problemas eram tantos que o governo resolveu estatizá-la. "As deficiências na gestão da Brascan eram as mesmas que estamos sofrendo hoje, porque a Brascan não fazia investimentos em melhoria do sistema e só buscava o máximo de lucros, a qualquer preço".

"Vejo uma repetição hoje, no consórcio EDF-Houston-AES-CSN, do estilo de gestão da

Brascan. Por isso, considero que haverá a mesma deterioração e que o Estado brasileiro terá que retomar a Light, para evitar maiores prejuízos à sociedade e perdas econômicas. Por que prevejo esta situação? Porque não haverá taxa de crescimento econômico que permita à Light manter os lucros nas alturas que vem obtendo. A miséria de nossa população está aumentando, inegavelmente. O Plano Real concentrou ainda mais a riqueza nas mãos de poucos e está causando uma agressiva situação de desemprego", denuncia o parlamentar petista.

Agências para francês ver

"Estamos procurando advogados que estudem o caso dos desempregados, em relação aos serviços públicos. O desempregado, que não pode mais pagar a conta de luz, terá a energia cortada? Duvido que a EDF faça esse tipo de corte lá na França. Nos países ricos, não se penalizam os desempregados, porque lá as concessionárias, que são todas estatais, observam sua função social. Mas, aqui, onde aos concessionários privados tudo se permite, como ficarão os nossos desempregados?", pergunta Santana.

Devido ao crescente desemprego, que reduzirá o faturamento, e à previsível intensificação das reclamações, que obrigarão a empresa a realizar investimentos, ela tenderá a obter uma taxa de retorno insatisfatória para sua ambição, segundo calcula o parlamentar.

"Presumo que vai chegar o momento em que a companhia não terá mais como extrair lucros exorbitantes. E, mais uma vez, o governo federal será chamado a subsidiar com dinheiro público para manter os lucros privados da EDF e seus sócios. No ano passado, 1997, tiveram US\$ 270 milhões de lucro. Ficaram com tudo, não investiram nada, e, desse dinheiro todo, nada ficou no Brasil", reclama.

"As agências fiscalizadoras são para inglês - ou francês - ver. Estão comprometidas com esse modelo distorcido. Seus integrantes não possuem independência, são apenas funcionários de um governo que permite gestão e lucros abusivos aos concessionários privados. Um governo sério já não teria tomado de volta a concessão?", desafia o parlamentar.

Em sua opinião, as agências (Aneel para eletricidade; ANP para petróleo, e Anatel para o setor de telecomunicações) só exerceriam o poder fiscalizador de forma adequada se, além de representantes das três esferas da administração (União, Estados e Municípios), tivessem também participação de setores sociais, como instituições organizadas, sindicatos e outras entidades representativas. Assim, seria possível, de fato, controlar a qualidade dos serviços, debater margens de lucros e exigir investimentos.

"Num serviço público, a margem de lucro tem que ser menor, para que haja investimentos e se preste um serviço de qualidade. Do jeito que a coisa anda, em breve teremos serviços funcionando em áreas ricas e ausentes nas áreas carentes. Luz na parte nobre da cidade; escuridão no resto".

Desestruturação técnica

A Light ia buscar seus profissionais em cursos técnicos de alto gabarito, lembra Carlos Santana. Não se prestava serviços à Light sem preparação adequada. "Hoje, isto não acontece mais. A Light privatizada usa a terceirização para pagar salários menores. A qualidade de serviços ficou em segundo plano. Duvido que a EDF faça isso lá na França. Lá há controle social, há o controle do Estado, a atuação e vigilância dos sindicatos", aponta.

Carlos Santana chama a atenção ainda para um aspecto que considera vital para qualquer empresa que pretenda manter a qualidade dos serviços. "A memória da empresa são os funcionários. Eles sabem os detalhes de cada coisa, os recursos da criatividade. Não adianta escrever isso no papel e demitir o funcionário. O substituto, sobretudo nesse esquema terceirizado, jamais vai ter o desempenho daquele com longos anos de prática e amor pela empresa. O funcionário efetivo é um arquivo, ele veste a camisa da empresa, enquanto o terceirizado, não."

A desculpa da Light para uma eventual falta de investimentos anteriores, quando a empresa era estatal, não tem validade. "O problema real é outro. As falhas decorrem do fato de que a empresa não está investindo nada no sistema", afirma Carlos Santana.



Para aumentar os lucros, a Light iniciou uma agressiva investida contra os 'gatos' e já se comprovam casos de injustiças e prejuízos contra os consumidores

Para ele, o Congresso Nacional tem um papel a desempenhar, apesar do ano eleitoral que encurtará as atividades parlamentares. "Estamos vivendo uma experiência nova. O que nós, do campo progressista, precisamos fazer é estudar as experiências de outros países que passaram por esta situação e verificar as soluções que criaram. Precisamos trocar mais experiências, levantar maior número de dados sobre o funcionamento da fiscalização sobre essas concessões de serviços públicos. Nossa legislação é falha e nosso poder público não atua como deve", completa o deputado Carlos Santana.

Carioca vale 10

Expansão mundial da EDF



Fonte: Relatório EDF International Activities 1996

A estatal EDF e seus sócios tiram do Rio, com serviços piores, lucro proporcional 10 vezes maior que o obtido na França. Com as demissões na Light, o grupo tem um funcionário para 500 consumidores do Rio; na França, a relação é de um funcionário para 256,4 clientes, a mesma que a Light mantinha na época em que era do estado

A EDF é uma sólida estatal que responde pelo fornecimento de eletricidade aos 30 milhões de consumidores na França. Tem um parque de geração de 100 mil megawatts, o equivalente a pouco mais de oito usinas de Itaipu. Produz energia basicamente atômica (82%), em 54 reatores de água pressurizada distribuídos por 20 localidades do país. Os 20% restantes provêm de barragens (13%) e do carvão (5%).

Ela investe 3% de sua renda anual em pesquisa, setor em que emprega 1.100 cientistas, dedicados a estudos sobre energia nuclear, usos da eletricidade, equipamentos, transmissão e distribuição, suporte técnico e científico, equipamentos convencionais e meio ambiente. Entre os objetivos das pesquisas, segundo

**"Na França, a missão
da companhia é
prover eletricidade de
forma competitiva
para todos os con-
sumidores, a todo
instante, em cada
lugar do país, e com
extrema segurança."
(Relatório "EDF
International
Activities, 1996", p. 9)**

relatório da companhia, está o de "otimizar o consumo em relação ao custo e ao meio ambiente e desenvolver tecnologias do futuro" (Relatório "EDF International Activities," página 37).

Os acordos de cooperação pelo mundo também são muito valorizados pela EDF, cuja estratégia envolve estar presente, "com suas pesquisas, no coração da comunidade científica mundial". Daí, os acordos com o MIT norte-americano, a alemã Siemens, ABB e GEC Alsthom, nada menos que "uma centena de acordos de cooperação científica pelo mundo". Dois são destacados pela companhia: "Um com a Electric Power Research Institute (Epri), um centro de pesquisa dos Estados Unidos, sobre o controle do fluxo de força elétrica em linhas de corrente alternada; e o outro com o centro brasileiro de pesquisa sobre eletricidade, a Cepel (da Eletrobrás)" (Relatório, página 38).

Na França, a EDF tem 117 mil empregados, ocupados em cerca de 200 diferentes setores. Oferece treinamento a seu próprio pessoal e dá treinamento a equipes de outros países: Portugal, República Tcheca, Ucrânia, Rússia, China, Laos, Tailândia, Mali, Egito. Presta consultorias a outros países sobre distribuição de eletricidade: Haiti, Mali, Guiné-Bissau, Gana, Angola, Egito, Líbano, Camboja, Vietnã, Indonésia. E participa de projetos de eletrificação rural, através de energia térmica, em cooperação com a petrolífera também francesa Total, no Vietnã e, na África, em Burquina Faso, Benin, Mali, Senegal e Chade.

Este quadro de eficiência e dinamismo oferece um panorama que se choca com a realidade que se vem registrando no Rio de Janeiro. Dos sócios dominantes, é a única com experiência de distribuição de energia, pois a CSN é do ramo de aço, e as norte-americanas AES e Houston são indústrias de material elétrico.

A experiência da EDF, porém, não está sendo aplicada no Rio, como se pode verificar através de alguns números comparativos.

Os números falam

Segundo o relatório da EDF, a empresa tem na França 117 mil empregados para atender 30 milhões de clientes. No Rio, reduziu a cerca de 7 mil os funcionários da ex-estatal, que serve 3 milhões de clientes. Assim, a EDF tem na França um funcionário para 256,41 consumidores, enquanto a relação no Rio é de um funcionário para 500 consumidores. Quando era estatal, a Light tinha a mesma proporção de 1/256,41 que a EDF mantém na França.

A diferença se torna mais expressiva, quando os números se referem aos lucros obtidos na França e os extraídos do Rio.

Na França, segundo relatório da própria EDF, o lucro líquido de 1996 chegou a US\$ 371 milhões, o que corresponde a US\$ 12,36 por cada um dos 30 milhões de consumidores.

Já no Rio, o lucro de 1997 chegou a US\$ 300 milhões, sobre 3 milhões de consumidores: o que equivale a US\$ 100 por consumidor. A diferença pode ser considerada brutal.

Caso mantivesse no Rio a taxa de lucro obtida na França, a EDF teria alcançado na Light um lucro de 37,08 milhões e teriam sobrado 262 milhões para investimentos no sistema. Se o lucro de lá é considerado muito bom (permite à empresa, por exemplo, trabalhar quase que exclusivamente com capital próprio) por que não o seria aqui, onde os salários são mais baixos e os serviços, de modo geral, mais baratos?

Torna-se impensável imaginar o que ocorreria na França, se a EDF tirasse, sobre cada francês, um lucro de US\$ 100. Em meio a apagões.

A excessiva exploração fica patente: a EDF obtém na Light, sobre os 3 milhões de consumidores do Rio de Janeiro, o mesmo lucro que obtém sobre toda a França e seus 30 milhões de consumidores. Cada carioca rende o mesmo que 10 franceses.

A lucratividade no Rio é quase 10 vezes superior à obtida na França. A eficiência, porém, parece estar na ordem inversa...



Crea vai aumentar sua fiscalização

O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea-RJ) fez exaustiva análise dos acontecimentos de verão no setor energético carioca e fluminense.

O relatório "Análise relativa à crise no fornecimento de energia elétrica - área de concessão Light", de responsabilidade da Câmara Especializada de Engenharia Elétrica (CEEE), do Crea-RJ, concluiu pela necessidade de fiscalização rigorosa dos serviços prestados pela empresa.

Propõe, nessa fiscalização, a participação de setores sociais ao lado da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), considerada pelo órgão profissional, porém, como uma agência "retardatária, esquelética e desestruturada".

Além disso, a CEEE/Crea propõe que a empresa seja obrigada a fornecer informações detalhadas sobre investimentos, frequência e gravidade de acidentes envolvendo pessoal próprio e terceirizado, ressarcimentos a consumidores prejudicados e convocação de pessoal técnico para prestação de esclarecimentos.

Na análise do órgão profissional de engenharia, a situação verificada no final de 1997 e

neste início de 1998 repete o que se verificou nos anos finais da concessão da Light privada, então pertencente à canadense Brascan, nos anos 70.

Desculpas e descompromisso

"Era claro e sentido por todo o corpo profissional da empresa que, com a aproximação do final do prazo de concessão, o grupo controlador imprimia cortes cada vez mais profundos nos investimentos. (...) Na época, de maneira semelhante ao que ocorre hoje, os aparelhos condicionadores de ar que começavam a ser introduzidos em larga escala, principalmente no segmento comercial e residencial localizados no Centro e Zona Sul, também eram apontados como os grandes vilões."

Com a estatização da empresa, no final dos anos 70, seguiu-se uma década de grandes investimentos e reaparelhamento, até que começasse a campanha neoliberal pela privatização dos serviços públicos.

Desde então, os sucessivos governos passaram a determinar cortes nos investimentos da Light, uma maneira sutil de pregar a necessidade da privatização, enquanto os recursos da

O conselho profissional decide exigir explicações do corpo técnico da Light e vai seguir de perto os procedimentos da empresa e das empreiteiras contratadas

empresa eram desviados para outros setores da Eletrobrás.

"Dava-se início, então, a um processo irresponsável e articulado de dismantelamento progressivo da empresa, culminando com as constantes faltas de materiais e equipamentos que obrigaram a soluções improvisadas, assim como à entrega acelerada das atividades de construção e manutenção do sistema elétrico a empreiteiras sem a capacitação técnica e a experiência exigidas para uma atividade tão essencial e complexa, tudo isso direcionado para o programa de privatizações definido pela política neoliberal imposta pelos grupos internacionais e obedecida criteriosamente pelos governos que se sucederam até o dias atuais."

Desarticulação e cumplicidades

O documento assinala ainda: "Tem-se aí o primeiro responsável pelos problemas enfrentados hoje pelos consumidores cariocas com a crise no sistema de fornecimento de energia em grande parte dos municípios do estado do Rio de Janeiro, com destaque para o atual governo, que não mediu esforços em vender para a opinião pública as enormes vantagens que seriam obtidas com a privatização, executando as empresas a toque de caixa em leilões inundados de recursos judiciais e manifestações de segmentos representativos da sociedade."

Após a nova privatização, em 1996, para o consórcio EDF/AES/Houston/CSN, o objetivo de redução de custos envolveu a dispensa em massa de pessoal técnico altamente especializado, "chegando a provocar a extinção de diversos setores técnicos e operacionais de suma importância, bem como a desfiguração de diversas equipes técnicas", assinala o relatório.

"Foi então iniciada a política do 'qualquer um faz!', sob o silêncio e a cumplicidade total do Poder concedente e de muitos setores que, na defesa de interesses outros que não os da sociedade, hoje atiram pedras na empresa. Tem-se aí a revelação do segundo nível de responsabilidade", aponta o estudo técnico do Crea.

Fazendo lucros

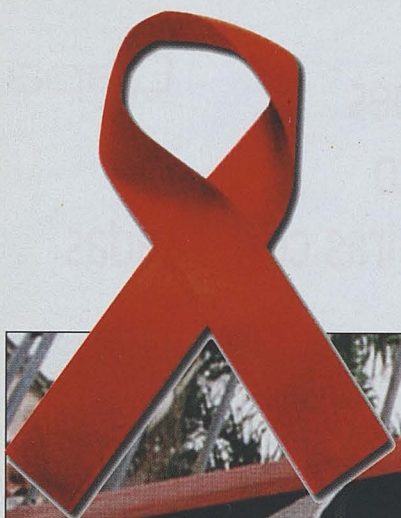
Entre as causas imediatas da crise no abastecimento energético, o Crea aponta a sede de lucro dos novos controladores, que só se preocupam em aumentar tarifas, caçar "gatos" reais ou imaginários nas ligações, e em distribuir lucros entre os acionistas. O estudo aponta ainda que, embora a empresa esteja investindo em subestações e no sistema de transmissão de 138 kV, negligencia o sistema de distribuição, o ponto fraco da rede.

"Toda essa situação era perfeitamente previsível e poderia ter sido minimizada, caso há cerca de dois anos atrás tivessem sido alocados os recursos necessários para a manutenção adequada do sistema, particularmente das configurações mais complexas e de mais difícil intervenção, como é o caso do sistema subterrâneo de distribuição que serve ao Centro e à Zona Sul."

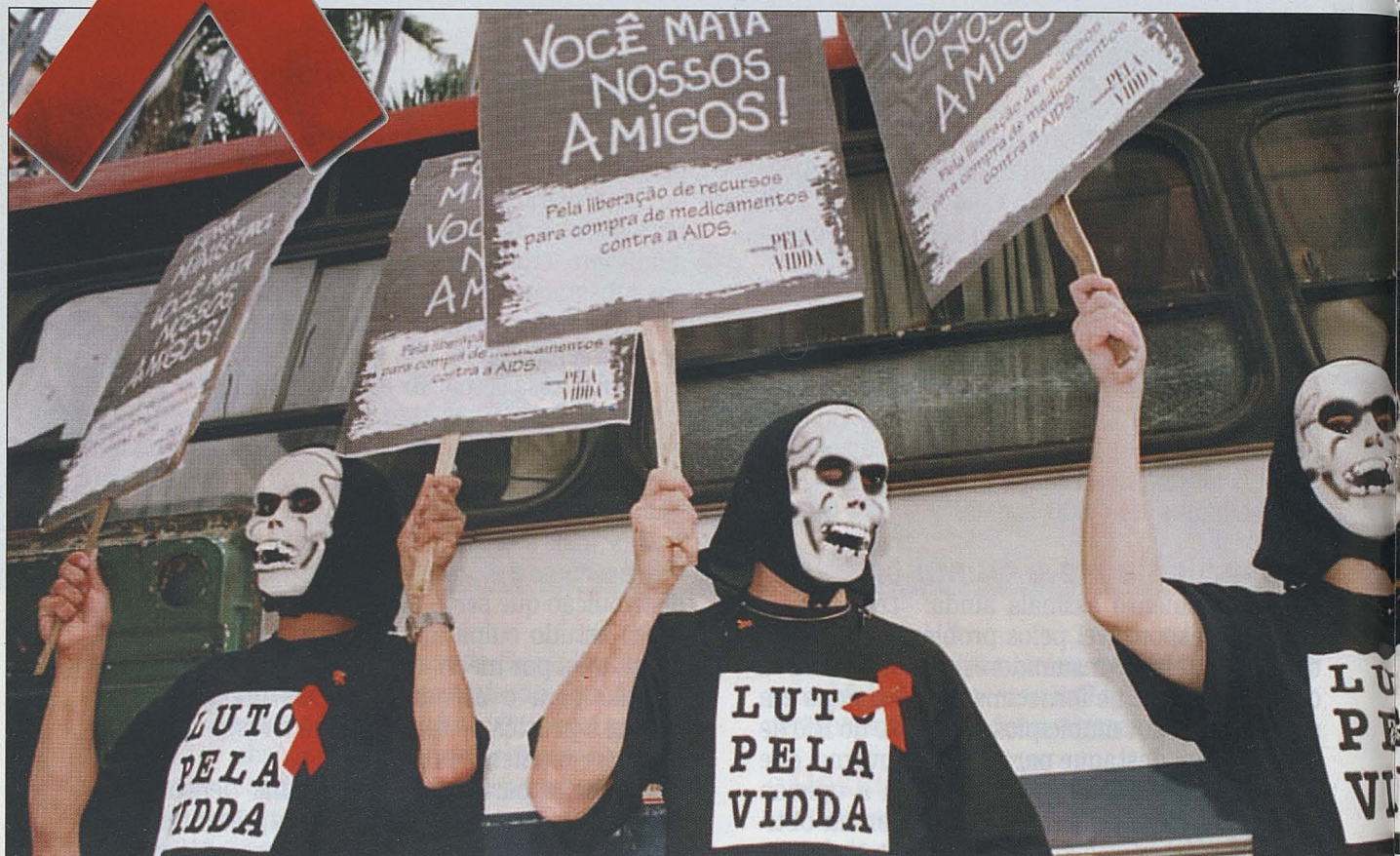
O estudo culpa ainda o corpo gerencial da Light, que, por medo, deixa de pressionar a alta direção para o atendimento das urgências, e atribui à política de terceirização a responsabilidade por inúmeros problemas.

"Apenas para evidenciar alguns dentre os muitos problemas que vêm se apresentando pela baixa qualidade da mão-de-obra contratada, basta verificar os longos períodos de tempo para a localização e reparo de defeitos em alimentadores, as explosões de diversas chaves a óleo de 15 kV e a queima de transformadores logo após terem sido submetidos a processo de manutenção por terceiros, e o fato de que a maioria das câmaras transformadoras subterâneas sofreu inundação com as últimas chuvas, simplesmente por não terem sido fechadas corretamente as tampas de vedação das mesmas."

A análise do Crea denuncia ainda a sobrecarga de trabalho sobre os 6.000 funcionários restantes, desestimulados ainda pelos baixos salários, pela falta de perspectiva de ascensão profissional, pelas constantes perdas das conquistas trabalhistas e pela pressão da empresa para que renunciem a reclamações em andamento na Justiça do Trabalho. ■



AIDS: a importân



Doença começa a ter portadores que prolongam a vida com novos coquetéis de remédios e que reequilibram o eixo emocional através do apoio psicológico

A medicina continua a correr atrás da cura da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, a Aids. Nesta corrida já se avançou muito na compreensão do mal e no desenvolvimento de tratamentos que melhorem as condições e estendam o mais possível a sobrevivência dos doentes. Drogas antivirais, associadas em coquetel, há dois anos surgiram no mercado, dando aos soropositivos novas esperanças e maior resistência às infecções oportunistas.

No entanto, o mal continua a marcar suas vítimas com o destino da morte, enquanto crescem as estatísticas de contaminações no mundo todo, espalhando o leque de infectados. Já não se trata de uma doença que atinja quase exclusivamente homossexuais e drogados masculinos adultos. Heterossexuais, mulheres, crianças e jovens engrossam agora os números que alarmam os setores dedicados a zelar pela saúde pública.

É um mal físico que penetrou fundo no imaginário da

cia do suporte emocional

humanidade como uma espécie de condenação e, por isso, tornou-se igualmente um mal emocional.

Abala duplamente o doente, física e psicologicamente, e apanha em seus profundos sofrimentos morais também os familiares, amigos e parceiros.

Desde o surgimento da doença, a depressão associada à Aids preocupou os agentes de saúde envolvidos no atendimento aos infectados. Hoje, está consolidada a crença de que, tão importante quanto os remédios, é o atendimento psicológico que reequilibra emocionalmente os pacientes. O mundo, que de repente se torna cinza para o soropositivo,

pode voltar a adquirir a variada tonalidade do dia-a-dia, que deixa a vida interessante.

Este é o lado da saúde mental que as vítimas da Aids têm oportunidade de desenvolver, com a ajuda de médicos e psicólogos. Podem recriar suas bases de vida, amadurecer, vencer antigos fantasmas, superar medos, alcançar um nível de auto-aceitação antes desconhecido. Como dado de fundamental importância nesse processo, o apoio familiar pode desempenhar um papel altamente positivo.

O impacto da doença

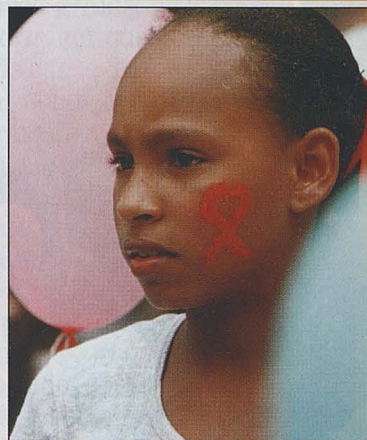
Ao atendimento psicológico a doentes de Aids dedica-se a médica Lizete Macário, da Disciplina/Serviço de Psicologia Médica do Hospital Pedro Ernesto, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Ela destaca a utilização do tratamento psicológico como uma forma de reequilibrar a vida dos soropositivos.

"O atendimento clínico a portadores do vírus HIV tem peculiaridades e particularidades que o diferenciam do atendimento a outros pacientes com doenças igualmente graves. Por ser uma doença nova, dos anos 80, transmissível, fatal, de evolução relativamente rápida e ligada a temas como a homossexualidade, bissexualidade e uso de drogas, ela também causa um forte impacto nos profissionais de saúde, não bastasse a repercussão que tem no meio social e familiar e o efeito no próprio indivíduo acometido pela doença", define.

Na opinião da especialista, a Aids cria uma oportunidade privilegiada para um trabalho multidisciplinar junto aos doentes. Segundo ela, os diversos profissionais da equipe de saúde podem investir na relação com o paciente, não considerando apenas o remédio ou a busca da cura. Assim, a assistência psicológica deve sempre acompanhar o tratamento clínico das pessoas convivendo com a Aids.

Ouvir o paciente e dar pri-

A Aids tornou-se um drama também para crianças infectadas, cujo número vem aumentando. Elas exigem apoio afetivo permanente



oridade aos temas que facilitam a integração individual são aspectos que Lizete considera importantes.

"A partir de nossa experiência no Serviço de Doenças Infecto-Parasitárias do Hospital Pedro Ernesto/UERJ, desde 1985, percebemos a necessidade de investir numa abordagem psicoterápica, para que o paciente possa lidar melhor com as fases evolutivas da doença e lhe seja mais fácil a integração familiar e profissional. O especialista, seja psiquiatra ou psicólogo, ouve o paciente, permitindo a expressão de seus afetos, além de acompanhá-lo em suas reações psicológicas, a partir de seu diagnóstico. Algumas dessas reações devem ser acompanhadas atentamente, com vistas ao alívio de sintomas utilizando psicofármacos, já que pode ocorrer, de forma secundária, um comprometimento do sistema nervoso central."

Segundo a psiquiatra, ao



Festa de solidariedade no Dia Mundial da Luta contra a Aids

realizar o diagnóstico clínico e planejar o tipo de abordagem psicológica, é importante levar em conta a existência das síndromes psico-orgânicas, produzidas pela ação do vírus no sistema nervoso central ou por infecções decorrentes de vírus, bactérias e fungos.

"Nestes casos, os pacientes sofrem mudança do comportamento e reações variadas, cujo controle medicamentoso pode ser mais objetivo. Tais manifestações, ao serem consideradas no cortejo das reações psicológicas de uma vida com Aids, têm permitido reorientar o atendimento psicológico."

Padrão de atendimento

A médica lembra que, no Brasil, houve uma luta muito grande, para que essa questão entrasse na agenda dos serviços públicos. Desde o início, se colocou o desafio da falta de recursos financeiros também necessários ao combate a todas as doenças transmissíveis no país. Mas uma conjugação de fatores obrigou a mudanças, estabelecendo uma estrutura especial de atendimento público aos pacientes de Aids.

Entre estes fatores, ela cita o agravamento da situação no sistema público de saúde, com avanço expressivo do número de pessoas infectadas e doentes, e a reação da sociedade, através das organizações não-



A dra. Lizete Macário desenvolve o projeto de dissertação 'Contando Histórias de Aids', sob orientação do prof. Kenneth Rochel de Camargo Jr., no Mestrado em Saúde Coletiva, do Instituto de Medicina Social da Uerj. Visa a contribuir para a melhoria do cuidado com os pacientes com Aids

governamentais (ONGs). De importância fundamental foi a incidência da doença em certas camadas da população, antes não-incluídas nos grupos de risco, como as crianças e as mulheres. Estes aspectos funcionaram como fatores de pressão, para que se prestasse assistência a pessoas infectadas pelo HIV nos serviços públicos de saúde.

"Com o crescimento da epidemia, atingindo não apenas os pobres, mas a classe média, o problema mostra a face pauperizada de todos, frente a uma doença fortemente medicalizada, com novos remédios não acessíveis à maioria dos portadores do vírus ou doentes", registra a doutora.

"O número de pessoas infectadas e doentes é visivelmente maior que a capacidade de atendimento dos serviços públicos de saúde. A necessidade de leitos para internação, frente ao aumento da demanda de assistência dos pacientes com Aids, principalmente, devido à necessidade de múltiplas internações, via-



O impacto psicológico negativo é intenso sobre o núcleo familiar, mas o amor e a solidariedade representam um suporte moral extraordinário para o doente

SAÚDE **Aids**

biliza iniciativas, por parte do Governo Federal, para programas de assistência domiciliar terapêutica e hospital-dia. Todas as mudanças são consideradas apenas intervenções nos programas de Aids, ainda requerendo profundas reformas e fortalecimento no setor público de saúde."

Segundo ainda a psiquiatra, o profissional de saúde vivencia, no cotidiano, situações características: o desafio do conhecimento médico, a impotência terapêutica, a ameaça da morte e o fato de o mal estar ligado a temas como a sexualidade.

"Ao lidar com as doenças o médico, do ponto de vista emocional, se coloca de modo impessoal, para evitar um envolvimento afetivo e com isso esquivar-se dos riscos do sofrimento e da mobilização de conflitos emocionais dolorosos, causadores de ansiedades e angústias", descreve.

"Pacientes em sofrimento intenso e em situação-limite, como os pacientes terminais, deixam a equipe de saúde sob grande tensão emocional", explica a psiquiatra.

Para ela, a trajetória assistencial do paciente com Aids se caracteriza pelo compartilhar das repercussões psicossociais por parte da equipe de atendimento médico.

O paciente e a família

O impacto que a Aids traz à sociedade em geral repercute também no grupo familiar. "Quando o paciente nos procura na instituição hospitalar, traz consigo toda sua história de vida, o relato de seus relacionamentos e vínculos familiares", registra a médica.

"O cotidiano das relações familiares são afetadas pela nova realidade: consultas médicas freqüentes, internações por vezes prolongadas, custo financeiro ligado ao tratamento pela compra de medicamentos e deslocamentos para o hospital. As dúvidas sobre a doença se juntam o sentimento de medo frente ao desconhecido de uma doença transmissível, ligada à sexualidade, cuja ameaça de morte libera o sentimento de culpa contido nas relações", descreve a psiquiatra.

"Neste momento, podemos citar três aspectos da relação familiar que influirão na situação clínica. O primeiro é a proximidade dos membros da família com o paciente. Parentes que não se encontravam há anos sempre encontram dificuldades de reatamento. O segundo aspecto é a tolerância, frente às dificuldades pessoais vivenciadas pelo grupo familiar. "O paciente passará a chamar a atenção sobre os limites físicos

impostos pela doença, despertando os sentimentos de culpa e medo relativos à Aids, além de exigir suporte em questões financeiras, físicas e emocionais acima das condições familiares", descreve a médica.

O terceiro aspecto é a condição, pessoal e prática, de ajudar o paciente nas questões ligadas ao tratamento, como o contato com o hospital, exames, deslocamentos para consultas e internações.

Assim, ao lado do atendimento médico, o apoio familiar conta como grande ferramenta terapêutica no reequilíbrio emocional dos doentes.

Perspectivas

O crescimento do número de vítimas expandiu a criatividade na busca de alternativas viáveis para enfrentar as principais questões que envolvem a epidemia de Aids, tais como o controle do crescimento do número de casos, a assistência e o tratamento. As campanhas de prevenção sobre a doença surgiram quando se constatou a necessidade de informação diante do poder de disseminação do mal.

"O enfrentamento realista das questões por parte das vítimas, dos governos e da população sugeria a busca de meios para lidar com a ameaça e o medo", afirma a médica.

"Da epidemia de HIV/Aids, de 1985, no caso do Brasil, o enfrentamento tem passado pela luta em torno do tratamento, de recursos financeiros e da sensibilização da sociedade", conclui Lizete Macário. (P.M.) ■

ESPAÇO DO LIVRO

COM A PALAVRA O AUTOR

Militares Confissões Histórias Secretas do Brasil

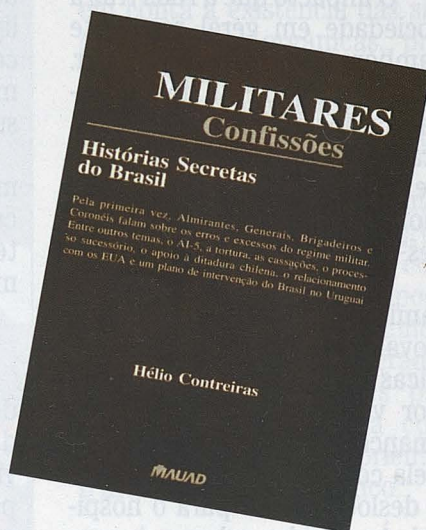
Angela Rocha

Como surgiu a idéia do livro? O senhor levou muito tempo para conseguir as entrevistas?

A idéia de um livro sobre o regime militar esteve na minha cabeça desde o momento em que comecei a fazer a cobertura das Forças Armadas, em 1972, em O Globo, e que depois faria também para o Jornal da Tarde e Estado de S. Paulo e para IstoÉ, onde estou, no momento. Mas, como disse no livro, a idéia de Militares: Confissões - Histórias Secretas do Brasil me foi sugerida pelo editor Ênio Silveira, em 1993. Lamentei que depois ele morresse e não tivesse a oportunidade de ler o livro. O Ênio era uma pessoa de grande dignidade.

Tive algumas dificuldades para obter os depoimentos com alguns militares. Uns falaram com certa facilidade, mas outros relutaram um pouco, no início. Aos que hesitavam em falar, fiz um apelo em nome da História. Expliquei que era preciso haver uma reflexão dos próprios protagonistas do regime.

Lembrei o hábito que os militares têm de analisar as operações, as manobras e os conflitos, com a finalidade de obter ensinamentos e evitar a repetição de erros. Argumentei que, ao con-



trário do que ocorre, por exemplo, na França, no Brasil não há uma reflexão sobre os episódios políticos, nem sobre os planos governamentais ou mesmo, a fundo, sobre a situação do país.

Na França, me identifiquei com o hábito de o cidadão francês questionar, analisar os políticos, os episódios políticos e históricos.

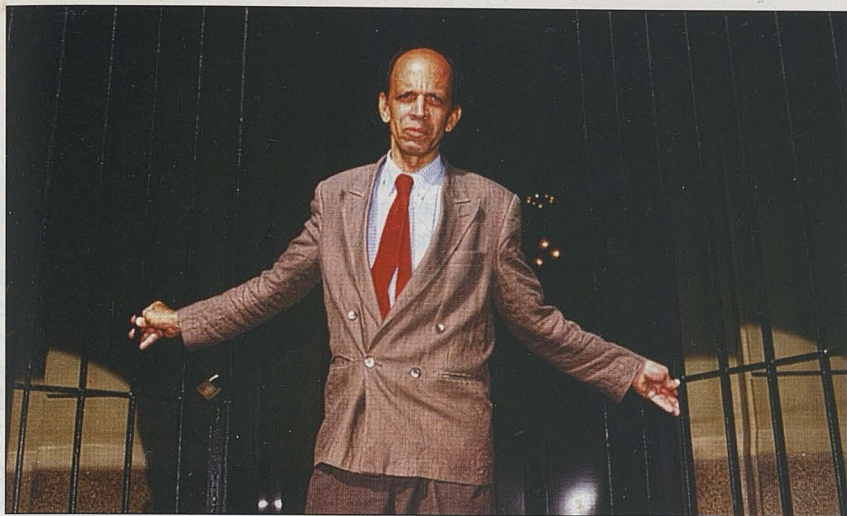
Como foi sua aproximação com os militares, numa época em que os jornalistas exerciam uma atividade considerada inconveniente para o regime?

A aproximação com os militares, no início, exatamente no período do general Médici, foi difícil. Como outros jornalistas,

O autor Hélio Contreiras, jornalista, atualmente na revista IstoÉ, desvenda uma parte obscura da nossa história, que foram os 20 anos de ditadura, através de depoimentos inéditos de militares envolvidos, na época, com o regime. Em entrevista a cadernos, Contreiras fala sobre o livro e relata importantes passagens de um passado ainda recente do nosso país

corri certos riscos. Mas a partir do momento em que comecei a conversar com aqueles militares que adotavam uma posição moderada e com outros que já criticavam o regime, as coisas ficaram menos complicadas. Passei a conversar e não apenas entrevistar. Procurei ouvir os que já defendiam, em 1973, o encerramento do regime.

É bom lembrar, a propósito, que, em 1971, o general Alfredo do Souto Malan, ao deixar a chefia do Estado-Maior do Exército, já defendia o desengajamento das Forças Armadas da política. Eu cito o discurso dele no livro. Mas, sem dúvida, nosso trabalho nos anos 70 foi difícil, com restrições, limites e incompreensões, e também hostilidades dos imaginavam que éramos parte do regime porque conversávamos com os militares. Era a época dura do maniqueísmo.



Hélio Contreiras colheu, com militares que tiveram destaque no regime de 64, a conclusão de que brasileiro não pode ser inimigo de brasileiro por divergências políticas

Com seus 25 anos de experiência e convívio com o meio militar, o senhor arriscaria afirmar que eles fizeram uma mea culpa de todo o processo da ditadura e hoje em dia agiriam diferente em situação semelhante?

Alguns, como o livro mostra, fazem a mea culpa, chegam a repensar, a fazer uma reflexão, e dizem sem rodeios: "Falhamos". Não tenho dúvida de que hoje vários agiriam de forma diferente. O almirante Júlio de Sá Bierrenbach reconhece que tinha uma visão errada do que se passava no Brasil.

Qual depoimento do livro considera mais contundente? E o mais surpreendente?

Sem a pretensão de fazer o lobby do livro, cujo valor já foi reconhecido por um jornalista que respeito, como o Cid Benjamim, o Villas-Bôas Correia, entre outros que também têm credibilidade profissional, creio que todos os depoimentos são relevantes. Na verdade, creio que o conjunto dos depoimentos assume uma importância histórica mais relevante, apesar do maior impacto de alguns. O trabalho foi compensado pela boa procura do livro e o reconhecimento da Faculdade da Cidade,

que o recomendou a seus alunos, da procura por jovens da PUC-RJ, onde é sugerido a estudantes de Direito e História, e em outras universidades.

No seu depoimento, o general Antonio Carlos de Andrada Serpa revelou que esteve no II Exército, em São Paulo, em 1975, e advertiu o general Eduardo d'Ávila Mello de que o clima naquele quartel estava exacerbado, radicalizado. Andrada Serpa diz que, depois, não se surpreendeu com a morte do jornalista Wladimir Herzog. Esta revelação me causou angústia. Senti, mais uma vez, que o Herzog poderia estar vivo hoje, trabalhando. Mas foi morto em um clima irracional de radicalização. Há também a declaração do general Ayrton Pereira Tourinho de que a tese do "inimigo interno", base teórica da repressão dos anos 70, não tinha validade. O general, que foi comandante da Escola Superior de Guerra, chega a afirmar que brasileiro não pode ser inimigo de brasileiro em função de divergências políticas. Mas há outros depoimentos tão relevantes quanto os de Andrada Serpa e Tourinho.

Ainda devem existir muitas histórias secretas dos bastidores da nossa história recente. A pró-

pria repercussão do livro pode desenterrar algumas delas. Já pensa no Militares: Confissões 2?

Sem dúvida que há várias histórias secretas do passado (ainda recente do regime militar) e do presente. Afinal, o Brasil é um país pouco transparente. Repito: não há no Brasil o hábito de se questionar, de se fazer uma reflexão, nem mesmo sobre as decisões da área econômica, sobre a situação da escola pública, dos hospitais, dos centros de pesquisa.

Quais lições deixam os depoimentos?

Creio que a lição principal que o livro pode deixar é a de que é preciso adotar no Brasil o hábito da reflexão. No Brasil, as pessoas tendem, muitas vezes, a estabelecer um muro do arbítrio ou o muro dos interesses pessoais ou econômicos, e aí acaba havendo ou um bloqueio no senso crítico ou uma censura. Em 1986, cheguei a ser ofendido por um economista, quando questionei o Plano Cruzado. Naquela época, outras pessoas que criticaram o Cruzado foram atacadas de modo até violento.

Para agravar ainda mais a apatia que, às vezes, ocorre em relação a questões essenciais da sociedade e da nação como um todo o Brasil ainda perdeu, nos últimos anos, alguns homens que realmente questionavam, analisavam com profundidade os problemas nacionais: Antonio Callado, Ênio Silveira, Darcy Ribeiro, além do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, que conseguiu despertar, até nos ricos, um sentimento de solidariedade em relação ao problema da fome, que atinge um número cada vez maior de brasileiros. Para citar apenas alguns nomes.

MATSUSHITA John P. Kotter

Lições de liderança para o próximo Milênio relata a história de sucesso do fundador da General Electric japonesa: a Matsushita Electric Corporation.

Uma biografia que é uma verdadeira lição para profissionais voltados para o século XXI. Um líder empresarial que não se deixou abater e liderou o milagre econômico de seu próprio país. Uma nova visão na arte de gerenciar.

Cod. 536

R\$ 43,00



RUMO À SIERRA MAESTRA

Che Guevara e Raúl Castro

Os diários inéditos da guerrilha cubana finalmente são revelados ao público os diários inéditos de Che Guevara e Raúl Castro com todos os bastidores da revolução cubana. O livro reproduz documentos, fotos e anotações que revelam detalhes nunca divulgados. O prof. Emir Sader (UERJ/USP), um estudioso do tema, faz a apresentação do livro.

Cod. 517

R\$ 30,00

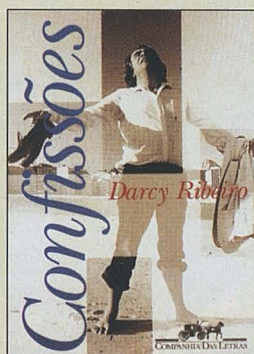


O FUTURO DO CAPITALISMO Lester Thurow

Em seu livro anterior, Cabeça a cabeça, o autor mostrou como a economia mundial ficou dividida em três grandes blocos - Estados Unidos, Europa e Japão. Agora, em O futuro do capitalismo, ele analisa as forças econômicas, políticas e sociais que determinam as grandes mudanças que ocorrem no mundo atual. O sistema capitalista está em cheque, acredita Lester Thurow, que visualiza o surgimento de um novo sistema capitalista, tendo como ativo estratégico as habilidades humanas, em vez do capital financeiro.

Cód. 538

R\$ 36,50



CONFISSÕES Darcy Ribeiro

Mais interessante que um livro de Darcy Ribeiro só a história de sua vida revelada por ele mesmo em CONFISSÕES. Todas as grandes emoções, amores, desafios e projetos, relatados da forma inteligente e bem humorada que só ele sabia fazer. Um livro imperdível para quem o admirava como escritor, intelectual, homem público e ser humano peculiar.

Cod. 518

R\$ 33,00

O FUTURO DA MEGAMIDIA

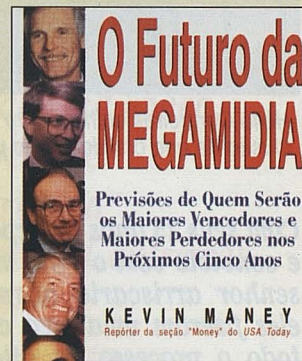
Kevin Maney

A Megamídia é revelada pelo autor de forma realista e sensata. Ele desmistifica toda essa explosão de novas tecnologias e negócios, nos apresenta as grandes personalidades do mundo da mídia e arrisca previsões polêmicas. Um tema fascinante revelado por um observador veterano.

Vale a pena conferir.

Cod. 528

R\$ 43,00



UMA HISTÓRIA DA LEITURA - Alberto Manguel

O leitor e o prazer da leitura é a tônica do livro de Manguel que viajou no tempo para descobrir as diversas formas de existência do leitor. Ele consegue unir a clareza ao entusiasmo dos apaixonados, escolhendo uma forma de escrita muito próxima a do narrador. Um livro escrito para "os amantes da leitura", segundo o próprio autor.

Cod. 516

R\$ 33,00



PLANO REAL - Pára ou continua?

Entrevistas reveladoras com 20 economistas (por vocação ou profissão): Antônio Lacerda, João Sayad, Antônio Lanzana, José Guilherme dos Reis, Antônio Heermann, José Júlio Senna, Carlos Fagundes, Máilson da Nóbrega, Cláudio Contador, Milton Assumpção, Delfim Neto, Paulo Nogueira, Edmar Bacha, Paul Singer, Eduardo Suplicy, Paulo Yokota, Gilson Schwartz, Robert Appy, Heron do Carmo e Roberto Macedo.

Cód. 507

R\$ 24,90

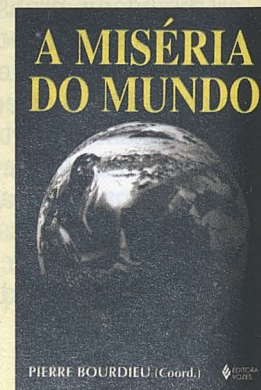
A MISÉRIA DO MUNDO

Pierre Bourdieu

Sob a coordenação de Pierre Bourdieu, um grupo de sociólogos dedicou-se durante três anos a compreender as formas contemporâneas da miséria social. O resultado veio em forma de pequenas crônicas de uma assistente social abandonada num hospital, de um metalúrgico orfão da classe operária, de um direitista extremado dependente da família e de tantos outros como eles. Ao ler, o leitor vai compreender porque as pessoas fazem o que fazem.

Cód. 549

R\$ 49,00



Moçambique Novas pistas na morte de Machel

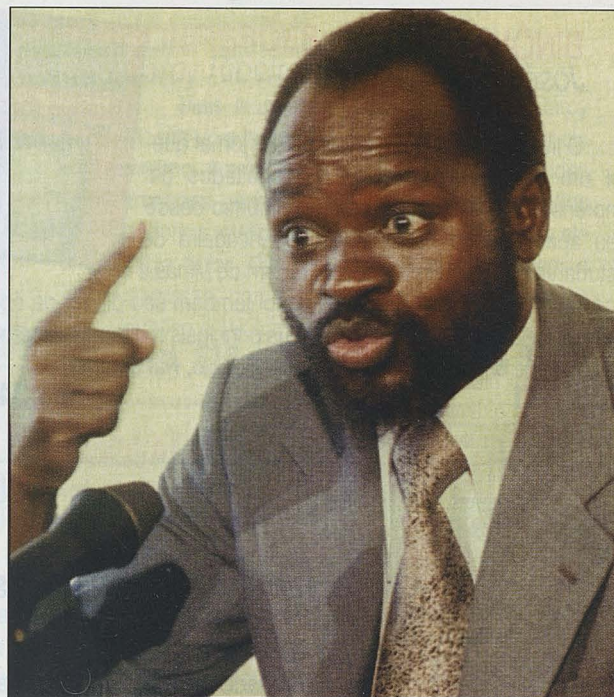
Nos últimos meses têm surgido fatos novos na apuração das causas do acidente que vitimou o primeiro presidente da República Popular de Moçambique e líder de sua luta pela independência, Samora Machel. As dúvidas sobre a natureza do desastre começaram a partir do mesmo momento em que se divulgou a notícia do acidente com o avião Tupolev, de fabricação soviética, em que viajavam Samora e alguns de seus mais próximos colaboradores, em 1º de outubro de 1986, na área de Nkomati, na fronteira da África do Sul com Moçambique.

A versão sul-africana, divulgada pelo governo de Pretória, nada mais era do que uma série de hipóteses, muitas centradas na admissão de que fora um atentado. Do lado moçambicano, um país que viveu durante mais de uma década sob o assédio militar do regime de minoria branca sul-africana que não aceitava nas suas fronteiras um governo de orientação progressista, sempre pairou

a suspeita do envolvimento do regime racista de Pretória no estranho "acidente".

Nos mais de onze anos que se passaram, a África do Sul libertou-se do domínio do governo racista e Moçambique teve sua independência consolidada. Nesse período, tanto na África do Sul como em Moçambique todos os pormenores e as hipóteses relacionados com o desastre foram meticulosamente examinados. Inclusive os fatos que aconteceram nas horas seguintes à queda do avião. Fontes moçambicanas denunciaram já em 1986 comportamentos suspeitos das autoridades sul-africanas. Até hoje não há explicação para o fato de a equipe de socorro só ter chegado ao local do desastre horas depois.

Em recente edição, a conceituada revista *Afrique-Asie*, publicada em Paris, volta ao assunto com novos detalhes e uma revelação importante. "Segundo uma versão dos fatos tornada pública o ano passado, os sul-afri-



Samora Machel comandou a independência moçambicana e seu regime marxista era alvo constante de ataques e sabotagens por parte do governo racista da África do Sul, que terminou por assassiná-lo

canos não somente foram negligentes na organização rápida dos socorros, como teriam destacado para atender Samora Machel, que sobrevivera ao acidente, um médico que o matara com uma injeção de veneno", publica a revista.

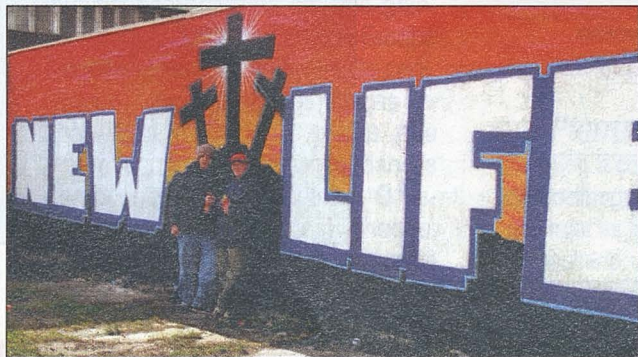
Uma coincidência estranha: o médico que aplicara a injeção perdeu a consciência anos depois como resultado de um desastre em uma rodovia sul-africana.

E mais, a publicação afirma que em 9 de junho de 1997 uma amostra desse veneno

fora enviada ao ministro da Polícia do novo governo sul-africano, Sydeni Mufamadi, por seu colega moçambicano Almerinho Manfenge.

O presidente Nelson Mandela tem dado demonstrações constantes do seu empenho pela descoberta da verdade nesse fato que privou Moçambique e a África de um dos seus líderes mais brilhantes, competentes e carismáticos.

Para a equipe dos **cadernos do terceiro mundo**, o desastre constituiu uma grande perda, não só pela morte de um líder que admirávamos e que apoiou o nosso trabalho editorial nos primeiros anos, como pelo desaparecimento de um importante assessor de Samora Machel, o escritor e jornalista Aquino de Bragança, profundo conhecedor da realidade da África Austral, que era assíduo colaborador da revista.



Os grafiteiros Glen Molloy e Glenn Black mostram o mural que criaram na Shankill Road, área protestante de Belfast, celebrando o histórico acordo de paz para a Irlanda do Norte. As negociações envolveram Londres e Dublin e exigiu surpreendente boa vontade de protestantes unionistas e de católicos republicanos do Ulster. O Acordo de Stormont foi aprovado por ampla maioria da população, que acorreu em massa ao plebiscito realizado no dia 22 de maio

África do Sul Lições de ética

A moral do presidente norte-americano Bill Clinton tem sido posta em dúvida, seguidamente, por um número crescente de mulheres, criando tanto constrangimentos, quanto pilhérias. É um caso, entre divertido e chocante, parecido com o do russo Bóris Yeltsin, só que o caso deste, diz-se que é com garrafas.

Mas, não foi sobre comportamento sexual que Bill Clinton recebeu uma lição em seu recente giro de duas semanas pela África (Botswana, Senegal, Uganda, Gana, Ruanda e África do Sul). A lição foi de moral política, dada pelo presidente sul-africano Nelson Mandela.

"Não devemos abandonar aqueles que nos ajudaram nas horas mais difíceis", disse Nelson Mandela, durante a visita de Clinton. Criticou assim, diretamente, a proposta do presidente dos Estados Unidos para que a África passe a adotar políticas internacionais norte-americanas, alinhando-se, por exemplo, com o boicote

imposto ao Irã, Líbia e Cuba. "Para superar divergências, a melhor coisa é sentar e conversar", ensinou Mandela, retrato vivo da lição que deu e também vítima, ao lado de seu povo e de africanos de muitos outros países, das políticas de dominação de Washington (sustentação do regime racista, as guerras em Angola, Moçambique, Congo, e o apoio a regimes antipopulares).

Mandela completou sua aula de ética política a Clinton, rejeitando, com firmeza, a mais nova proposta da Casa Branca: trocar a "abertura" do mercado norte-americano a produtos africanos pela abertura do mercado africano a produtos e empresas norte-americanas. "Este é um tema do qual desconfiamos muito. É uma proposta não aceitável para



A um Clinton assoberbado pela iminência de processos de origem moral, o presidente Nelson Mandela apresentou a cadeia onde sofreu 27 longos anos por condenação de origem ideológica, por suas convicções políticas, enquanto o governo norte-americano apoiava o regime segregacionista sul-africano. Mandela recusou a versão de modernidade de Clinton e reafirmou que ética só existe uma

nós", rebateu o presidente sul-africano.

Os Estados Unidos de Bill Clinton assistem a mudanças significativas na cena africana, transformações que se realizam em sentido contrário às políticas tradicionalmente adotadas por Washington naquele continente.

O Congo Democrático (ex-Zaire) livrou-se do longo reinado (32 anos) de Mobutu Sese Seko; Angola está a caminho da paz sob a cobertura da ONU e apesar do apoio norte-americano à Unita; a África do Sul de

Mandela é outro triunfo contra um regime longamente apoiado por Washington.

Assim, a nova política norte-americana aposta na face comercial, usando como gancho os princípios neoliberais que estão buscando consolidar, na área econômica, a predominância política imposta na maior parte do mundo durante a Guerra Fria.

A recusa explícita de Mandela à política de Clinton parece demonstrar que a África tem argumentos diferentes da cartilha neoliberal e não esqueceu o passado.

Índice de Cidadania

Coordenado pelo jornalista uruguaio Roberto Bissio, saiu a edição 1998 de "Control Ciudadano" (Controle Cidadão). A obra, de 258 páginas, com dezenas de tabelas e gráficos, analisa a situação social e de igualdade de gêneros no

mundo, partindo dos princípios e compromissos estabelecidos na Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Social, realizada em 1995, em Copenhague, Dinamarca, e na Conferência Mundial sobre a Mulher, celebrada também em 1995

em Beijim, na China. Os dados provêm de órgãos governamentais e sobretudo de uma rede mundial de organizações não-governamentais dedicadas a iniciativas relacionados com os temas sociais e com a situação feminina.

Roberto Bissio assinala que "as metas traçadas são alcançáveis, mas os

esforços são ainda insuficientes em muitos países, a ajuda prometida não chegou, a participação da sociedade civil é escassa e a globalização não vem beneficiando os países mais necessitados."

Para contatos e consultas através da Internet: <http://www.chasque.apc.org/socwatch/>

Iraque Qual a próxima encrenca ?



O representante especial das Nações Unidas, Prakash Shah, comunicou à opinião pública mundial, através da imprensa internacional, em entrevista concedida a 6 de abril, em Bagdá, que se refizeram os laços de credibilidade entre os dois lados, depois que as comissões técnicas da ONU inspecionaram os palácios presidenciais iraquianos e nada encontraram de suspeito, como insistiam os EUA

Devastado pelos Estados Unidos há sete anos e desde então sob a pressão permanente de Washington, que se utiliza da cobertura da ONU, o Iraque por pouco não foi outra vez varrido pelos foguetes do Pentágono por negar que hou-

vesse armas químicas estocadas nos palácios presidenciais do país. Bill Clinton tinha certeza de que havia, e só adiou o ataque quando Saddam Hussein acertou, com o secretário-geral da ONU, Koffi Anan, as condições para as vistorias.

No início de abril, as equipes da ONU, chefiadas pelo cingalês Jayantha Dhanapala, subsecretário da ONU para Desarmamento, deram por concluída a primeira etapa do trabalho: percorreram 1.058 prédios de oito complexos da presidência iraquiana.

"Nada foi encontrado de incriminador", admitiu Dhanapala, o qual, além das equipes de especialistas, foi acompanhado por 20 diplomatas de diversos países, como exigia o Iraque.

"Foi a vitória da verdade sobre a falsidade", disse Tarek Aziz, vice-primeiro-ministro de Bagdá. Principal negociador internacional do país, Aziz considerou importante a presença dos diplomatas estrangeiros, que puderam ver, diretamente, a atuação provocadora das equipes de inspeção, principal queixa iraquiana há muito tempo.

O boicote econômico provoca efeitos sociais dramáticos e sua suspensão depende, em grande parte,

da atuação das equipes de inspeção de armas. Enquanto não considerarem o Iraque limpo de armamentos proibidos, as sanções ficarão em vigor.

Estes grupos, integrados também por norte-americanos, procuram armar confusões e humilhar as autoridades - queixam-se com frequência os homens de Saddam Hussein. Foram essas provocações que os diplomatas agregados às vistorias puderam constatar agora, segundo Tarek Aziz.

Se as vistorias palacianas confirmarem o que diz Bagdá, ficará cada vez mais difícil aos EUA, com apoio incondicional apenas da Inglaterra, impor a continuação do castigo ao regime e ao povo do Iraque. Os três outros membros permanentes da ONU - França, Rússia e China - já expressaram ativa discordância da posição de Washington.

Resta aguardar qual será a próxima encrenca que a Casa Branca vai arranjar com Saddam.

Petróleo Da abundância à escassez

O inglês Michael Jefferson, subsecretário do Conselho Mundial de Energia (CME), vê a recuperação dos preços do petróleo a médio e longo prazos, em decorrência da menor oferta do produto.

A escassez, segundo sua análise, será fruto da incorporação crescente de usuários de produtos deriva-

dos do petróleo. Ele calcula que 40% da humanidade ainda estão fora da economia do petróleo.

Mas, uma parte importante desse segmento, localizado nos países do Terceiro Mundo, se incorporará aos usuários permanentes nos próximos 50 anos.

"Nos países em desenvolvimento (que hoje estão

sendo levados a abrir seu setor petrolífero às transnacionais - NR) é que crescerá a demanda no próximo meio século", disse. O produto, segundo ele, responderá por um terço do consumo energético mundial.

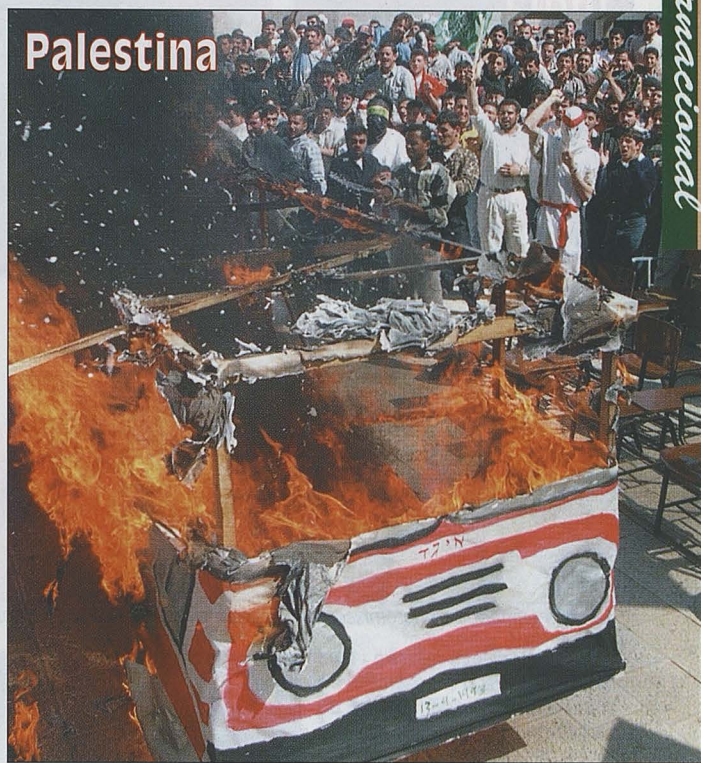
As demais fontes serão o carvão (22%), o gás natural (21%), a energia nuclear (6%), a hidreletricidade (4%) e a energia solar (2%). Madeira e energia da biomassa responderão pelos restantes 11%.





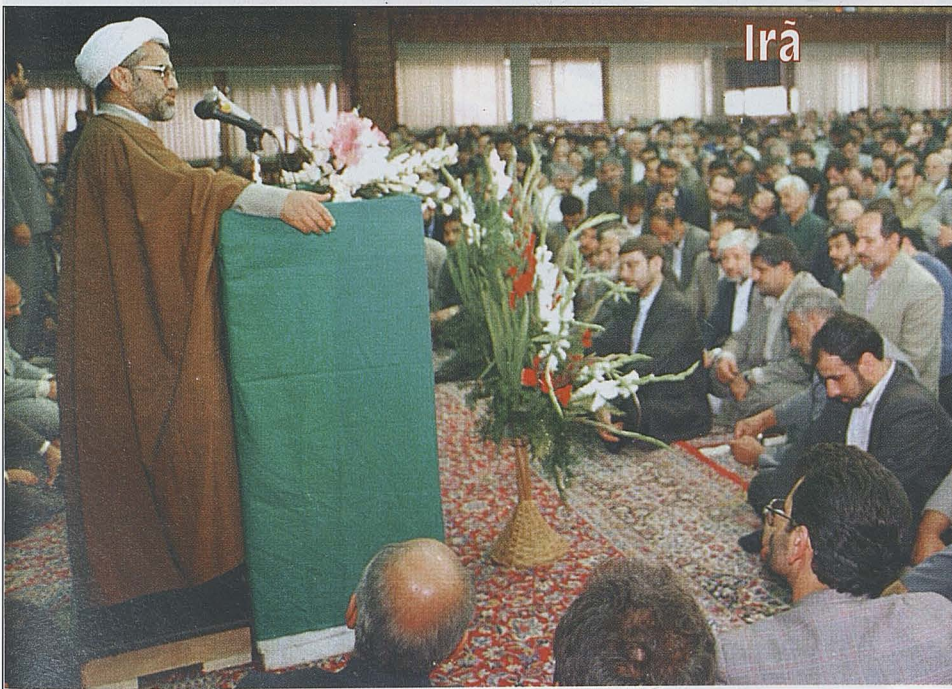
Israel

A insistência da política conservadora do governo de Benjamim Netaniahu em ignorar os acordos de paz e ampliar os assentamentos israelenses em áreas palestinas incomoda também a segmentos progressistas judeus. Na foto, integrantes do movimento israelense Paz Agora fazem protesto em 12 de abril, perto de Gush Etzion, na Cisjordânia. A polícia prendeu 32 manifestantes



Palestina

Militantes do grupo Hamas queimam uma réplica de ônibus israelense, durante manifestação na Universidade An-Najar, em Nablus, na Cisjordânia, no dia 11 de abril. Milhares de manifestantes exigiam vingança contra o governo de Israel, acusado de responsável pelo assassinato de Mohieddin Sharif, integrante do grupo e especialista em bombas. O governo da Autoridade Nacional Palestina, de Yasser Arafat, faz investigações sobre o caso e atribui a morte de Sharif a divergências internas do próprio Hamas

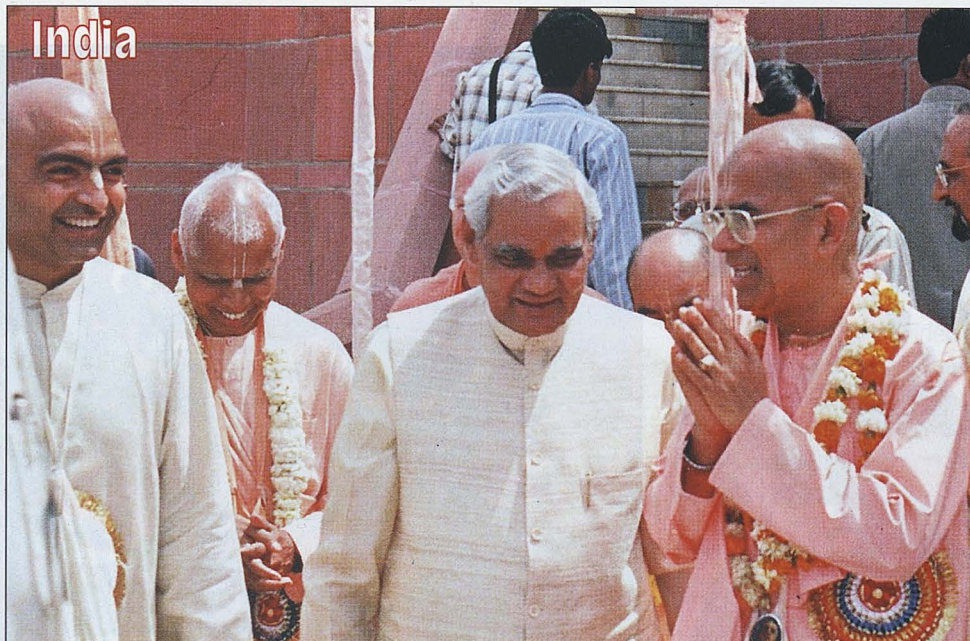


Irã

O ministro do Interior do Irã, Abdollah Nuri, reuniu os funcionários da municipalidade de Teerã, no dia 11 de abril, para uma reflexão sobre os inesperados acontecimentos políticos na prefeitura da capital.

Na semana anterior, o prefeito Gholam-Hossein Karbachi fora acusado de atos de corrupção, afastado do cargo e preso. O ministro Nuri interpretou a detenção do prefeito como uma tentativa dos setores políticos radicais de criar problemas e mesmo desestabilizar o presidente da República, o aiatolá Mohamed Khatami, de linha moderada. As investigações sobre Karbachi estão em andamento, indicando o que parece ser a existência de conflitos de orientação na cúpula dirigente iraniana

Índia



Um dos primeiros compromissos de Vajpayee na chefia do governo foi inaugurar templo do Hare Krishna

O novo primeiro-ministro da Índia é o nacionalista Atal Behari Vajpayee, líder do Partido do Povo Indiano (Janata), que venceu as eleições de fevereiro e março, mas não alcançou a maioria absoluta. Seu bloco conseguiu 249 cadeiras no Parlamento de 545, o que o obriga a governar em coalizão com partidos regionais. As eleições não resolveram a instabilidade política em que vem se debatendo a Índia nos últimos anos, em coalizões inseguras. O Partido do Congresso, dominante por quase 50 anos, vem decaindo a cada eleição, mas o Janata, maior a cada pleito, ainda não logrou a maioria absoluta. O programa nacionalista de Vajpayee acentua as tradições culturais indianas e já deu uma indicação de sua linha política ao explodir cinco bombas atômicas, em experiências perto da fronteira com o Paquistão, nos dias 11 e 12 de maio.

Segundo primeiro-ministro - e no momento o único em exercício - o comunista reformado Hun Sen, do Partido do Povo Cambojano, considerou bom auspício a declaração do primeiro primeiro-ministro, o príncipe Norodom Ranariddh, ainda no exílio tailandês, de que ordenaria cessar-fogo às suas tropas, pondo fim à guerra civil iniciada em agosto do ano passado, quando tentou depor e foi deposto por Hun Sen. Desde a retirada das tropas vietnamitas, a vida política cambojana balança sobre instável acordo patrocinado pela ONU, que começa pela existência de dois primeiros-ministros e se estende até à tácita aceitação de exércitos partidários, ao lado de um elemento desestabilizador, o proscrito Khmer Vermelho, com o qual Ranariddh é acusado de ter flertado, tentando o poder isolado.

Camboja



Laos



A recém-eleita Assembleia Nacional do Laos reuniu-se em Vientiane para dar início à nova legislatura. Na ocasião foram escolhidos os novos dirigentes parlamentares e também o novo primeiro-ministro, o general Sisavath Keobounphanh (foto menor). A assembleia laosiana é composta por 95 deputados.

Indonésia

Ditador cai, mas mantém sombra sobre o país

Quando o general e ditador Suharto anunciou para toda a Indonésia a sua tão desejada renúncia, a onda de celebração que tomou conta do país fez com que todos esquecessem, por algum tempo, o fantasma da perpetuação de um dos mais sangrentos regimes do Sudeste asiático.

Passada a euforia, restaram as dolorosas constatações: eleições para a presidência somente em 2003; nada de confisco dos bens ou julgamento dos crimes cometidos por Suharto; fora de cogitação a recuperação econômica sem submissão plena ao Fundo Monetário Internacional, e uma disputa nos bastidores do poder entre militares ex-aliados do antigo regime e outros ainda hoje muito próximos a Suharto.

Os 202 milhões de indonésios, que, no dia 20 de maio, acreditavam ver a queda rápida de uma longa ditadura, não perceberam de imediato os desdobramentos da saída de cena de Suharto e muito menos as negociações que a precederam.

Fazendo exigências retóricas, como a união das Forças Armadas, e outras mais objetivas, como as relativas à segurança de seu patrimônio, o ex-ditador ainda conseguiu plantar em seu lugar o vice-presidente

“Eu decidi declarar que me retiro de minha posição de presidente”

Suharto, ao renunciar na madrugada de 21/05/98

“Um pequeno grupo de generais vai determinar o futuro imediato indonésio”

Diplomata dos EUA

Bacharuddin Jusuf Habibie. Os seis filhos de Suharto anunciaram que ficam no país com os seus US\$ 40 bilhões e controlando instituições-chave, como o maior banco privado do país.

Os 400 mil homens das três forças também continuarão mais unidos do que nunca. Cão-de-guarda de uma ditadura que ceifou 500 mil vidas nos últimos 31 anos e que massacrou mais de 600 civis, desde que se deu o início dos protestos contra o regime há dois meses em Ujung Padang, as Forças Armadas são palco

“Vamos realizar governo eficaz, sem nepotismo e livre de corrupção”

Bacharuddin Jusuf Habibie, ao assumir na mesma ocasião

“A Indonésia está quebrada e não poderá manter a cara ocupação do Timor Leste”

José Ramos Horta

de uma ferrenha disputa pelo controle do poder militar.

De um lado, está o general Prabowo, genro do presidente deposto. É o defensor dos interesses da família do ex-ditador. O seu oponente, general Wiranto, não é exatamente o que se pode chamar de esperança de mudança, quando se sabe que é mais uma cria da ditadura. Os observadores acreditam que as disputas entre os dois militares serão arbitradas, justamente, por Suharto.

Se a crise que levou à renúncia do ditador teve em

sua origem a crise econômica, as notícias de Wall Street não são nada animadoras.

A onda de especulação que derrubou a rupia, moeda da Indonésia, pode voltar a qualquer momento. E mais: as consequências do desastre econômico só poderão ser amenizadas se Jakarta aceitar tomar medidas nada populares, como novos aumentos dos combustíveis e das tarifas de transportes, para receber o tão desejado empréstimo de US\$ 10 bilhões.

Governados com mão de ferro por Suharto desde 1966, após um sangrento golpe de Estado contra o general Sukarno, os indonésios estão descobrindo tardiamente que a globalização deixará marcas indelévels não só na economia, mas também na política do país.

O prêmio Nobel da Paz e timorense José Ramos Horta acha que uma reforma democrática está em marcha na Indonésia e que esta levará ao término da ocupação por Jakarta do Timor Leste, colônia portuguesa até 1975 e que estava em transição para a independência. O diplomata timorense lamenta a omissão do governo brasileiro na causa do Timor Leste. Lembrou as diversas gestões já feitas junto ao Planalto, sem maiores resultados.

Peru

Aumenta gravidez de adolescentes



No ano passado, 23% das mães que tiveram crianças na Maternidade de Lima tinham idade entre 10 e 16 anos, um percentual que indica o aumento permanente da gravidez de adolescentes, que dois anos antes não passava de 18%.

O fenômeno vem despertando debates na sociedade, porque o governo incluiu no Seguro Escolar o direito de atendimento hospitalar às meninas gestantes.

Setores mais conservadores reclamam que, assim, está se estimulando as meninas a iniciar sua vida sexual ainda na fase colegial. "A gestação por adolescentes é fato cada vez mais comum e não se pode ignorá-lo. Elas ficam grávidas e precisam encontrar o atendimento médico e social necessário", afirma a educadora Nidia Muñoz. Estatísticas da Organização Mundial de Saúde comprovam que adolescentes correm muito maior risco de morrer do que mulheres adultas, devido à gravidez.

"Pelo menos cerca de 20% da mortalidade materna por abortos correspondem a gestantes adolescentes", disse o médico Ernesto Sánchez.

Devido ao grande número de casos, as maternidades criaram enfermarias especiais para adolescentes gestantes.

Em geral, trata-se de concepções acidentais, devido à desinformação ou ao mau uso dos anticoncepcionais. As meninas passam por fase de grande angústia e um número indeterminado, mas considerado alto, recorre a abortos clandestinos.

O médico Carlos Cáceres, da Universidade Cayetano Herédia, divulgou uma pesquisa feita no ano passado, pela qual se constatou que 25% das menores de 18 anos já tinham engravidado pelos menos uma vez. Em 72% desses casos, a solução foi o aborto (54% espontâneo e 18% induzido).

Outra pesquisa revelou que os adolescentes conhecem os métodos preventivos,

mas só 21% admitiram usar alguns deles em suas relações.

Segundo psicólogos, além de ensinar métodos de proteção, é preciso trabalhar também os padrões culturais dos jovens sobre amor, sexo e paternidade.

A sexóloga Susana Galds chama a atenção, porém, para a necessidade de se diferenciar os casos de gravidez decorrentes do sexo entre namorados daqueles causados por estupro, muitas vezes na própria família.

"É necessário adverti-las para o uso de contraceptivos e também para a defesa contra violações. A baixa auto-estima deixa as meninas desprotegidas."

"A violação doméstica costuma ser reiterada e só é descoberta quando ocorre a gravidez. A criança procura esconder a agressão sexual, pois o preconceito social lança a culpa sobre ela e é frequente que a mãe a repudie como provocadora do incidente."

Colômbia

Desestatização no petróleo?

O governo colombiano garante que não vai privatizar a estatal Ecopetrol, mas apenas reduzir sua presença, para que as multinacionais do setor possam ocupar espaço maior no país. Os trabalhadores, porém, consideram que o objetivo final do governo é vender a Ecopetrol e se queixam da perseguição a líderes sindicais da empresa, que estão sendo processados sob a acusação de terrorismo.

Com as reformas aprovadas, "o governo pôs nas mãos das multinacionais grande parte do patrimônio público colombiano", acusou o presidente da União Sindical Operária, Hernando Hernández.

Pelas mudanças impostas pelo governo, os contratos de risco passam a ser menos onerosos para as multinacionais e mais pesados para a Ecopetrol. Pela modalidade anterior, as firmas estrangeiras pesquisavam com recursos próprios. Em caso de sucesso, recebiam um pagamento adequado. A partir de agora, porém, a Ecopetrol já investirá na fase de exploração e pagará inclusive por poços secos, sem capacidade comercial - o que eliminará o risco dos investimentos estrangeiros.

A Ecopetrol produz 626 mil barris diários e planeja chegar a 900 mil no final do ano, o que permitirá excedentes de 320 mil barris para exportação.

Chile

Impostos em debate

Está aumentando a pressão de setores políticos chilenos para acabar com o "paraíso fiscal e tributário" que beneficia o setor empresarial, de modo a redistribuir o peso dos impostos e a reequilibrar a renda.

Um dos defensores de mudanças é o presidente da Comissão de Finanças do Senado, Jorge Lavandero, do governista Partido Democrata Cristão. "Os que mais ganham são os que menos pagam e mais sonégam. A evasão fiscal chega a US\$ 3,6 bilhões ao ano", denunciou o senador. "O país é um paraíso tributário e financeiro, onde as empresas e seus donos não pagam impostos."

Lavandero acusou diretamente as filiais de firmas estrangeiras que atuam no estratégico setor mineiro. Disse que elas se registram no Chile como empresas individuais e não como sociedades anônimas. "Estas firmas, ao vender o cobre por preço abaixo da cotação e ao encomendar consultorias muito caras a suas matrizes, das quais ainda pegam empréstimos, não

apresentam qualquer utilidade para a economia chilena", denunciou.

O governo, segundo Lavandero, deve assumir seus compromissos em matéria tributária e cobrar os impostos devidos "pelos que mais ganham no Chile", de modo a contar com recursos para programas sociais, entre os quais a ajuda aos aposentados. No Chile, a previdência social pública sofreu forte desarticulação, para permitir a entrada de empresas privadas na exploração do setor do seguro social. Hoje, 800 mil aposentados vivem com pensões abaixo de US\$ 113, "o que significa estado de indigência", disse Lavandero.

O secretário da presidência, Juan Villarzu, que já foi presidente da estatal do cobre, anunciou que a carga tributária deverá subir de 18% para 25%, mas a proposta vem sendo bombardeada pelo setor empresarial e alguns setores do próprio governo. "No Chile, a carga tributária é extraordinariamente injusta", admite Villarzu, justificando a necessidade de mudanças.

América Latina

Comunicação e política



Ladeando o mediado Daniel Fernández, os jornalistas e debatedores Manuel Rojas, Victoria Prego, Beatriz Bissio e Alfredo Jalife Rahme

A diretora de cadernos do terceiro mundo, jornalista Beatriz Bissio, foi convidada a participar do Seminário Mídia e Cultura Política, organizado pela Fundação Pablo Iglesias e pela Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina (Coppal).

Realizado em Madri, de 10 a 12 de março passado, o seminário contou com a participação de importantes jornalistas, comunicadores e teóricos da comunicação da Espanha e América Latina,

que apresentaram um quadro da influência da comunicação na vida política.

A palestra de abertura do seminário foi proferida pelo ex-vice-presidente do governo espanhol, Alfonso Guerra. Ele elogiou o papel da imprensa na luta da Espanha pela reconquista democrática, mas criticou a atuação da mídia na atualidade, quando, disse, pretende pautar o debate político e assumir para si funções do Parlamento e dos outros poderes do Estado.



O ex-ditador Augusto Pinochet deixou o comando do Exército chileno em março, assumindo a seguir o lugar de senador vitalício que fez incluir na Constituição do país, como um dos pontos de negociação para o fim do regime militar, no início da década. Na foto, membros da Juventude Socialista manifestam-se contra a entrada do ex-ditador no parlamento chileno. Pinochet dominou o Chile de 1973 a 1990, à frente de um regime ditatorial considerado dos mais ferozes já vividos pelo continente

Cenário digno de Maquiavel

Cientista político que participou do regime de Fujimori desvenda em livro os bastidores do poder



Miçaela Ramada

No dia 23 de março, o empresário Jaime Mur - o terceiro mais importante do Peru - solicitou asilo político à embaixada da Costa Rica. Mur soube que a sua prisão estava prestes a ser decretada e que um promotor iria pedir uma pena de oito anos de reclusão para ele, sob acusação de contrabando. O empresário diz que a Justiça não tem condições de lhe dar garantias e se define como perseguido político. Motivo: ele é casado com a juíza Delia Revoredo, uma das magistradas que se opôs no Tribunal Constitucional à segunda reeleição do presidente Fujimori.

Mur é o segundo grande empresário a buscar o caminho do exílio. O anterior foi Baruch Ivcher, um megaempresário das comunicações que perdeu o seu canal de TV - a partir do qual liderava uma campanha de denúncias contra o governo por violações à Constituição - e hoje reside em Miami.

"Há um ano fui visitado por um emissário de Vladimiro Montesinos (o principal assessor do presidente Fujimori), que exigiu de minha mulher a retirada da sua assinatura da resolução que impedia a nova reeleição de Fujimori. Naturalmente ela não retirou a assinatura", denunciou Mur em entrevista a jornais estrangeiros.

Delia Revoredo - atual decana do Colégio dos Advogados

de Lima, também refugiada na embaixada da Costa Rica, - e os outros juízes que recusaram o terceiro mandato de Fujimori considerando-o inconstitucional, foram destituídos em maio de 1997. "Contra eles foi aberto um processo por contrabando", denunciou Mur. A juíza Revoredo revidou, acusando o governo Fujimori de violações à independência do Poder Judiciário perante a Corte Internacional de Direitos Humanos.

Rejeitando as objeções do Tribunal Constitucional, em fevereiro deste ano a Suprema Corte de Justiça aprovou tese considerando que o primeiro mandato do presidente não deveria ser levado em conta, já que a reeleição tinha sido aprovada em 1996, quando já estava

no poder. Assim, abriu-se caminho para uma nova candidatura, no ano 2000.

Na farsa montada para manter algumas aparências democráticas, Vladimiro Montesinos acabou por abocanhar o papel principal do regime. Muitos o consideram um segundo López Rega, lembrando o papel desempenhado por aquele sinistro assessor de Isabelita Perón durante o seu mandato.

Poucas pessoas conhecem Vladimiro Montesinos na intimidade. Uma delas é o sociólogo Francisco Loayza, ex assessor de Fujimori, que está prestes a lançar em Lima um livro com o seu depoimento sobre os bastidores do governo, chamado *O poder informal no Peru*.

A leitura de trechos desse livro num programa popular de televisão obrigou o autor a sair intempestivamente do país no fim do ano passado. Tendo voltado um mês depois, Loayza ainda está sendo pressionado a não publicar o seu depoimento, que, entre outras afirmações, contém esta bomba política: Fujimori não seria peruano e sim japonês, fato que, pela Constituição do país, o impediria de ocupar a Presidência da República.

Loayza, que pertenceu vários anos ao Serviço de Inteligência, em entrevista exclusiva a *cadernos do terceiro mundo* descreve quem é o "primeiro assessor" de Fujimori.

Qual é hoje a situação institucional no Peru?

FL - O país vive uma ficção democrática. Há um poder

informal instalado a partir do golpe de abril de 1992.

O sr. está chamando de golpe a dissolução do Parlamento?

FL - Sim, um golpe planejado e executado por Vladimiro Montesinos, capitão da reserva e assessor de Fujimori. Na década dos 70, ele foi exonerado do Exército sob a acusação de ser agente da CIA e de ter entregue informação estratégica ao governo norte-americano. O fato de ele ser ligado ao Departamento de Estado, especificamente à CIA, foi confirmado inclusive por alguns generais.

Como é um bom advogado, foi designado assessor legal

"O Peru vive uma ficção democrática. Há um poder informal instalado a partir do golpe de abril de 1992"

para cuidar de problemas particulares de Fujimori, em 1990. Mas, em pouco tempo, ele acaba se transformando em assessor direto do presidente.

E, naquele momento, qual era a sua função?

FL - Estamos falando do começo do segundo turno, disputado entre Mário Vargas

Llosa e Fujimori. Eu estava assumindo a parte política da campanha.

Após a vitória, Fujimori começou a mostrar uma vocação autoritária. Montesinos se baseia nisso para propor o fechamento do Parlamento.

A Frente Democrática, Frente de Vargas Llosa e o Partido Aprista controlavam o Congresso. Cambio 90, o movimento criado por Fujimori, estava imobilizado, com uma bancada parlamentar fraca, em termos políticos. Fujimori é conquistado para a tese da dissolução do Parlamento pela evidência de que, caso não assumisse o completo controle da situação, o seu governo seria absolutamente inócuo.

Com o Parlamento fechado, mudou a correlação de forças. A oposição foi dizimada. E quando Fujimori, cedendo às pressões internas e externas, convocou uma Assembleia Constituinte, praticamente todos as cadeiras foram conquistadas pelo governo.

O controle do novo Parlamento, o sucesso no combate à guerrilha e a queda evidente da inflação - que tinha atingido cifras monumentais com Alan García - dão a Fujimori grande prestígio nos diferentes setores sociais. Isso faz com que o presidente comece a pensar na reeleição. E, após a reforma da Constituição, em 1995, ele ganha com 64% dos votos.

Qual a certeza de que foi Montesinos que planejou o golpe?

FL - Em 1991 Montesinos

organizou uma conversa com o general Mercado Jarrín - que foi comandante-geral do Exército e primeiro-ministro no governo do general Velasco Alvarado - e me pediu para estar presente. Nessa ocasião, nos colocou a par da iniciativa de dar um golpe. E nos assegurou que contava com o respaldo das Forças Armadas.

Tanto o general Mercado Jarrín quanto eu argumentamos contra o golpe, inclusive afirmando que seria "virulenta" a reação dos EUA e da OEA.

Montesinos alegou que não lhe preocupava a posição dos Estados Unidos. Washington teria que ser realista diante da situação peruana. Talvez ele já tivesse sondado a possível reação da Casa Branca junto a determinadas esferas do governo norte-americano. De fato, quando a dissolução do Parlamento se consumou, os Estados Unidos reagiram de forma ambivalente. E, no caso da OEA, a ambivalência chegou a níveis sem precedentes, permitindo que Fujimori fosse lá e explicasse o porquê do golpe.

Montesinos passou então a ser o poder por trás do trono...

FL - Sem dúvida. Assumiu o poder de fato, passando a tomar as decisões mais importantes no que diz respeito ao narcotráfico e ao manejo do Judiciário e do Legislativo.

Como explicar que um oficial de baixa patente, acusado de traição à pátria, hoje dê ordens aos comandantes?

FL - Quando Montesinos

dissolve o Congresso, o único que conhece o plano e assume a iniciativa como sua é o comandante-geral do Exército, general Nicolás Hermosa Ríos. A Marinha e a Força Aérea se enteiram muito depois.

Se estabelece uma troika: Montesinos, Hermosa e Fujimori. Mas o contato é através de Montesinos, que leva e traz para os outros todas as informações. Daí a força para se impor às Forças Armadas.

Mas não conseguiu impedir

**"Montesinos
semeou a
desconfiança:
sendo Fujimori
japonês, não
deveria conhecer
os bastidores das
Forças Armadas"**

que na Marinha e na Força Aérea surgisse um mal-estar pela forma irregular como está sendo manejado o poder. Então, decide que a partir de 1993 os comandantes gerais de ambas as forças teriam que ser de Inteligência.

Rompe a tradição?

FL - Sim. Mas consegue homogeneizar o comando das Forças Armadas. Hoje ele maneja o Serviço de Inteligência. E desinforma o Presidente.

Fujimori desconhece a reali-

dade das Forças Armadas; não tem noção de como se maneja a estrutura de poder interna.

E, também por outro lado, Montesinos criou nos comandos militares um sentimento de desconfiança em relação ao presidente: sendo um japonês, seria perigoso que viesse a conhecer os bastidores das Forças Armadas.

Desta forma, Montesinos transita pelas instituições armadas com absoluta normalidade, quando no passado a sua fotografia estava em todos os quartéis, proibido de entrar.

Só não conseguiu voltar à ativa...

FL - Isso ele não conseguiu. Mas transformou o presidente em refém seu. E por quê? Por uma questão central: Montesinos tem informação de que Fujimori nasceu no Japão ou no barco que trouxe a sua família de lá. A pesquisa da jornalista Cecilia Valenzuela mostra que os documentos de Fujimori estão adulterados: a data de nascimento na inscrição no Registro Civil e no consulado japonês sofreu alterações grosseiras. Eu acho que Montesinos tem os documentos originais. Minha tese é de que ele fez ver ao presidente que, se fossem mostrados esses documentos, ficaria sujeito a uma pena de reclusão mínima de 15 anos por usurpação de funções, por ter exercido a presidência de forma inconstitucional. ■

Loayza atuou como assessor do general Mercado Jarrín (1970-74), e estudou no Centro de Altos Estudos Militares (Caem)

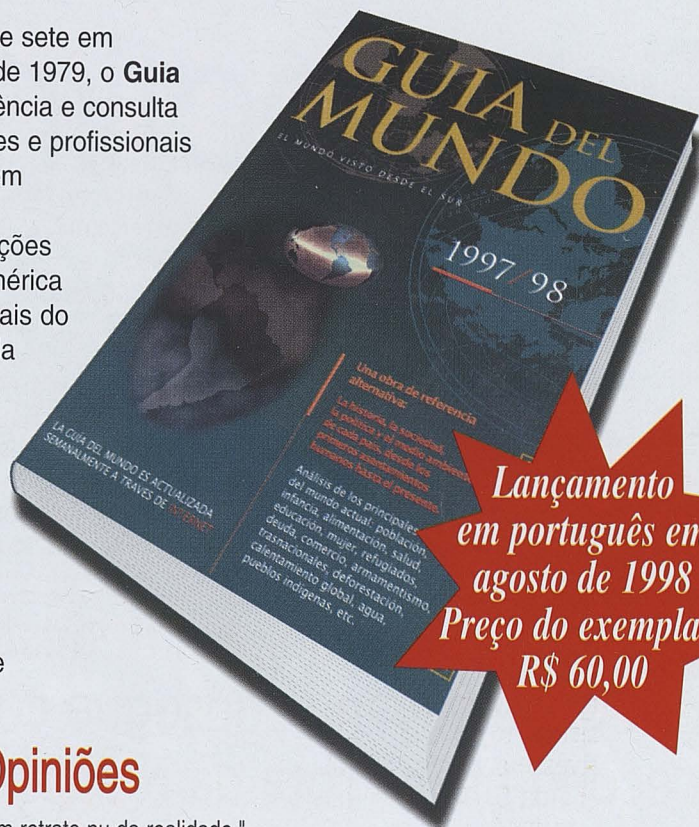
O mundo em suas mãos

Com 10 edições em espanhol, oito em inglês e sete em português, atualizada a cada dois anos desde 1979, o **Guia do Mundo** transformou-se em livro de referência e consulta obrigatória tanto para estudantes, professores e profissionais liberais como para os demais leitores preocupados em acompanhar os acontecimentos mundiais.

A publicação destaca-se por apresentar informações completas sobre a vida e a cultura dos povos da América Latina e do Caribe, África e Ásia e fornecer muito mais do que se encontra normalmente em livros de referência convencionais.

Na suas mais de 600 páginas e 5 milhões de caracteres, o **Guia do Mundo** inclui textos, dados estatísticos e mapas de mais de 200 países, com a correspondente localização regional, além de gráficos e 10 mil referências.

Para facilitar o acesso à obra, um índice geral explica em profundidade as características das duas principais seções, a de temas vinculados à atualidade e a dos países.



**Lançamento
em português em
agosto de 1998
Preço do exemplar:
R\$ 60,00**

Descubra

Informação atualizada de todos os países do nosso Planeta

■ com tabelas, estatísticas, dados históricos, políticos, econômicos, e informação sobre o sistema social e o meio ambiente.

E uma parte temática, com informação sobre:

- Demografia ■ Trabalho ■ Infância ■ Saúde
- Educação ■ Habitat ■ Dívida Externa ■ Comunicações
- Mulher ■ Comércio ■ Desenvolvimento Social
- Refugiados ■ Povos Indígenas

Opiniões

"Um retrato nu da realidade."

Eduardo Galeano

Autor do clássico *As veias abertas da América Latina* e da trilogia *Memórias do fogo*

"Um livro de referência indispensável para todos aqueles que estão preocupados com as relações Norte-Sul."

Willy Brandt, ex-chanceler alemão

"Ao oferecer uma perspectiva terceiro-mundista, este assombroso livro de referência, de mais de 600 páginas, vai desempenhar um bom papel nas bibliotecas e colégios. Tanta diversidade de opiniões e tanta riqueza informativa devem ser consideradas uma grande contribuição.

Uma leitura que pode demorar horas!"

Suplemento Educativo do Times, de Londres

Cupom de reserva de exemplares

Para fazer seu pedido, preencha o formulário e envie-o pelo correio

Solicito a reserva de _____ exemplares do **Guia do Mundo 1999/2000**

Nome: _____

Endereço: _____ Cep: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____

E-mail: _____ Telefone: _____ Fax: _____

Assinatura _____

Não mande dinheiro agora!

Fidel reafirma opção pelo socialismo

Mesmo com índices modestos, o regime cubano consegue colocar a economia na rota da recuperação, sem nunca ter abandonado a sua eficiente política social



Em 24 de fevereiro, Fidel Castro foi reeleito pela Assembléia Nacional do Poder Popular - o parlamento cubano - para mais um mandato de cinco anos como presidente do Conselho de Estado. As 601 cadeiras do Parlamento tinham sido renovadas na eleição geral de 11 de janeiro, elogiada por Fidel Castro pela elevada participação dos cidadãos.

Também foram reconduzidos aos seus cargos o vice-presidente do Conselho de Estado,



Raúl Castro, e o presidente do Congresso, Ricardo Alarcón. Raúl Castro, de 66 anos, é também ministro das Forças Armadas Revolucionárias e tem colaborado estreitamente com o irmão desde a época da luta contra a ditadura de Fulgencio Batista. No discurso de mais de sete horas que pronunciou após ser reconduzido ao cargo mais importante da política cubana, Fidel desmentiu que Raúl tivesse sido escolhido por ele como seu sucessor. Se fosse verdade essa versão, divulgada

insistentemente nos EUA, "isto equivaleria a brincar com os destinos do país", disse o presidente cubano. "Não tenho atribuições para tanto e este não é um reinado", sentenciou.

Fidel ainda negou qualquer plano de abandonar o caminho do socialismo e criticou a mídia ocidental, à qual acusou de contribuir para aguçar os mais baixos instintos do público, com uma programação carregada de violência e pornografia.

Quanto a temas sensíveis abordados pelo Papa, em re-

lação à família e à mulher, Fidel afirmou que nem o divórcio nem o aborto devem ser proibidos, mesmo que às autoridades cubanas nem um nem outro agradem, pois da mesma forma existiriam, sem estarem legalizados, com consequências graves, sobretudo no caso do aborto. Nesse sentido Fidel reafirmou a política desenvolvida pela revolução em favor da igualdade de direitos do homem e da mulher. Em Cuba a mulher não é uma escrava do homem", disse. ■



A retomada do crescimento

A economia cubana está em recuperação e as projeções para 1998 indicam que a retomada do crescimento, ainda que em índices modestos, é um processo sustentado, apesar do bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos.

Os dados finais de 1997 foram considerados animadores pela Assembléia Nacional do Poder Popular, o parlamento do país.

O crescimento do PIB chegou a 2,5%, abaixo do esperado, mas demonstrando a tendência de recuperação da economia, mesmo nas condições de recrudescimento do bloqueio,

devido à Lei Helms-Burton, que afetaram as exportações de açúcar e provocaram um prejuízo financeiro calculado em torno de US\$ 200 milhões no correr de 1997.

Além disso, outros fatores desfavoráveis no ano passado foram o clima, com destaque para o furacão Lily, que devastou sete províncias cubanas; a retomada pelos Estados Unidos da agressão bacteriológica, com a aspersão sobre campos agrícolas da praga Thrips Palmi, que vem provocando grandes prejuízos às colheitas; e os ataques terroristas, também de inspiração norte-americana, contra hotéis, com o objetivo de reduzir o fluxo de turistas - um

setor econômico em franca expansão em Cuba.

No saldo do ano, foram considerados positivos o desempenho da política monetária, o aumento das reservas cambiais, o crescimento de 15 dos 21 setores industriais existentes na ilha, em particular o níquel, aço e cimento; a expansão das rendas do turismo em mais de 12%; a elevação das exportações açucareiras em mais de 15% e também significativas nas vendas de pescado e tabaco.

Entre os itens negativos, as limitações financeiras que impediram a produção de mais 200 mil toneladas de açúcar, além de uma baixa geral de 2,8% na produção agropecuária.

Os cubanos receberam com entusiasmo a visita do Papa João Paulo II, mas reafirmaram a linha política e social do país

Rejeição ao neoliberalismo

A Assembléia cubana aprovou a política de crescimento lento, mas sustentado, e a rejeição a qualquer concessão a princípios neoliberais. Mantiveram-se, como linha de atuação, os investimentos na área social, com destaque para a saúde e a educação. A taxa de mortalidade infantil baixou para 7,9 por mil nascidos vivos, enquanto a mortalidade materna desceu a 2,3 por 10 mil parturientes.

Para 1998, sob o lema de que a eficiência deve transformar-se em modo de atuar, controlar e exigir - "Socialismo, além de justiça, é eficiência e qualidade" -, os cubanos prevêem um déficit fiscal entre 2% e 3% do PIB, um crescimento econômico de 2,5% a 3,5% do PIB e a permanência das restrições de acesso ao crédito externo. No orçamento para este ano, estão previstos gastos gerais de 12,3 bilhões de pesos, dos quais 89,5% serão cobertos pelo setor estatal, 5,5% pelo setor privado e 5% pela população.

A busca de maior eficiência não pode atropelar os objetivos sociais permanentes, advertiu a Assembléia cubana, que no orçamento aprovou incremento de 3% nos investimentos educacionais, incluindo o aumento de matrículas escolares para 2,2 milhões de estudantes nos três níveis de ensino, manutenção de 230 mil professores e da rede de 12 mil escolas primárias e médias e de 46



Cuba vai bater um recorde ao contar com um médico para cada grupo de 169 cidadãos e com um especialista em gastroenterologia para cada grupo de 1.087

centros de ensino universitário.

Na área da saúde, onde se aplicarão 7% do orçamento, decidiu-se expandir o número de médicos em mais 2.180 profissionais, além de mais 3.720 técnicos de saúde de nível médio. Estes novos números permitirão a Cuba o recorde de contar com um médico para cada grupo de 169 cidadãos e um especialista em gastroenterologia para cada grupo de 1.087. A rede hospitalar manterá os 64.849 leitos, distribuídos em 281 hospitais e 441 centros policlínicos. O Programa

Médico e Enfermeira de Família, onde já atuam 30,5 mil médicos, receberá o reforço de mais 2.200 novos clínicos.

Na área da Previdência Social, serão pagas pensões a 1,38 milhão de beneficiários, além da ajuda à maternidade, o que permite às mães ficar em casa, assistindo seu recém-nascido, e recebendo salários nos primeiros seis meses de vida do filho.

Além disso, 15 milhões de pesos serão destinados a ajudar as famílias mais necessitadas. Haverá ainda uma parcela para promover capacitação profissional e se manterá garantia de salário aos trabalhadores desocupados por motivo de reordenamento do sistema de produção.

Na análise da Assembléia cubana, a atual onda de instabilidade econômica mundial, que quebrou os chamados Tigres Asiáticos, aponta para uma próxima crise de dimensões maiores, fruto da falta de princípios do neoliberalismo e da pirataria que comanda as relações financeiras internacionais.

Pedido do Papa é acatado parcialmente

Governo cubano liberta quase todos os listados pelo Vaticano

Pouco menos de um mês depois da visita do Papa João Paulo II a Cuba, o governo da ilha assegurou que 299 presos foram postos em liberdade, atendendo o pedido do Sumo Pontífice. "Esses 299 detentos foram libertados e enviados para casa em menos de 24 horas, entre a tarde da sexta-feira, 13, e a madrugada do sábado, 14 de fevereiro", assinalou o porta-voz do Ministério de Relações Exteriores, Alejandro González.

Segundo o porta-voz, o Vaticano foi informado em detalhe de cada passo dado depois da entrega da lista. A declaração desmentiu versões difundidas por dirigentes opositores, segundo as quais os indultados foram postos em liberdade "lentamente ou em pequenos grupos".

O indulto, o maior de seu tipo já aplicado pelo regime do presidente Fidel Castro, foi aprovado pelo Conselho de Estado.

O secretário de Estado do Vaticano, Cardeal Ángel Sodano, entregou em 22 de janeiro às autoridades cubanas uma lista com 302 nomes, durante uma entrevista com o líder cubano. Sodano também fez um pedido adicional de clemência para os presos, tanto políticos como comuns, por motivos humanitários, como de saúde ou idade.

Das pessoas incluídas na lista do Vaticano, 75 foram libertadas através de um indulto e há 20 casos pendentes de decisão. E já se sabe que entre 60 e 70 presos vão permanecer no cárcere.

Da lista original de 302 nomes, uns 20 estavam repetidos, cinco eram "absolutamente imprecisos", 106 já estavam em liberdade e havia vários casos "que não eram de caráter penal e sim migratório", afirmou o funcionário cubano.

Os casos pendentes serão

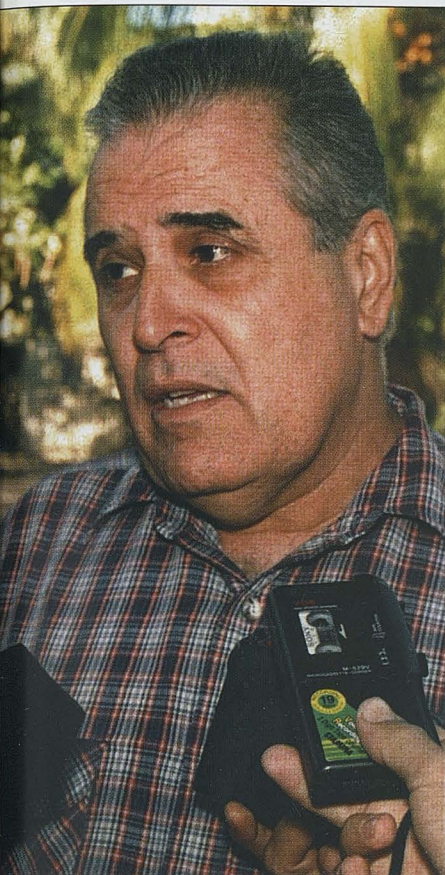


Edilberto del Toro, um dos libertados, partiu com a família para o Canadá no início do mês de abril

libertados assim que cumprirem "determinados requisitos". A chancelaria não precisou quais seriam esses requisitos, mas se soube que poderia ser a saída do país. Estariam sendo feitas gestões junto a alguns governos, como o do Canadá, para ver se acolhem os ex-detentos.

"Se esses casos forem resolvidos, mais de 90 dos 160 presos contra-revolucionários da lista do Vaticano terão sido indultados", assinalou Alejandro González.

Ao pedido do Vaticano acrescentou-se a libertação de outros 224 casos, "por razões humanitárias, independentemente da causa de sanção", fato que foi interpretado como um gesto adicional de boa vontade do governo cubano.



Elizardo Sánchez espera concessão de asilo a outros libertados

O jornal Granma, órgão oficial do Partido Comunista de Cuba, afirmou que a decisão de não libertar parte das pessoas incluídas na lista do Vaticano responde a "razões de segurança para o país, periculosidade dos sancionados e gravidade dos delitos cometidos".

Entre os excluídos está o salvadorenho Raúl Ernesto Cruz León, detido em 4 de setembro de 1997, que confesou à televisão estatal cubana ser o autor dos atentados contra cinco hotéis e um restaurante no ano passado, com o objetivo de reduzir o turismo no país.

O indulto alcançou pessoas acusadas de propaganda inimiga, desacato, entrada e saída ilegais do país, pirataria, deserção, falsificação de documentos e atentados.

As paredes cedem

Embara a posição oficial de Washington leve a crer que a Lei Helms-Burton ainda norteia as ações dirigidas contra Cuba, o abrandamento do bloqueio de 35 anos - com a reautorização de medidas suspensas há alguns anos - já é um fato na relação entre os dois países.

A novidade pode ser creditada tanto aos insistentes pedidos feitos pelo Vaticano, após a visita do papa João Paulo II à ilha, quanto a uma onda de debates em solo norte-americano sobre o embargo. Algumas medidas, anunciadas pela Casa Branca no começo de abril, mostram mudanças tímidas, segundo Havana. O restabelecimento de remessas financeiras, a volta de vôos entre Miami e Havana, a simplificação da venda de medicamentos e a anunciada disposição de vender alimentos indicam que os EUA querem explorar o filão humanitário.

"É como enfiar a faca e ao mesmo tempo providenciar o sangue", disse Fidel Castro ao analisar o conteúdo da mudança de atitude de Washington. O governo cubano não aceita que alimentos sejam transferidos de maneira facilitada e condiciona o seu recebimento ao fim do embargo.

O Partido Comunista também divulgou nota, considerando indigno e humilhante o possível envio de ajuda humanitária a seu país, lembrando os US\$ 60 bilhões que o embargo já custou a Cuba. Mais adiante, o pronunciamento oficial do PC fala da disposição de seu país

em "discutir as diferenças existentes com o governo dos Estados Unidos", o que Washington sempre recusou.

Na prática, os efeitos das medidas não são tão significativos, quando se sabe que já vigoraram antes e que sua suspensão originou formas de driblar o bloqueio. Até 1994, os exilados podiam enviar o máximo de US\$ 1,2 mil para seus parentes na ilha.

Com a proibição, os US\$ 800 milhões anuais passaram a chegar de maneira ilegal. As famílias (80 mil pessoas/ano) impedidas de viajar a Cuba após a suspensão dos vôos em 1996 - quando dois aparelhos de anticastristas foram abatidos - passaram a usar as rotas das Bahamas e do México. Já o envio de remédios à ilha põe na berlinda o próprio embargo, pois perdem o sentido as demais restrições ao comércio bilateral.

De qualquer forma, analistas dão como certo o desmoronamento gradual do bloqueio. Os dois lados se preparam para novas relações.

O Pentágono já admite que Forças Armadas cubanas não são mais ameaça. O Comitê Cubano para a Democracia pediu afrouxamento do embargo, reunindo 12 mil assinaturas que serão enviadas a parlamentares.

A maioria do Congresso ainda resiste, mas observadores notam crescente mobilização dos adversários do bloqueio para influenciar a opinião pública norte-americana e parlamentares. (Maurício Dantas) ■

A democracia por um fio

Apesar de denúncias de fraudes pela própria justiça eleitoral, a vitória do governista Raul Cubas foi aceita sem maiores contestações e com o aval dos observadores da OEA

Procópio Mineiro

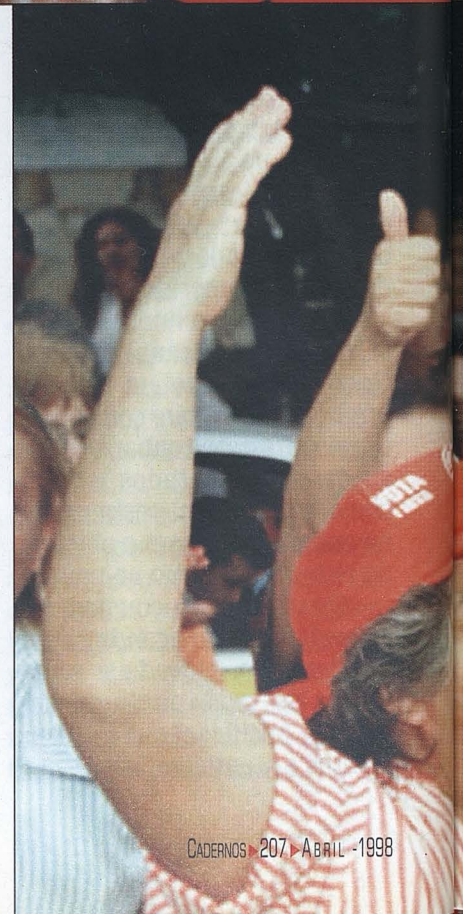
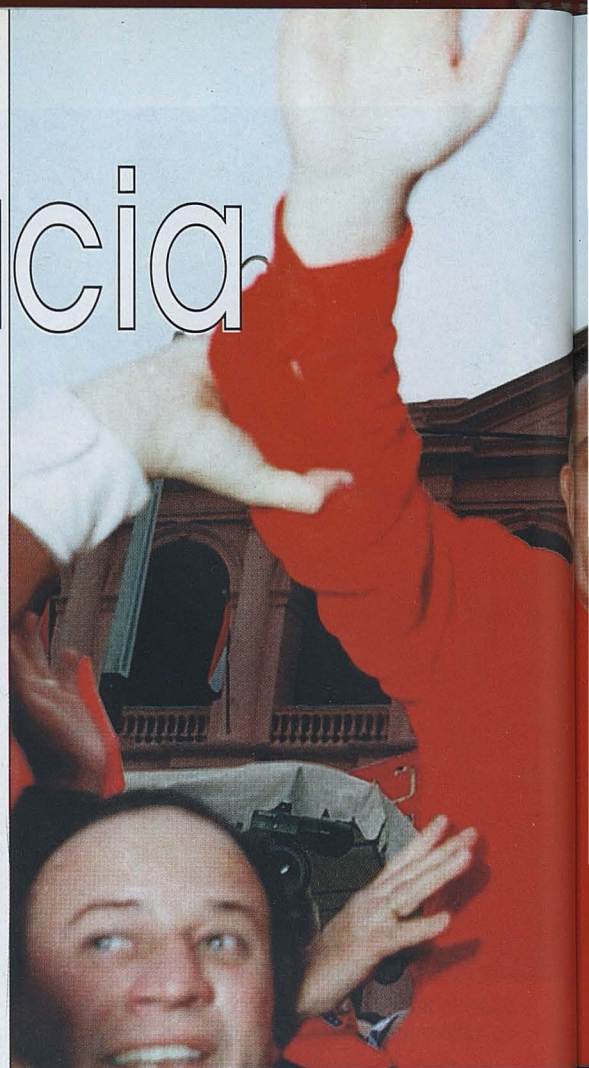
A eleição, que poderia ser interpretada apenas como um passo a mais na redemocratização do Paraguai - Cubas será o terceiro governante após o fim da ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989) -, carrega uma série de dúvidas e desafios.

A principal interrogação diz respeito à própria natureza da vitória de Cubas (54% contra 42,5% da oposição), que foi menos dele próprio e do Partido Colorado do que de um grande eleitor excluído do processo: o general Lino Oviedo.

Ex-comandante do Exército, líder de uma tentativa de golpe contra o presidente Juan Carlos Wasmosy, candidato oficial até três semanas antes do pleito, quando foi condenado a 10 anos de prisão, o general incorporou a figura do perseguido e capitalizou a emoção popular, transformando-a em votos para Cubas.

Esta circunstância foi decisiva para tirar a força da chapa oposicionista de Domingo Laino (Partido Liberal Radical Autêntico) e Carlos Filizzola (Encuentro Nacional). No pleito anterior, ambos os partidos concorreram separadamente, e esta divisão deu a vitória a Wasmosy, apesar de o voto oposicionista ter sido maioria, fato que garantiu o domínio do Legislativo pelas forças progressistas.

Desta vez, as duas correntes anticoloradas uniram-se na Aliança Democrática, mas o fator Oviedo trouxe à disputa um dado emocional que desequilibrou o resultado a favor da situação. Afinal, o maior protesto contra o governo colorado de Wasmosy era votar no colorado Cubas, representante do mártir Oviedo, também da mesma legenda. Assim, o partido, que tem metade do eleitorado do país como filiado, recuperou a maioria legislativa e fez 13 dos 17 governadores regionais.



Mesmo fora do processo eleitoral, o general Lino Oviedo foi o apelo popular que manteve o poder para o Partido Colorado e é o centro das atenções políticas

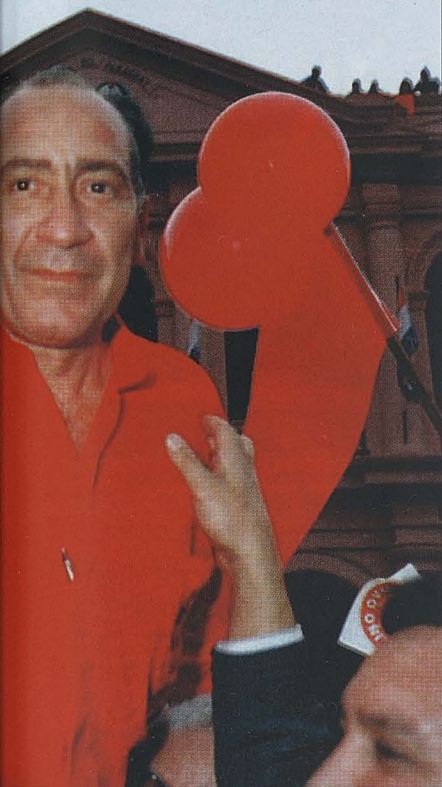
A primeira questão que se coloca é o papel que desempenhará o militar, condenado a 10 anos de prisão. Especulou-se já sobre a possibilidade de Cubas provocar nova eleição com a renúncia, abrindo caminho para que um Oviedo indultado, anistiado ou absolvido em novo julgamento possa finalmente chegar à presidência. É lembrado o episódio argentino, pelo qual Héctor Cámpora renunciou para permitir a eleição de seu líder, o general Juan Domingo Perón, em 1974.

Quando o presidente não for mais Wasmosy, mas Cubas,

um novo processo - que dificilmente deixará de levar em conta o pronunciamento das urnas - terá grande probabilidade de resultar em absolvição.

Livre, ou ainda preso, o ex-comandante do Exército continuará a ser um nome extremamente popular. Seu perfil nacionalista, sua facilidade de falar ao povo usando o guarani, e a história de que suas divergências com Wasmosy teriam como pano de fundo sua recusa em torno de uma negociata, tudo isso o transforma na figura-chave da vida paraguaia.

Eleitoras do Partido Colorado fazem manifestação pelo general Oviedo





Juan Carlos Wasmosy, Carlos Menem, Fernando Henrique Cardoso e Júlio Sanguinetti representam o Mercosul, que firmou o compromisso de recusar golpes de estado na região. Nesta foto, ladeiam Klaus Schwab, durante o Fórum de Davos, na Suíça

Pelo menos até que se decida seu futuro.

Além desse aspecto carregado de consequências políticas, há ainda a considerar a divisão na base do governo. O Partido Colorado tem agora três correntes distintas e com mútuas mágoas: a do presidente Juan Carlos Wasmosy, a do general Lino Oviedo/Raul Cubas e a do vice-presidente eleito, José Maria Argaña.

Cada um tem queixa do outro. Argaña deixou de ser o candidato presidencial na eleição anterior, porque Oviedo teria fraudado a convenção colorada para dar a vitória a Wasmosy. Oviedo, por sua vez, não perdou o que considera ingratidão e traição de Wasmosy, que ainda por cima o condenou à prisão. E Wasmosy, além de ter se sentido ameaçado pelo general, não pode disfarçar que a eleição do oviédista Cubas representa tudo o que gostaria de ter evitado.

Por várias vezes insinuou-se a possibilidade de cancelamento do pleito, o que obrigou os parceiros do Mercosul a mani-

festarem a necessidade de se manter o calendário eleitoral. Esta divisão poderá manifestar-se através da atuação parlamentar.

Os colorados retomaram a maioria absoluta na Câmara e no Senado, mas não de forma tão folgada que lhes permita estar a salvo de divergências sustentadas pelas divisões internas. Alguns poucos votos de uma dessas correntes, que venham a se somar à oposição, podem representar percalços administrativos intransponíveis.

A lenta reconstrução democrática no Paraguai se faz sobre um arcabouço herdado da ditadura de Stroessner. Mas as fissuras entre os beneficiários daquele período começam a surgir. A divisão chegou também à elite militar. Com Oviedo, Wasmosy expurgou uma quantidade de oficiais oviédistas e criou seu próprio núcleo militar de confiança. O que ocorrerá agora, com o triunfo eleitoral do general?

O esquema da transação política, que sustentou Stroessner por 35 anos, agoniza. O

aprofundamento de divergências ficou claro em pesquisa realizada entre pessoas com nível universitário: a maioria (72%) não quer a libertação de Oviedo, que se tornou um ídolo nas camadas populares.

Outro elemento de peso nessa realidade política do país é o Mercosul. Além do papel político decisivo (inibiu, em 1996, a tentativa de golpe de Oviedo, e freou, no início do ano, a tentativa de Wasmosy de cancelar as eleições para evitar a vitória do adversário), o Mercosul representa, para o programa de governo de Raul Cubas, um meio de modernização do país. Os oviédistas se interessam em obter da comunidade regional apoio a um programa de industrialização, simultaneamente a um tratamento diferenciado no grupo, que permita ao país deixar de ser a economia mais fraca. Esta modernização econômica seria a garantia de que o Paraguai necessita para abandonar os esquemas que facilitam o contrabando, a falsificação e o comércio de bugigangas asiáticas.

Jornadas no exílio

O livro *Os duendes da rebeldia*, lançado pela jornalista Glória Giménez Guanes de forma quase simultânea no Paraguai e na Espanha, reúne todos os antecedentes e os resultados das chamadas Jornadas pela Democracia no Paraguai, realizadas em Madri, em 1987, dois anos antes da queda de Stroessner. O evento foi fruto do trabalho de articulação política realizado durante anos pelo mais famoso escritor e intelectual paraguaio, Augusto Roa Bastos, e pela própria Glória, junto a outras eminentes figuras do exílio paraguaio. Nessa ocasião, pela primeira vez, um governo democrático europeu como a Espanha, apoiado por uma jovem democracia latino-americana, a Argentina de Raúl Alfonsín, assumia publicamente a responsabilidade de apoiar a luta do povo paraguaio em prol da democracia.

De certa forma, tudo começou em 1977, após o golpe de Estado na Argentina, onde Roa Bastos tinha residido por décadas. Obrigado pelas circunstâncias, o escritor viaja para a França e começa a dar aulas de guarani na Universidade de Toulouse, a partir de onde estabelece uma fluida relação com o exílio paraguaio na Suécia, Alemanha, Espanha e outras nações européias. A pedido desses exilados e dos que ficaram na Argentina (mais de 1.300.000),



A jornalista Glória Giménez Guanes foi uma das coordenadoras das jornadas que reuniram pela primeira vez todos os segmentos contrários à ditadura de Stroessner. 'Os duendes da rebeldia' reúne depoimentos dos participantes do histórico evento. Eram 'duendes' porque até então não tinham visibilidade nacional nem internacional

Reunião em Madri foi o ponto de partida para a unidade das oposições que se cristalizou na Aliança Nacional



Com a queda de Stroessner, o Paraguai vive uma etapa política nova, com uma sociedade civil mais ativa, que exige o alargamento da democracia

ele concorda em assumir uma responsabilidade política: a coordenação de um evento no qual deveriam estar presentes todas as correntes democráticas do Paraguai, desde os movimentos sociais e a imprensa, até o campesinato e os partidos de oposição.

"Temos que dar voz a todo o exílio interno", disse Roa Bastos quando começou a procurar apoio para a iniciativa na Espanha, numa visita ao Rei. A partir daí, foram três anos de preparativos, viagens, contatos sigilosos com o interior do país, até que, finalmente, em 1987, depois de ter sido adiadas duas vezes, as Jornadas acontecem.

"Felipe González nos deu todo o apoio, mas devido às suas responsabilidades como chefe de governo delegou tudo a Alfonso Guerra, o vice-presidente, que nos ajudou em todo momento. Contando também com apoio da Suécia e da Alemanha (através da Fundação Friedrich Ebert) começamos a trabalhar em 1985, quando começa a desmoronar internamente o Partido Colorado."

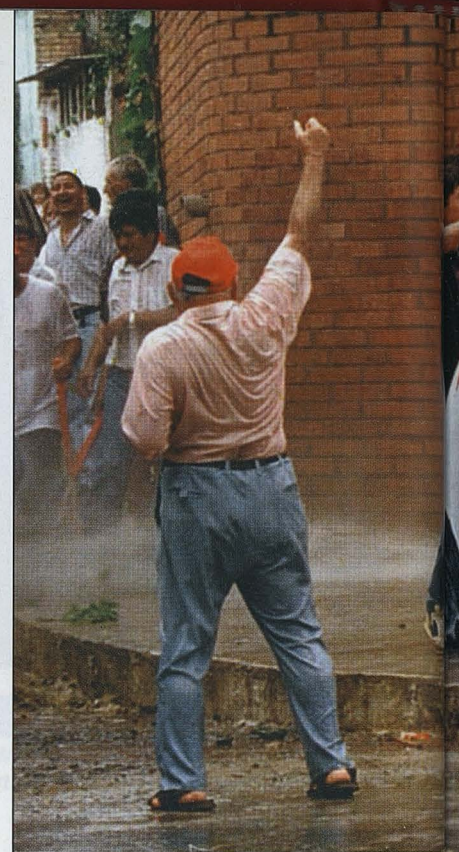
"O mais difícil era entrar em contato com o pessoal do interior do país. Nada podia ser enviado pelo correio nem podíamos falar por telefone. Quando surgiu o fax, foi como se tivéssemos descoberto a pólvora. Antes tínhamos usado para tirar documentos do país até remessas de batatas de contrabando, porque esse tipo 'encomenda' não estava vigiada."

As Jornadas conseguem o que no Paraguai tinha sido impossível: unir todas essas

forças. "Os protagonistas da luta contra a ditadura se conheciam, mas cada um trabalhava em seu canto. A sociedade estava atomizada e tinha medo."

Os organizadores das Jornadas conseguem levar a Madri 32 líderes - camponeses, militantes do movimentos sociais, representantes da imprensa independente e dos diferentes partidos de oposição. De uma forma ou outra, a maioria deles, anos mais tarde, iria protagonizar a transição. Entre outros, estiveram em Madri: Carlos Filizzola, que nas primeiras eleições municipais livres em junho de 1991 foi eleito prefeito de Assunção, com 31 anos, à frente do recém-fundado Movimento Assunção para Todos; Domingo Laíno, que foi o candidato da Aliança Nacional contra a candidatura colorada de Raul Cubas; o presidente do Partido Revolucionário Febrerista (filiado à Internacional Socialista), Euclides Acevedo; a presidente da Comissão de Direitos Humanos, que logo depois faleceu, D. Carmen Castro; o intelectual Carlos Colombino, entre outros. Todos eles têm hoje papel importante, inclusive no ministério do presidente Wasmosy", revela a jornalista.

"Deixaram sair a todos - e isso nunca tinha acontecido antes - porque por trás do pedido estavam a Espanha, a Suécia e a Alemanha. Tivemos apoio até de Nelson Rockefeller! Ao voltar foram todos revistados, mas ninguém sofreu qualquer represália. Aí nos demos conta de que, de certo modo, o controle do governo sobre as forças



sociais e políticas estava começando a ruir. A única figura convidada que não obteve autorização para viajar foi Humberto Rubin, diretor da Rádio Nandutí, o jornalista mais importante do país. Nada havia que irritasse mais a Stroessner do que o fato de se publicar no exterior alguma notícia a respeito da situação no Paraguai. O manto de silêncio por ele imposto sempre foi um instrumento para preservar-se no poder."

No Paraguai nada se informou sobre as Jornadas, porque estavam fechados a Rádio Nandutí e o jornal ABC Color, dois órgãos independentes. Mas, em compensação, "no exterior, fomos durante três dias manchete de primeira página nos jornais mais importantes do mundo: Le Monde e The New York Times. Até o ABC da Espanha, conservador e monárquico, nos deu a manchete de capa todos os dias. Tínhamos conseguido unidade dentro da atomizada sociedade



paraguaia", relembra.

As Jornadas contaram com o apoio tímido da Igreja e do Movimento Popular Colorado (Mopoco), uma dissidência do situacionismo. "Esses apoios eram fundamentais. Sempre tivemos claro que não haveria transição no Paraguai sem o Partido Colorado. De fato, sem o enfrentamento entre os colorados e os militares, não teria sido possível o famoso golpe do general Andrés Rodríguez, consogro de Stroessner."

De todos quanto compareceram às Jornadas de Madri, só Domingo Laíno vivia no exílio, na Argentina. Um dos resultados da reunião foi conseguir que os partidos aí presentes assinassem um acordo para não apoiar Stroessner nas seguintes eleições e se apresentarem unidos. "De fato, se Stroessner durou tanto tempo foi porque ele sempre cuidou da fachada das eleições a cada quatro anos. O que nunca sonhamos durante os dias de

reunião em Madri era que as posteriores eleições não chegariam a se realizar porque viria um golpe, em 1989. Elas viriam somente dois anos depois", diz Glória, que atuou como secretária de coordenação das Jornadas. Participar da organização desse evento histórico teve um preço alto para ela: a partir de então - e até a queda de Stroessner - não pôde mais voltar ao seu país e não teve direito a passaporte paraguaio.

"Os fatos posteriores mostraram a importância do espírito unitário surgido com as Jornadas. Depois da vitória de Carlos Filizzola na eleição municipal, constata-se a necessidade de se abrir uma alternativa para a eleição presidencial. Surge assim o Encontro Nacional, que lança o jovem empresário Guillermo Caballero Vargas como candidato à presidência."

O fato de o Partido Liberal Radical Autêntico de Laíno não ter apoiado a candidatura do

AMÉRICA LATINA **Paraguai**



Laíno, líder histórico da resistência contra Stroessner, concorreu como candidato das forças democráticas

Encontro Nacional, lançando candidato próprio, somado à grande concentração de forças do Encontro Nacional na capital (que não conseguia entrar nos municípios do interior), deu a vitória ao Partido Colorado com Wasmosy.

"Se Laíno tivesse sido vice de Caballero Vargas, teriam ganho. No fundo, para um partido de mais de cem anos, como o Liberal, era difícil aceitar o cargo de vice de um jovem sem experiência política. Mas faltou-lhe a grandeza de perceber que se estava iniciando um processo de transição, que exigia deixar de lado certas considerações de cunho partidário para pensar em função dos interesses nacionais e das maiorias."

"Se em 1993 o Encontro Nacional e o Partido Liberal tivessem disputado a eleição juntos, como agora - quando formaram a Aliança Nacional -, o resultado teria sido diferente", conclui. (B.B.) ■

Não convenceu

Promessa de desocupação do sul do Líbano não tem o efeito esperado pelas autoridades israelenses

Maurício Dantas

No primeiro dia de abril, quando os jornais de todo o mundo divertiam seus leitores estampando manchetes apropriadas para o Dia Internacional da Mentira, o primeiro-ministro de Israel apareceu em público para anunciar que seu gabinete tinha tomado uma séria e importante decisão: a retirada das tropas de seu país estacionadas desde 1978 em uma faixa de 15 km no sul do Líbano.

Benjamin Netanyahu, com toda a pompa que a ocasião exigia, informava que o Es-

tado judeu admitia formalmente desocupar o país árabe, como determinava a resolução 425 da ONU, de 20 anos atrás.

Também haviam pré-condições: uma delas obrigava o governo libanês a assumir o compromisso de desalojar guerrilheiros do Hizbollah do sul de seu território.

O Líbano rejeitou imediatamente a proposta. O presidente, Elías Hrawi, pediu a união dos países árabes num acordo que proibisse qualquer tipo de relacionamento com Israel enquanto seu exército seguisse ocupando territórios de outras nações.

Para jornais e fontes governamentais árabes, a decisão tomada pelo gabinete de Netanyahu demonstrou duas intenções básicas: desviar a atenção das negociações sobre a retirada de suas tropas israelenses da Cisjordânia, conforme determinação do acordo

A ofensiva diplomática de Netanyahu (na foto, com o líder das milícias cristãs do sul do Líbano, Antoine Lahad) não foi tão bem recebida por seus aliados europeus e americanos



Aviões israelenses mataram oito civis libaneses este ano





de paz celebrado com os palestinos, e isolar a Síria na comunidade de nações árabes. Damasco, que quer de volta as colinas de Golã tomadas na Guerra dos Sete Dias, em 1967, se veria pressionado a sentar à mesa com Israel após a definição da situação libanesa.

Uma ofensiva diplomática levada a cabo por Netanyahu junto a países europeus, aos Estados Unidos e ao secretário-geral da ONU, Kofi Annan, em fins de março, foi o primeiro passo para preparar o anúncio de 1º de abril.

Os EUA, através da secretária de Estado, Madeleine Albright, disseram que a proposta israelense deveria se traduzir em fatos concretos. E foi só.

As nações européias acolheram com comedida simpatia

a proposta, sugerindo que Líbano e Síria sentem à mesa de negociações. Desde o ano passado, quando o presidente francês, Jacques Chirac, em visita oficial a Israel fez questão de se encontrar com líderes da Autoridade Nacional Palestina, ficou evidente o desejo dos europeus de apressar o processo de paz e jogar duro com o governo israelense pelo descumprimento de cláusulas dos acordos firmados em Oslo.

No começo deste ano, a resposta européia à debacle do acordo de paz prosseguiu com a visita do chanceler britânico, Robin Cook, aos territórios ocupados. O desconforto do governo israelense não poderia ter sido maior.

A Síria, que mantém mais de 35 mil soldados em território

libanês, já informou não estar disposta a apoiar a proposta israelense. E sem a concordância de Damasco qualquer negociação fica comprometida, garantem os analistas.

Condições

As exigências de Israel não se limitam apenas às garantias contra possíveis ataques ao seu território. Os 2.500 integrantes da milícia cristã do sul do Líbano, o principal esteio de Israel no país árabe, ficariam a salvo de represálias. O Estado judeu, no entanto, não se comprometeu a dar fim aos vôos rasantes de seus aviões de caça, que no dia anterior ao anúncio da possível desocupação matavam o oitavo civil libanês neste ano. Nem anunciou a mudança de outras práticas repressivas no sul do Líbano.

Se, por enquanto, o governo conservador de Israel não tem dado sinais de mudança, os seus aliados no hemisfério norte parecem estar perto de uma guinada. O desconforto dos europeus e norte-americanos é grande diante dos países árabes e dos grupos defensores dos direitos humanos, que lhes acusam de praticar uma diplomacia de "duas varas, duas medidas".

As potências ocidentais, alegam eles, não esperaram 20 anos para punir o Iraque por ignorar resolução da ONU semelhante à 425, quando invadiu o Kuait, em 1991. ■

A falta de apoio do FMI e do Banco Mundial leva



Os tigres se ajudam

os dirigentes a buscar saídas próprias para a crise

Johanna Son

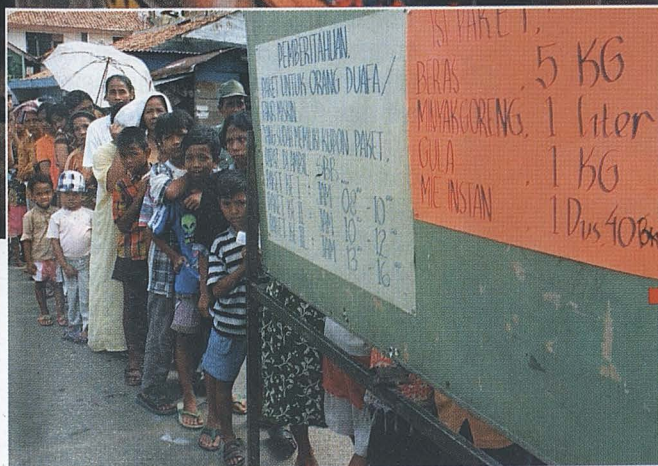
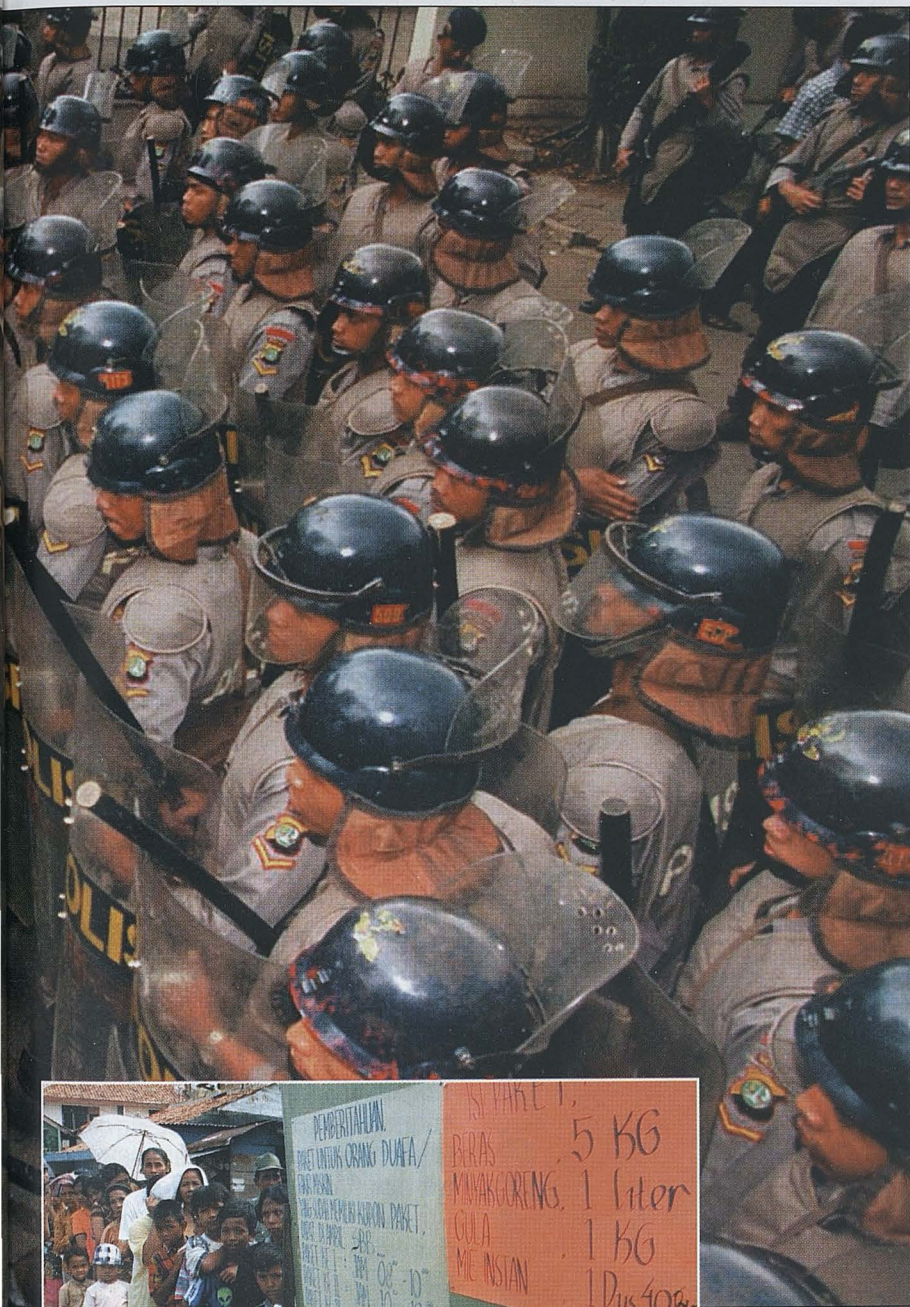
Funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Bird) começaram o ano como enfermeiros que se reúnem no cenário do desastre, percorrendo a Ásia Oriental com o objetivo de estabilizar a região.

O FMI, que concedeu créditos em torno de US\$ 120 bilhões, receitou medidas macroeconômicas, revisou as estatísticas dos países e, no caso da Indonésia, impôs um programa de austeridade.

O presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, no seu giro por seis países asiáticos em fevereiro, alertou que se deveria dar prioridade aos pobres, que carregarão sobre as costas a maior parte do peso das medidas de austeridade.

Mas, mesmo com esse enfoque de cunho social, as instituições de Bretton Woods ofereceram pouco para manejar o fenômeno da globalização. Dedicaram-se, em contrapartida, a atacar os sintomas e a reiterar o mesmo conselho de recortar os gastos públicos, elevar as taxas de juros e diminuir os crediários.

Alguns funcionários dos governos da Ásia Oriental pensavam que Wolfensohn iria se manifestar contrário a alguns dos controvertidos conselhos do FMI, mas estavam equivocados. Em Singapura, ele até chegou a dizer que o Fundo estava fazendo um "bom trabalho" na Ásia Oriental.



A desestabilização econômica refletiu-se logo no custo de vida, gerando protestos de rua, como na Indonésia

Indonésia na mira

A pesar da gravidade da crise em outras nações asiáticas, no momento todos os olhares estão concentrados na Indonésia. A explosão popular no começo do ano foi espontânea e desorganizada, mas com o valor da rupia, a moeda nacional, desvalorizado em quase 80% e o desemprego em alta a cada dia, a situação agravou-se em maio, levando ao fim o reinado de 32 anos do general Suharto, de 76 anos, que passou o poder ao seu vice, Jusuf Habibie, de 62 anos, para que cumpra o resto do mandato presidencial, que se estende até 2003.

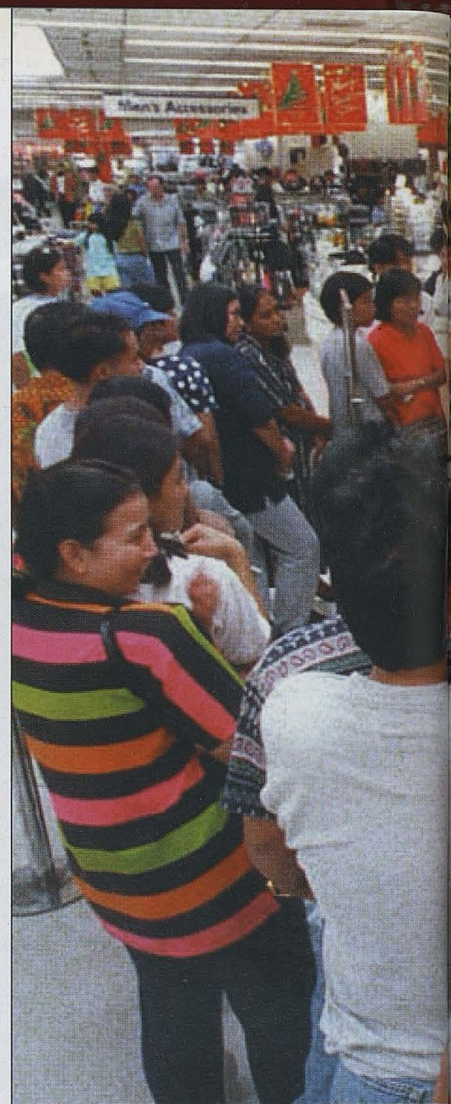
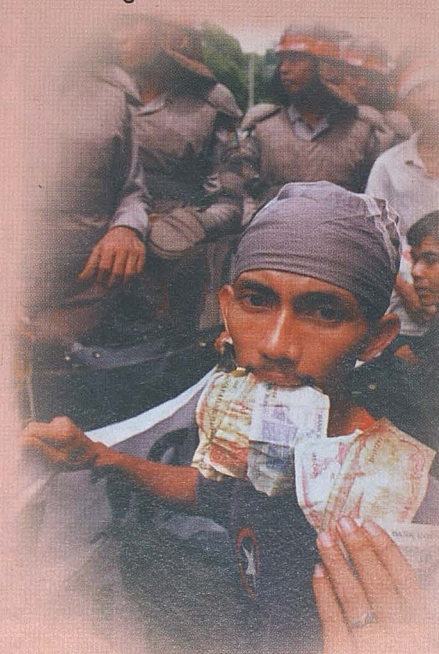
O impacto do fim da Guerra Fria tirara do ditador Suharto muito da sua importância para a política norte-americana na região.

Não por acaso a Casa Branca - tão omissa durante décadas de perseguições e violações aos direitos humanos na Indonésia e na vizinha ilha de Timor Leste, ocupada pelas tropas do ditador desde 1975 - não mais dissimulava seu desagrado com as negociatas dos filhos de Suharto e com alguns projetos, civis e militares, de fundo nacionalista.

Era a forma de pressionar o velho aliado a adotar as reformas prescritas pelo FMI e a embarcar mais fundo na globalização. O sucessor Habibie cumprirá a receita, mantendo toda a estrutura da era Suharto? A crise pode estender-se.

"A séria situação econômica que vive a Indonésia vai intensificar a crise política. E os vizinhos vão sentir as consequências, inclusive a poderosa Singapura. Se a crise indonésia afetar as instituições financeiras da região, Singapura e o seu povo vão sentir os efeitos negativos", advertia Syed Husin Ali, analista político e presidente do opositor Partido Rakyat, da Malásia, dois meses antes da semana de quebra-quebra na Indonésia e da renúncia forçada de Suharto.

Tailândia e Coréia do Sul, dois dos três países mais atingidos da Ásia, já tiveram mudanças nas instituições políticas. O novo presidente sul-coreano, Kim Dae Jung assumiu em 25 de fevereiro e disse que vai tentar superar a crise econômica através de muito trabalho, mas só prometeu aos sul-coreanos "suor e lágrimas".



Saídas caseiras

Funcionários da Coréia do Sul pediram apoio ao Banco para deter as taxas de juros que prejudicarão os créditos e as chances de crescimento. Mas Wolfensohn respondeu que, por enquanto, a necessidade é "estabilizar o mercado financeiro" e a moeda nacional, o won.

Poucos duvidam da utilidade dos fundos de emergência do FMI, ou da necessidade de um ajuste. Mas os analistas afirmam que estas medidas não serão, em princípio, suficientes por si sós para reverter a crise, e nem sequer poderão impedir que uma outra ocorra no futuro.

Com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial



Suharto, da Indonésia

“É preferível apresentarmos uma frente unida a deixar que cada país procure sair sozinho da crise”



Sjaril Sabirin

não muito dispostos a reconsiderar seus velhos mecanismos de salvamento, muitos governantes começaram a estudar soluções baseadas nas potencialidades da própria região.

“É preferível discutir juntos e apresentarmos uma frente unida a deixar com que cada país procure sair sozinho da crise”, assinalou o primeiro-ministro de Malásia, Mahathir Mohamad. O governante está decidido a evitar que a Malásia se coloque diante dos organismos de crédito mundiais como um mendigo, e fez um apelo às economias do Sudeste Asiático para definir soluções próprias, fora das fórmulas do Banco Mundial e do FMI. Ele está tra-

tando de fazer com que os nove países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean) utilizem moedas regionais, em especial o forte dólar de Singapura, para o comércio intra-regional, e que poupem em divisas estrangeiras fortes (em especial em dólares norte-americanos), para utilizá-las unicamente para o pagamento de importações procedentes de Europa ou dos Estados Unidos.

O presidente filipino, Fidel Ramos, que também se reuniu com Wolfensohn, disse que Manila e Kuala Lumpur acertaram um sistema para usar suas próprias moedas no comércio bilateral, para poupar divisas estrangeiras. Banquei-

ros da Tailândia também respaldaram a proposta do sistema de pagamentos da Asean, fazendo um apelo aos poderosos dirigentes de Singapura para que aceitem o dólar local, como moeda comum com fins comerciais.

Em princípio, o primeiro-ministro tailandês, Chuan Leekpai, apoiou a proposta, mas afirmou que devem ser estudados detalhes, como a criação de uma instituição que fique a cargo das compensações, para manejar os pagamentos.

Com o plano já acertado, os dirigentes esperam que as moedas se estabilizem e o temor de um colapso, por causa da dívida, seja superado pela reprogra-



O risco de desestabilização leva regimes a reprimir protestos pela crise econômica

mação dos pagamentos. Daí, a necessidade de o debate agora ser centrado no estabelecimento de novos mecanismos de manejo dos capitais voláteis.

"Sem um acordo global e acerto de ações internacionais, a crise vai reaparecer", advertiu o vice-primeiro-ministro da Tailândia, Supachai Panitchpakdi.

Os especialistas reunidos no Fórum Econômico Mundial em Davos, Suíça, no início do ano, concordaram que os movimentos de capital escapam ao controle dos governos e de instituições multilaterais, como o FMI ou o Banco Mundial.

"As regras do jogo devem mudar, à medida que o número de jogadores aumenta e a sua natureza se transforma. A necessidade de uma plataforma

mínima de consenso sobre as regras é mais essencial do que nunca", afirmou o presidente do fórum, Klaus Schwab. Com ele coincidiu o seu diretor-executivo, Claude Smadja.

Banqueiros, economistas e funcionários de governos já falam em constituir um novo FMI, uma junta de supervisores ou um dispositivo de alerta, que possa dar o alarme sobre a dívida privada excessiva, em particular a de curto prazo.

Este debate, ao que tudo indica, vai durar anos. Enquanto isso, os apelos dos governos da região, para diminuir a especulação e o tráfico de divisas, foram recebidas por ouvidos surdos.

Mahathir tem buscado, desde setembro, que o FMI e o

Banco Mundial façam um estudo sobre o assunto, que inclua uma avaliação das sugestões de criação de um imposto sobre as operações com divisas. Wolfensohn disse, em Singapura, que o Banco está estudando mecanismos para limitar o fluxo de divisas, mas que esses mecanismos não deviam dificultar esse fluxo. A especulação com moedas não é a causa de todos os problemas regionais, mas "o que precisamos é algum tipo de equilíbrio", reconheceu.

Como seus pedidos recebem pouca atenção das instituições internacionais, os governos da Ásia Oriental estão constatando que a cura de longo prazo para a instabilidade financeira deverá ser desenvolvida por eles mesmos e em conjunto.

O primeiro-ministro da Tailândia, Chuan Leekpai, disse que os países que aspiram a colher os benefícios do mercado mundial - fundamental no acelerado crescimento do Leste da Ásia nas últimas décadas, também deverão desenvolver mecanismos para defender-se desse mesmo mercado. O presidente do México, Ernesto Zedillo, por exemplo, após a crise que sofreu o seu país há três anos, afirmou que os capitais que cruzam as fronteiras devem ser submetidos a políticas nacionais, as quais os governos estão obrigados a definir.

"Supõe-se que o FMI e o Banco Mundial buscam a estabilização. E depois disso? Essa é a pergunta que nós mesmos devemos responder", afirma Nieves Confesor, ex-ministra do

O caso das Filipinas

Wolfensohn anunciou que o Banco Mundial vai emprestar US\$ 1 bilhão a mais para as Filipinas, para fortalecer suas defesas contra a crise financeira asiática. Cerca de US\$ 500 milhões serão aplicados para apoiar reformas que possam servir de impulso ao setor bancário. O resto do pacote consiste em um empréstimo de US\$ 250 milhões para infra-estrutura e projetos ambientais, 150 milhões para aliviar problemas creditícios do setor privado e 100 milhões para combater problemas sociais, em especial na ilha de Mindanao.

O Banco Mundial empresta em tempos de nor-

malidade, anualmente, US\$ 350 milhões às Filipinas.

O tamanho da dívida externa filipina, ao contrário da maioria de seus vizinhos, era manejável, e o seu sistema bancário tinha regras que minimizavam os riscos.

O valor do peso, a moeda filipina, caiu de 26 por dólar, em julho, a 40, porém essa queda é pequena se comparada com a do baht

de Tailândia, o won da Coreia do Sul ou a rupia da Indonésia. De qualquer maneira, o governo teve que cortar as despesas públicas, diminuir suas projeções de crescimento e produção e aumentar os preços.

A diretora da Social Watch Ásia e professora da Universidade das Filipinas, Leonor Briones, disse que o governo comete o erro de recorrer a medidas que já demonstraram sua ineficácia nas crises dos anos 70 e 80. "Vastos setores sociais ficaram prejudicados, mas, ao que parece, cometeremos os mesmos erros", disse. Segundo Briones, em vez de cortar os gastos estatais, o governo deveria resguardar os sistemas de saúde e educação.



Wolfensohn cumprimenta Chuan Leekpai, em Bangcoc



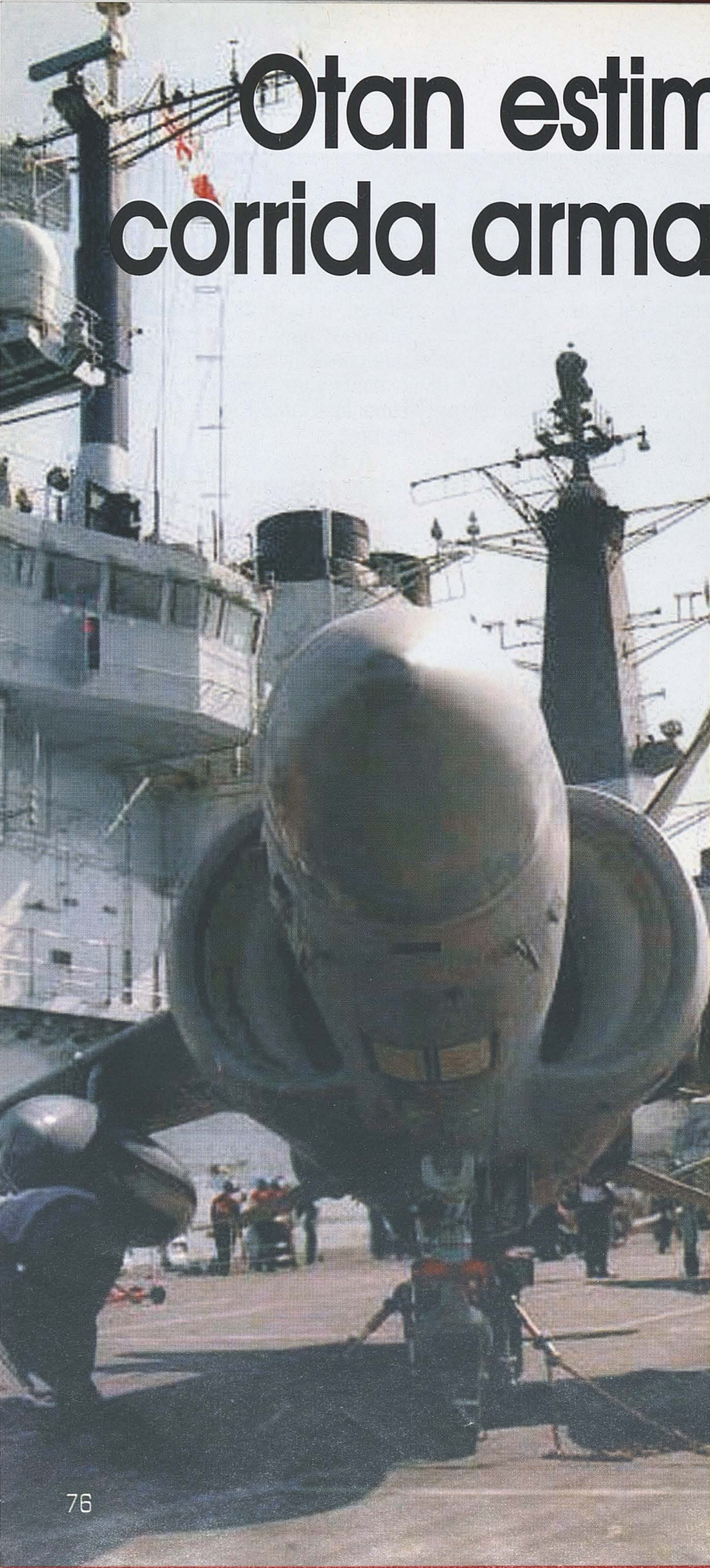
Os movimentos de capital escapam ao controle dos governos e de instituições multilaterais

Trabalho das Filipinas e candidata a diretora-geral da Organização Mundial do Trabalho (OIT). O FMI e o Banco se concentram em programas macroeconômicos, mas deverão dar a mesma importância a "programas paralelos, para assegurar que a brecha entre ricos e pobres não se aprofunde", disse Confesor.

Wolfensohn anunciou, em seu giro pela Ásia Oriental, que 9 dos US\$ 16 bilhões que o Banco emprestará à Tailândia, Indonésia e Coreia do Sul se destinarão à criação de empregos e ao apoio aos desempregados. Além disso, a instituição aplicará mais US\$ 300 milhões para a criação de empregos na Tailândia, 100 milhões com o mesmo objetivo na Indonésia e

7 bilhões na Coreia do Sul.

No entanto, existem críticas, segundo as quais isso ainda não é suficiente para atacar os efeitos secundários da austeridade. Manifestações maciças de cidadãos descontentes, que sofrem com o fim dos subsídios aos bens de primeira necessidade, o aumento dos preços e a perda dos empregos deixaram de ser hoje em dia novidades na região. Daí, alguns países terem começado a procurar seus próprios acordos entre sindicatos e patrões, como ocorreu na Coreia do Sul e nas Filipinas. Em geral, está se propondo a suspensão das demissões como contrapartida à redução de horas de trabalho ou de salários, tal como é estimulado também no Brasil. ■

A large aircraft carrier is shown from a low angle, with its complex superstructure and radar masts visible. On the deck in the foreground, an F-16 fighter jet is being moved by a yellow crane. Several crew members in orange uniforms are visible around the aircraft. The scene is set on a bright, sunny day.

Otan estimula a corrida armamentista

O complexo industrial-militar ocidental cativa políticos e generais para lançar a Europa Oriental em caro e sofisticado programa de rearmamento, contra a vontade das populações locais e no momento em que acabaram as tensões Leste-Oeste. Em 15 anos, o gasto poderá chegar a US\$ 125 bilhões



Bonislav Geremek, (Polônia), Laszlo Kovacs (Hungria) e Jaroslav Sedivy (Rep. Tcheca) assinaram carta de intenções na reunião de Madri, para entrar na Otan em 1999. Abaixo, o secretário-geral da Otan, Javier Solana



Mark Sommer*

São altos os custos financeiros da expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) no Leste europeu. A iniciativa foi lançada sob o pretexto de dar proteção à democracia e às economias de livre mercado. O peso tributário que essa expansão representará para as nações aliadas à organização poderia ser muito maior do que o de uma improvável invasão pelo exército russo, uma instituição hoje à beira do colapso.

Várias estatísticas indicam que a inclusão da Polônia, Hungria e República Tcheca, as três primeiras nações convidadas a integrar a Otan, custará entre US\$ 27 bilhões e 125 bilhões, daqui a 10 ou 15 anos.

Qualquer que seja o custo final, será sempre um preço que os governos da Europa Oriental terão dificuldades em repassar a seus povos, que sofrem com a falência do sistema de amparo social e com baixos investimentos em infra-estrutura.

No entanto, os custos aumentarão de modo exponencial, se, como pretendem os líderes da Otan, a aliança militar ocidental se estender a alguns ou aos nove países que atualmente desejam entrar na organização. Afinal, Romênia, Bulgária e outras nações estão atrasadas décadas em relação à Polônia, Hungria e República Tcheca, quanto à infra-estrutura militar e econômica.

As três nações candidatas têm reduzido substancialmente os gastos militares, desde o fim da Guerra Fria, mas o ingresso na Otan as obrigará a aumentá-los de novo, passando do atual 1,4% de seus orçamentos para 6% ou mais, isto se o Ocidente pagar o resto da conta. A média para os atuais membros da OTAN é de 3%.

Ironicamente, a ampliação da Otan obrigará os novos membros a investirem em um sistema de defesa muito mais caro do que o que tiveram durante os anos mais difíceis da Guerra Fria - e isto para enfrentar uma ameaça que já não podem sequer identificar.

Rejeição nacional

O apoio popular, para que esses três países do ex-bloco soviético integrem a Otan, é surpreendentemente inexpressivo. Tanto na Polônia, como na Hungria e República Tcheca, grande parte da população se opõe ao aumento dos gastos militares. As sociedades dessa região preferem que o Estado aplique sua verba em educação e saúde. O fato de os governos tcheco, húngaro e polonês estarem dispostos a ignorar a opinião de seus próprios cidadãos, em assunto de tal magnitude, indica que, ao contrário da afirmação de que a expansão da Otan servirá para reforçar as frágeis instituições democráticas desses países, na verdade as enfraquece.

Se os países candidatos não puderem cobrir por si mesmos os custos da admissão na Otan,

quem os cobrirá? Os alemães e franceses, em particular, pensam que desviar importantes fundos para o Leste europeu para se defender de ameaça inexistente, não é uma proposta convincente.

Por sua vez, os norte-americanos não imaginam o que os espera com a ampliação da Otan. Bill Clinton prometeu que os EUA só entram com US\$ 200 milhões por ano.

Mas a Secretaria de Orçamento do Congresso norte-americano estima que o custo total da expansão será de cerca de US\$ 125 bilhões, em 15 anos, e que a quota de Washington pode ser de US\$ 19 bilhões ou mais.

Complexo industrial-militar

O Congresso, dominado por uma maioria conservadora, resiste em dar apoio aos custos financeiros e às responsabilidades estratégicas que surgem da extensão do guarda-chuva nuclear sobre Varsóvia, Praga e Budapeste.

Se as despesas são altas e a ameaça não é tão grande, por que a Otan vem crescendo tão rapidamente, sem se preocupar com seus custos financeiros?

Em grande medida, porque uma bem financiada campanha de relações públicas está sendo orquestrada pela indústria armamentista ocidental, promovida pelo governo Clinton e racionalizada por renovados intelectuais da Guerra Fria,



Manifestante diz não à entrada da Hungria na Otan

A ampliação da Otan obrigará os novos membros a investirem em defesa muito mais do que o faziam durante os anos mais difíceis da Guerra Fria

com o objetivo de ocultar os verdadeiros custos financeiros da expansão.

Os idealizadores dessa expansão não fazem esforço algum, em troca, para ocultar as fontes de apoio a suas atividades promocionais. O presidente do Comitê Norte-Americano Pró-Expansão da Otan, nada mais é que o diretor de planejamento estratégico da empresa Lockheed Martin, a maior produtora mundial de armamentos.

As fábricas de armas norte-americanas mostram-se tão ansiosas pela adesão dos países do Leste europeu a seus produtos, que oferecem empréstimos sem juros, uso gratuito de aviões e se prontificam mesmo a realizar investimen-

tos nas nações candidatas.

Para os políticos e generais da Europa Oriental, relegados a segundo plano na era soviética, a súbita atenção que hoje recebem, a oferta da última novidade em armamento e vinhos raros, que os fabricantes ocidentais de armas lhes enviam, devem resultar, em seu conjunto, bem mais do que em simples embriaguez.

A ressaca do dia seguinte será muito dolorosa, quando eles despertarem e receberem a conta que terão que pagar por todas essas "maquininhas" de que sequer necessitam. ■

* Jornalista e ensaísta. Dirige o Mainstream Media Project, um grupo jornalístico criado para levar novas vozes e pontos de vista aos meios de comunicação

A tragédia dos povos em fuga

A necessidade de preservar o direito de asilo não desapareceu com o fim da Guerra Fria

*Sadako Ogata**

Em 1997, 22 milhões de refugiados e de pessoas deslocadas pediram proteção e assistência ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur). Esta cifra é quase o dobro do total de pessoas que solicitaram ajuda há dez anos atrás. E não é tudo: outros 25 milhões foram forçados a abandonar os seus lares e ainda não receberam ajuda de nenhum organismo internacional.

A história que está por trás desses números é complexa. Enquanto a quantidade dos que abandonaram os seus países de origem tem caído, a proporção de migrantes dentro da própria pátria aumenta. A bomba-relógio culpada por essa situação é a explosiva mistura de três fatores: conflitos armados, violações aos direitos humanos e crise econômica.

O fato de existirem refugiados indica que se rompeu o tecido de direitos e obrigações, que vincula os cidadãos e o Estado.

Uma olhada na lista das mais recentes situações de emergência - Afeganistão, Camboja, África Central - mostra que, se a autoridade do Estado entra em colapso ou se não se respeitam os direitos humanos, em particular os das minorias, se produzem deslocamentos humanos em massa. Por outro lado, se os Estados se desintegram, as pessoas tendem a procurar segurança em associações comunitárias ou étnicas, gerando conflitos posteriores.

Foi graças à televisão via satélite, com a cobertura em tempo real, que a tragédia dos refugiados ficou mais conhecida. Povos de todas as partes do mundo puderam assistir pela televisão ao drama do milhão de curdos do Iraque, que fugiram depois da Guerra do Golfo. A televisão também deu um rosto humano aos quase quatro milhões de pessoas deslocadas pela guerra na ex-Iugoslávia e pelo genocídio em Ruanda.

É hora de a comunidade internacional enfrentar o deslocamento massivo como ele é: um sintoma de insegurança e



de despreparo coletivo. A fuga é o último recurso dos homens, mulheres e crianças desesperados, para os quais permanecer em seus lares já não é uma opção razoável.

Até o fim da Guerra Fria, as questões humanitárias desempenharam um papel muito secundário no discurso da segurança global. Mas isso tem mudado e a dimensão humana está agora na agenda internacional, porque se compreendeu que a segurança dos Estados e o bem-estar dos cidadãos estão intimamente ligados.

No entanto, as grandes potências continuam resistindo a assumir um compromisso político, ou até militar, e preferem apoiar a assistência humanitária, que para eles é uma opção de menor risco. Caso essa tendência continue, o humanitarismo será desacreditado. Se a assistência pode ajudar a estabilizar uma situação, não deveria ser utilizada como pretexto para a falta de ação política.

Programa preventivo

A medida que se aproxima o século XXI, parece muito provável que os conflitos armados internos continuem superando, em número, as guerras entre Estados. Milhões de pessoas serão empurradas para fora de suas casas, porém o direito ao asilo - ou seja, a viver em segurança em países diferentes dos seus -, será a cada dia menor, já que os Estados enxergam os refugiados como uma ameaça para a sua própria estabilidade. Um quarto da



Crianças: vítimas inocentes dos deslocamentos em massa

população mundial vive sob a linha de pobreza definida pelo Banco Mundial. Assim, é necessário pôr em marcha projetos de longo prazo, para eliminar a pobreza nos países atrasados.

Há necessidade, ainda, de fazer um esforço para consolidar a paz e levar a estabilidade política aos países que estão saindo de conflitos armados. A recente experiência no Camboja demonstra que não é suficiente desempenhar o papel de mediador no conflito para propiciar um acordo, desarmar os combatentes, supervisionar a eleição... e depois ir embora.

O desenvolvimento político e econômico e o estabelecimento de um sistema judicial que funcione são pré-requisitos para a paz e para a estabilidade, em sociedades que acabam de sair de conflitos.

A restrição no comércio mundial de armas poderia reduzir a violência, apesar do genocídio de Ruanda ter demonstrado que não são necessárias armas sofisticadas para os assassinatos em massa. Mas é evidente que a facilidade com que se compram armas em mercados abertos é um estímulo a guerras latentes.

Os conflitos armados e a fuga de populações civis estão

diretamente vinculados aos temas da democracia e do respeito aos direitos humanos.

A questão de como promover esses valores fundamentais é muito delicada, porque está compreendida na soberania dos Estados. Estes devem ser considerados responsáveis por suas ações, especialmente quando elas geram deslocamentos em massa. Também devem ser responsabilizados os atores não-estatais, como os grupos rebeldes, os senhores da guerra e as empresas que provocam tais deslocamentos. Os responsáveis por crimes contra a Humanidade devem ser levados perante a Justiça. Por último, é necessário preservar o direito de asilo.

A agenda para a ação é ambiciosa e de longo prazo. Precisamente por isso é que devemos reconhecer a permanente importância do direito de asilo como meio de salvaguardar a segurança e a dignidade.

A necessidade do asilo não desapareceu com o fim da Guerra Fria. O asilo é necessário hoje e continuará sendo, enquanto a vida e a liberdade sofrerem ameaças no próprio lar. ■

** Sadako Ogata é o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados*

Visite o nosso site na Internet

Navegue pelas páginas de suas publicações preferidas



e conheça um pouco mais do nosso trabalho

ETM on-line <http://www.etm.com.br>

AMPLIE SEU MUNDO Faça os Cursos do INE-RJ

Estudando no INE-RJ
suas chances
aumentam e os custos
diminuem..

FOTOGRAFIA PROFISSIONAL

- Turma semanal Noite
Filial Tijuca. Início 30/06

LEITURA DINÂMICA

Turmas aos sábados pela Manhã
e durante a semana à Noite

ÁREA ADMINISTRATIVA

• ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

- Turmas aos sábados - Manhã
Filial Tijuca
Turma semanal - Noite
Filial Centro -

• SECRETARIA EXECUTIVA

- Turmas aos sábados - Manhã
Filial Centro
Turmas aos sábados - Tarde
Filial Centro
Turma semanal - Noite
Filial Tijuca

• TÉCNICO CONTÁBIL

- Turma semanal - Noite
Filial Centro

• COMÉRCIO EXTERIOR & IMPORTAÇÃO

- Turmas aos sábados - Manhã
Filial Centro

• AUXILIAR DE DEPARTAMENTO PESSOAL

- Turmas aos sábados - Manhã
Filial Centro
- Turma semanal - Noite
Filial Centro

• LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

- Turmas aos sábados - Tarde
Filial Tijuca

• INTR. À ADMINISTRAÇÃO - Prof. Marco Antonio

- Turma semanal - Noite
Filial Centro (Turma Única)

IDIOMAS - INTRODUÇÃO

ESPAÑHOL BÁSICO

- Turma sábado - Tarde
Filial Tijuca

INSCRIÇÕES ABERTAS

INGLÊS BÁSICO

- Turma semanal - Noite
Filial Centro
- Turma semanal - Noite
Filial Tijuca
- Turma sábado - Tarde
Filial Centro

CURSOS
100%
PRÁTICOS

CERTIFICADOS
AO FINAL DOS
CURSOS
Cartão ou
cheque

INFORMÁTICA

PACOTE BÁSICO

(CURSO PARA INICIANTES)

- WINDOWS 95
- WORD 7.0
- EXCEL 7.0
- ACCESS 7.0

AULAS DURANTE A SEMANA EM
TODOS OS HORÁRIOS OU AOS SÁBADOS,
MANHÃ E TARDE.

PROMOÇÃO! ganhe todos estes descontos!

FAZENDO O PACOTE BÁSICO À
ESQUERDA, VOCÊ GANHA 10% DE
ESTÁGIO SUPERVISIONADO +
1 CURSO DE INTERNET GRÁTIS +
DESCONTOS EM TODOS ESTES 4
CURSOS AO LADO.

VISUAL FOXPRO 5.0

20%

PACOTE AVANÇADO

20%

HTML - Criação de Home Pages

50%

Montagem Básica

Montagem Avançada

20%

PACOTE AVANÇADO

• PAGE MAKER • COREL DRAW
• POWER POINT

AULAS DURANTE A SEMANA EM TODOS OS
HORÁRIOS OU AOS SÁBADOS, MANHÃ E TARDE.

VISUAL FOXPRO 5.0

FORMAÇÃO DE
PROGRAMADORES
AMBIENTE xbase

MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE MICROS

MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE PROGRAMAS

INTRODUÇÃO À INTERNET

HTML • CRIAÇÃO DE HOME PAGES

GRUPO
INE-RJ

CENTRO - RUA EVARISTO DA
VEIGA, 21 - SOBRELOJA
TIJUCA - RUA CARLOS DE
VASCONCELOS, 111 - SAENZ PEÑA

TELS.: 220-3863 / 262-0376 / 262-4158
254-2368 / 254-3772 / 264-2868

Aceitamos todos os
Cartões de Crédito.
Inclusive Rede Shop



*“Vista do mar, a cidade
parece humilde presépio
levantado por mãos puras
e em sua simplicidade
esconde glórias passadas,
sonha grandezas futuras”*

Bandeira Tribuzi



PREFEITURA D
SÃO LUÍ